

Tânia Mara Rezende Machado

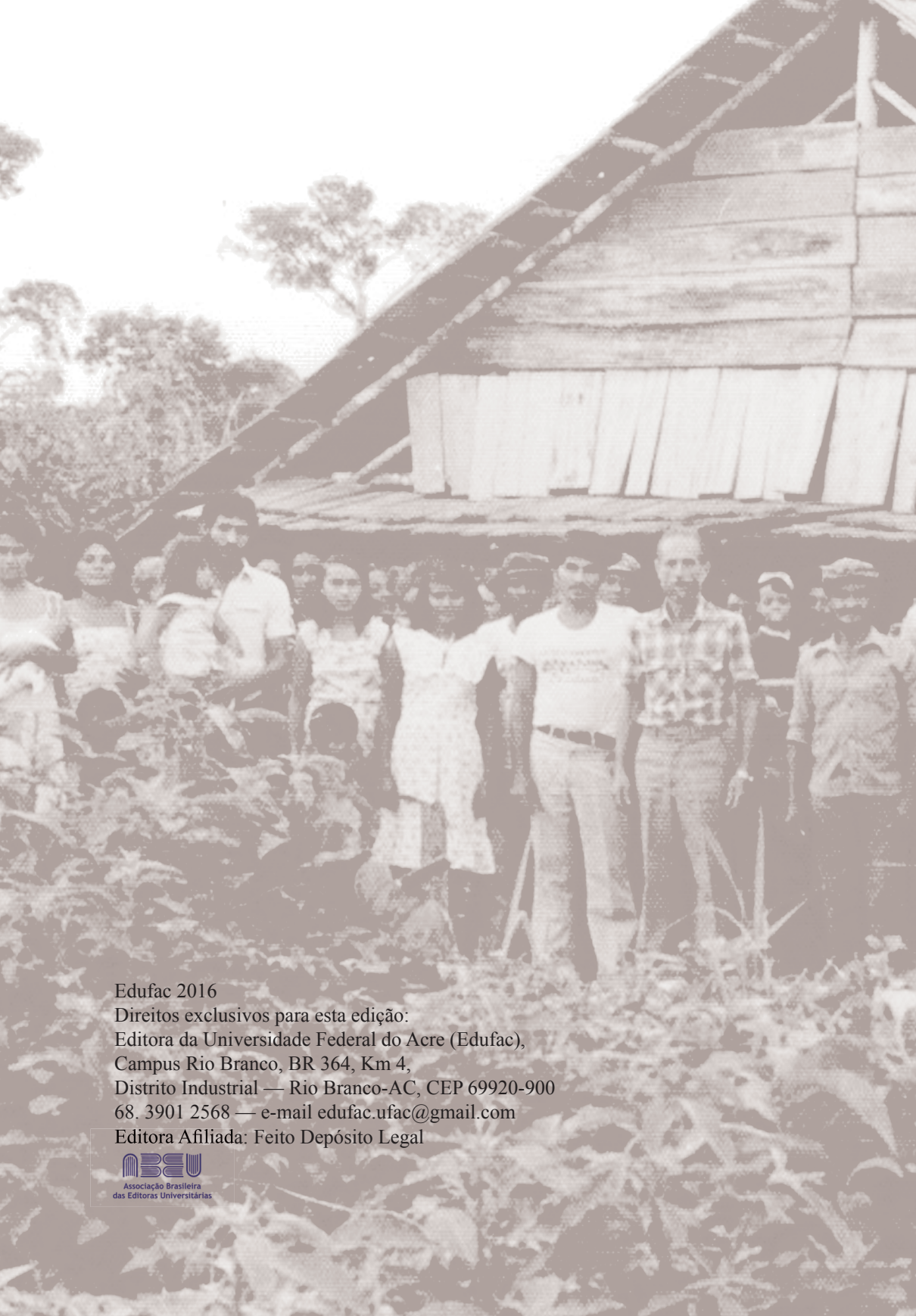
MIGRANTES SULISTAS

caminhadas e aprendizados na região acreana

MIGRANTES SULISTAS



Edufac



Edufac 2016

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora da Universidade Federal do Acre (Edufac),

Campus Rio Branco, BR 364, Km 4,

Distrito Industrial — Rio Branco-AC, CEP 69920-900

68. 3901 2568 — e-mail edufac.ufac@gmail.com

Editora Afiliada: Feito Depósito Legal



Tânia Mara Rezende Machado

MIGRANTES SULISTAS

caminhadas e aprendizados na região acreana





Migrantes Sulistas: caminhadas e aprendizados na região acreana

ISBN 978-85-8236-034-7

Copyright © Edufac 2016, Tânia Mara Rezende Machado

Editora da Universidade Federal do Acre - Edufac

Rod. BR364, Km 04 • Distrito Industrial

69920-900 • Rio Branco • Acre

Diretor

José Ivan da Silva Ramos

CONSELHO EDITORIAL

Adailton de Sousa Galvão, Antonio Gilson Gomes Mesquita, Bruno Pereira da Silva, Carla Bento Nelem Colturato, Damián Keller, Eustáquio José Machado, Fabio Morales Forero, Jacó César Piccoli, José Ivan da Silva Ramos, José Mauro Souza Uchôa, José Porfiro da Silva, Lucas Araújo Carvalho, Manoel Domingos Filho, Maria Aldecy Rodrigues de Lima, Raimunda da Costa Araruna, Simone de Souza Lima, Tiago Lucena da Silva, Yuri Karaccas de Carvalho

Editora de Publicações

Jocília Oliveira da Silva

Design Editorial

FredericoSO

AntonioQM

Capa

Hélio Costa JR.

Revisão Textual

Rúbia de Abreu Cavalcante

Ormifran Pessoa Cavalcante

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Ufac

ISBN: 978-85-8236-034-7

M149m Machado, Tânia Mara Rezende,

Migrantes sulistas: caminhadas e aprendizados na região acreana / Tânia Mara Rezende Machado. - Rio Branco: Edufac, 2016.

134 p.

1. Migrantes - Sulistas. 2. Migrantes - História. 3. Acre - História. I. Título.

CDD: 981.12

Bibliotecária Maria do Socorro de O. Cordeiro - CRB 11/667

AGRADECIMENTOS

A toda a equipe da Editora da Ufac - Edufac, pela possibilidade de publicação dessa pesquisa.

Ao Professor Doutor Carlos Alberto Alves de Souza, por suas valiosas orientações referentes ao projeto desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado, pelo auxílio prestado, sempre que necessário. Em especial, aos colegas Domingos José de Almeida Neto e Hélio Moreira Junior, pela amizade, incentivo e ajuda constante.

Aos trabalhadores rurais do Centro-Sul e do Acre entrevistados, pelo acolhimento e confiança em mim ao abrirem suas portas e falarem de suas vidas.

Aos meus alunos, concludentes do Curso de História, turma de 1998, cujas posições sobre migrantes me instigaram a realizar esta pesquisa.

À minha família, pelo amor, apoio e conforto que deu ao longo da vida e da realização deste trabalho.

Aos funcionários do Incra, pelo acolhimento e fornecimento de material: Aldenor Fernandes de Souza, Alfredo Jorge Antonio, Carlos Alberto Elias da Silva, Carlos Jamil Costa Rego, Césio de Medeiros Paulo, Francisco José Nascimento, Gilmar Santos Rodrigues, Maria Amélia Pereira da Silva, Maria do Socorro e Nelson Araújo Moreira.

A Deus, pela minha criação e por me possibilitar criar e recriar a História.

PREFÁCIO

Já dizia Fernand Braudel, que o “tempo adere ao pensamento do historiador, assim como a terra se prende à pá do jardineiro”. O trabalho de Tânia Mara tem a marca do seu tempo. Um tempo que remonta à década de 1970 no Acre, quando a região viveu um grande processo migratório de sulistas que vieram em busca de melhores dias.

Este livro é sua Dissertação de Mestrado. Tânia Mara escreve sobre seu próprio tempo, sobre sua própria gente. Ela própria foi sujeito social dessa migração. Veio criança, com seus pais e irmãos. E isso se fez tema de suas pesquisas. Tais experiências sociais, de migrantes sulistas na região do Acre, foram incorporadas por Tânia Mara, em sua Dissertação, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2002, quando fui seu orientador.

Tânia Mara trata da temática de forma diferente daquela utilizada nos estudos estruturalistas sobre migrações. Sua metodologia inclui pessoas, seus familiares. Inclui trajetórias de sujeitos sociais que constituíram culturas na região do Acre. Tânia Mara se fez historiadora nesse trabalho, mesmo sendo de uma outra área do conhecimento humano pois é uma profissional da educação da Universidade Federal do Acre.

Essa pesquisadora cumpriu o dever de escrever sobre sua própria gente e sua própria trajetória, enquanto pessoa que viveu a experiência de ser migrante, vinda do Paraná para o Acre. No Acre, se fez profissional da educação, depois de imensas lutas com seus pais, para que ali se estabelecessem, tendo vivido importantes momentos desse processo em Sena Madureira.

Como propõe Yara Aun Khoury e outras, Tânia Mara pensou a história:

(...) como toda experiência humana, entendida como experiência de classe, que é de luta, e valorizou a natureza política dessa luta, significando considerar então que a história real é construída por homens

reais, vivendo relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social.

Homens, mulheres e crianças, que vieram do Sul e Sudeste do país para o Acre, construíram seus próprios destinos. O destino sai de dentro das pessoas. Não entra nas pessoas, como querem os estudos estruturalistas. Esses migrantes constituíram modos de vida no Acre, criaram e recriaram práticas culturais, juntaram-se aos acreanos nas trocas de valores morais e de experiências. Ao seu modo, de acordo com suas tradições, reinventaram-se cotidianamente. Essa obra de Tânia Mara é uma história de sujeitos reais que trilharam caminhos abertos por eles mesmos.

Tânia Mara, neste livro, é uma dessacralizadora de memórias. Faz de muitas memórias outras histórias. Traz para ao palco da história o uso de fontes antes jogadas ao esquecimento. Traz falas de migrantes, que encontraram nesse livro um espaço democrático para que suas vozes ecoassem ao infinito campo da história, uma opção política da pesquisadora Tânia, que fez uma escolha metodológica que confere voz aos sujeitos sociais de suas pesquisas. São narrativas de sujeitos que apresentam novas representações sociais sobre o que viveram no processo migratório e na constituição de modos de vida. São informações que estavam adormecidas. São narrativas que nos encaminham para a percepção de um processo migratório em suas perspectivas sociais, quando podemos perceber o “como” da história e não somente suas causas.

Os migrantes aqui falam de suas decisões pessoais ao optarem pela migração. Não são vítimas passivas de um sistema que determina uma migração. Esses migrantes não são apenas números. São pessoas que decidem suas vidas, que não estão presos a esquemas teóricos alheios às suas vontades.

Essa é a obra de Tânia. Um livro que tem um vínculo enorme com a vida.

Carlos Alberto Alves de Souza
(Professor-Doutor do Curso de História da Ufac)

Sumário

PREFÁCIO 7

INTRODUÇÃO..... 13

CAPÍTULO I
A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA PÓS
1964..... 28

CAPÍTULO II
MIGRANTES DO CENTRO-SUL NO ACRE:
QUANTOS OLHOS VOCÊ TEM A NOS OLHAR? 50

CAPÍTULO III
APRENDIZAGENS E ENSINAMENTOS ENTRE
MIGRANTES E ACREANOS: QUANDO O FORMAL
SOME E O INFORMAL APARECE..... 80

CAPÍTULO IV	
RAÍZES E IDENTIDADE DE MIGRANTES	
TRABALHADORES RURAIS DO CENTRO-SUL NO	
ACRE	111
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124

INTRODUÇÃO

Quando nos deparamos com a possibilidade de produzir um trabalho historiográfico, duas perguntas nos vêm à mente: por qual assunto nos interessaríamos? Ou, que assunto daríamos conta de desenvolver? Comigo não foi diferente.

Na ansiedade pela escolha do assunto, três situações muito contribuíram para a definição de meu objeto de estudo.

Uma dessas situações foi a forma como meus alunos, concludentes do Curso de História, ao ministrarem aulas sobre Movimentos Sociais no Acre, tendiam a priorizar a década de 1970 como marco social, momento em que profundas alterações na organização do espaço acreano começaram a acontecer, em função da política de ocupação regional de desenvolvimento da Amazônia, aliada à crise do extrativismo da borracha, que desencadeou, por sua vez, no final da década de 1960, uma campanha publicitária promovida pelos governos federal e estadual, realizando verdadeiros chamamentos aos empresários do Centro-Sul para investirem na região acreana.

Motivados pelo slogan *Investir no Acre, produzir no Acre e exportar pelo Pacífico*, muitos empresários do Centro-Sul vieram investir no Acre, principalmente, na pecuária. Outros, vieram apenas especular com as terras acreanas.

O governador Wanderley Dantas, cujo mandato foi de 1971 a 1974, teve seu governo conhecido na história do Acre como *O governo que abriu as porteiras do Acre para os “paulistas”*. Este pretendia ter, na pecuária, a linha mestra para o desenvolvimento do Estado.

O fenômeno da pecuarização propagou-se rapidamente nas terras acreanas, principalmente nos municípios do Vale do Acre, devido ao fato de sua posição geográfica oferecer melhores condições de acesso que a dos Vales do Juruá e Purus.

As terras acreanas, antes ocupadas e organizadas em função do extrativismo vegetal, cederam gradativamente lugar às fazendas. Conside-

ráveis partes das florestas foram derrubadas e transformadas em grandes pastagens, destinadas à pecuária bovina para o corte.

Com a pecuarização, o extrativismo que já entrara em crise devido ao corte dos incentivos governamentais para sua produção e pelo fato de outros centros terem passado a produzir borracha de melhor qualidade e em maior escala, retraiu-se, transformando a paisagem geográfica acreana.

O seringal, antiga unidade de exploração, transformou-se em sede de fazendas e, assim, ocorreram mudanças nas relações de trabalho. A estrutura social tornou-se mais diversificada. Surgiu a figura do peão, em geral assalariado temporário. Intensificaram-se os conflitos pela posse da terra entre fazendeiros do Centro-Sul, seringueiros, ribeirinhos, índios e colonos, gerando um intenso êxodo do rural para o urbano, o que, do ponto de vista social, é um dos mais sérios problemas que enfrenta o Estado na atualidade.

Ainda que essa situação seja real, outros sujeitos e fatos sociais continuavam à margem da historiografia acreana, de forma que, vivendo esse momento de efervescência política em torno da diversidade cultural, ora como aluna migrante paranaense, ora enquanto professora de Prática de Ensino, nos cursos de História da Ufac, vinha observando como as aulas de História do Acre eram carregadas de um “acreanismo” ferrenho ou de um “sulismo” radical, repleto de preconceitos e narcisismos.

Nas aulas, quando ministradas por estagiários acreanos, o enfoque dado era tão territorialista, que até as baratas paulistas causavam tanta miséria e desgraça quanto os fazendeiros que para cá as trouxeram, em suas mudanças. Diziam os moradores mais antigos que não existia no Acre tal espécie, até que os “paulistas” viessem para cá e as trouxessem.

Vale dizer que o uso do termo “paulista” ocorria de forma homogeneizadora, pois nessa categoria eram incluídos todos os migrantes do Centro-Sul, quer fossem grandes fazendeiros, grileiros ou trabalhadores rurais.

Esqueciam, no entanto, de dizer que os grandes fazendeiros vinham de avião e não traziam mudança. As mudanças que vinham eram de seus empregados que, em busca de dias melhores, de “um Sul sem geadas, e um Nordeste sem seca¹, talvez trouxessem, além de baratas paulistas, muitas esperanças de viverem melhor. Embora aqui chegando, muito cedo perceberam que mesmo sem seca ou geadas seria difícil plantar e colher se lhes

1 - Slogan usado pelo governo da época para atrair migrantes.

faltassem uma política agrícola séria”.

Em um dos depoimentos orais do ex-seringueiro Elias Rozendo, colhido em 1992, por Carlos Alberto Alves de Souza, para sua tese de doutorado, este diz o seguinte:

O patrão chegava e ocupava o seringal; eles chamavam o seringueiro e diziam: “Eu não quero você aqui, eu comprei essas terras, quero desocupadas”. Aí deixava um gerente daqueles que vinham do sul do país já de encomenda, atrás de ganhar um pedaço de terra também. Aí ele diz: “Daqui a noventa dias ou sessenta eu volto aqui. Não quero ver o rastro de um seringueiro”.²

Como se pode observar nesse depoimento, se, para o patrão comprar terras e expropriar seringueiros, no prazo de noventa ou sessenta dias, era algo “legítimo”, para o gerente, sonhar com um pedaço de terra para plantar e colher também era legítimo.

Se, no entanto, a aula era ministrada por estagiários de origem sulista, o enfoque mudava e certamente o que tínhamos era um orgulho estrangeirista permeando a aula. Orgulhavam-se e manifestavam com arrogância seus sotaques, autoconsiderados mais bonitos, seus costumes e pretensos dinamismos, em oposição à suposta preguiça dos acreanos.

O acesso à tese de doutorado de Daniel Francisco dos Santos³ foi uma outra situação que muito influenciou na definição de meu objeto de estudo, em virtude de também trabalhar a partir da História Social e por abordar aspectos como identidades, tradições, formas de solidariedade, organizações e resistências de trabalhadores rurais nordestinos em Rondônia. Tal opção metodológica muito se assemelhava com minha proposta de trabalho, o que em muito se diferenciava dos demais trabalhos sobre migrantes lidos por mim, os quais se voltavam prioritariamente para questões econômicas.

Outra situação que muito contribuiu para a delimitação do tema foi a minha história pessoal, enquanto migrante, chegada ao Acre em 1975 e

2 - SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *Varadouros da liberdade: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília-Acre*. PUC: São Paulo, 1996. 305 p.

3 - SANTOS, Daniel Francisco dos. *Experiências de migração de trabalhadores nordestinos – Rondônia 1970-1995*. PUC: São Paulo, 1999. 215p.

que acho por bem reconstituir aqui.

Por muitos anos, meu pai nutria o desejo de vir para o Norte do Brasil. Isto, impelido pelo sonho de não mais residir numa área de forte influência do tráfico de drogas, já que morávamos no Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai, para propiciar melhores condições de acesso à escolarização dos filhos, possuir muitas terras, plantar milho, arroz, feijão, abóbora, criar porcos, formar pastagens e criar gado. Lá dispúnhamos de pouca terra.

Assim, em 1975, vendemos o que tínhamos no Mato Grosso do Sul, uma chácara e uma casa, com um açougue acoplado e, depois de despedidas chorosas e votos de boa sorte, empreendemos uma viagem que duraria quinze dias. Por várias vezes meu pai quis voltar e mamãe dizia: “se Deus nos permitiu sair, continuaremos a viagem”.

Para nós crianças, tudo era festa. Com a venda da casa e do açougue, que por sinal foram trocados por uma camioneta, tivemos transporte e uma farta alimentação, composta por carne seca e linguiça.

Trazíamos, além de alimentos, colchões e um fogão. A cada refeição o fogão era descido e mamãe preparava a comida enquanto tomávamos banho. Tudo pronto, e a viagem continuava. Trazíamos uma cachorra que à noite fazia a guarda, onde quer que dormíssemos. Normalmente papai armava uma cama de campanha no chão perto do carro onde dormíamos.

Naquela época, não dispúnhamos de estradas asfaltadas, o que dificultava demais a viagem. Em um determinado trecho nos deparamos com setenta caminhões atolados. Em um deles, até nasceu um bebê. Passamos por sete caminhões tombados, com diferentes cargas, sendo que um era frigorífico, cheio de galinhas; outro, com sabão em pó. Não que houvesse saque, mas, como estava sob a chuva e à disposição de quem quisesse aproveitar, pegamos um pouco de bom grado.

Por vezes não sabíamos onde estávamos e nem como seguir. Por duas vezes o carro quebrou e tivemos que ficar por seis dias em casas de pessoas que moravam à beira da estrada, as quais nos acolhiam com toda atenção. Afinal, eram cinco crianças, todas menores de doze anos, que compunha esse “pau-de-arara”.

Um episódio que, se não fosse triste, seria cômico e que me marcou muito foi o fato de que, em uma das paradas que fizemos, ao ir comprar um lanche, fiquei para trás. Na partida, mamãe deu pela minha falta. Voltaram

e lá vinha eu correndo, esbaforida, tentando alcançar o carro. Imagine todo esse episódio ocorrendo com uma menina de seis anos.

Ao atravessarmos o rio Madeira, por ser noite, foi o maior sufoco. Mamãe não sabia como colocar sob suas asas cinco filhos, para que nenhum caísse no rio.

Em uma de nossas paradas, perguntaram-nos se éramos ciganos ou gente.

Finalmente chegamos a Rio Branco. Mas a intenção era ir até Sena Madureira, município localizado a 144 km dessa cidade.

Na manhã seguinte pretendíamos chegar até Sena Madureira. No entanto, enfrentamos forte resistência por parte dos guardas rodoviários, que alegaram que não conseguiríamos chegar ao destino, isto, além de ter que enfrentar a estrada danificada, se é que se podia chamar aquilo de estrada. Diante de muitas insistências, conseguimos partir. Fomos infelizes, porque o freio do carro estragou. Voltamos a Rio Branco, o freio foi consertado e continuamos a viagem. Dormimos na estrada, 18 km antes de chegarmos ao destino. Isto em meio a um lamaçal terrível.

Pela manhã, conseguimos, com a ajuda e a orientação de que, se entrássemos de “porrada”, sairíamos. Embora o uso do termo “porrada” tenha causado em meu pai forte impacto, a ponto deste arregalar os olhos frente à sugestão, a acatou, de forma que tudo parecia estar chegando ao fim. Para nossa surpresa, ficamos sabendo que não havia meio de chegarmos a Sena Madureira, pois não existia ponte sobre o rio Iaco e, no mês de abril, período em que chegamos, também não havia balsa.

Vimo-nos obrigados a ficar na fazenda do meu tio, até que pudéssemos comprar uma pequena terra e para lá mudássemos. Devo dizer que esse tio já estava a mais tempo no Acre e com certa estabilidade econômica. Embora tivéssemos sido bem acolhidos por familiares e por um casal de trabalhadores do meu tio, que logo nos arrumaram um rancho, que havia sido desocupado por uma outra família, e nele pudéssemos passar nossos primeiros meses, meu pai relutava e não queria nem mesmo que desfizéssemos a mudança. Depois de muitos conselhos por parte de meu tio e da minha mãe, ele ainda dizia que voltaríamos, tão logo houvesse condições climáticas. Tudo isso ocorria em abril de 1975 e só haveria meios de voltarmos com o início do chamado verão amazônico.

Certos de que teríamos que ficar por pelo menos algum tempo, mi-

nhas duas irmãs mais velhas foram morar em Sena Madureira, uma, na casa do meu tio e outra, de um senhor conterrâneo. Eu estava em fase de alfabetização e conseguimos, com a direção da Escola Ebenézer, que minha mãe ministrasse aulas para mim na colônia e que bimestralmente eu fosse à cidade me submeter às provas. À época, meus dois irmãos menores ainda não estudavam.

O tempo foi passando e fomos nos acostumando com a região. Meses depois, papai trocou a camioneta por uma colônia de 270 hectares, a 7 km de Sena Madureira. Lá, começamos nossa vida no Acre. Lembro-me de cada palmo daquele chão. Das brincadeiras no açude, de como papai demarcou a área em que poderíamos ir sem riscos de nos afogarmos. Papai, diante do fato de que muitas vezes teríamos que atravessar o rio Iaco de catraia, sentiu a necessidade de que todos soubéssemos nadar.

Por vezes, lembro-me com certa saudade, daqueles dias em que, munidos de varas, anzóis, iscas, e sem pensar no perigo (contávamos com o espírito ousado da mamãe, que sempre nos acompanhava), saíamos para pescar nos açudes e igarapés próximos. A pesca, sem dúvida, até ajudava na alimentação. À noite, colocávamos um anzol grande na espera e no outro dia a festa era certa, inevitavelmente havia uma bela traíra. Até mesmo jacarés eram mortos e saboreados.

O tempo foi passando, minha mãe começou a lecionar na zona rural em dois turnos, com turmas multisseriadas. Com a necessidade de continuarmos os estudos e reagrupar a família, ficávamos ora na cidade, ora na colônia. Quando estávamos na cidade, mamãe dava aulas de Inglês. Quando estávamos na colônia, dava aulas para as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Quero enfatizar que embora mamãe lecionasse, este não era o objetivo de nossa vinda para o Acre. Isso ocorria porque faltavam professores de Inglês e, por essa razão, ela prestou concurso para a área e foi bem sucedida.

Imaginemos a dificuldade que a minha mãe enfrentava com a adaptação escola rural *versus* escola urbana, sem falar na maneira como ela conseguia conciliar atividades tão diversificadas, como: cuidar de animais, ordenhar, fazer queijo, colher arroz, feijão e milho com trabalhos escolares, incluindo eventuais cursinhos. Mamãe e até nós, crianças, estávamos sempre a ajudar nosso pai nos afazeres da colônia. Até segurar porcos para que ele castrasse fomos obrigados a fazer, pois, dos cinco irmãos, somente um

é do sexo masculino, razão pela qual éramos submetidos aos mais distintos e árduos trabalhos.

A primeira compra de porcos não prometia muito. A mulher, em cujo bote fazíamos a travessia do rio, profetizou logo – “estes porcos irão morrer no quintal de vocês”, tamanho estado de subnutrição. Isso, no entanto, não aconteceu e, muito logo, com o dinheiro da venda das crias, foi possível adquirirmos nossas primeiras cinco vacas.

Meu pai estranhava a forma como os trabalhadores acreanos colhiam arroz, cacho por cacho. Estranhava também o fato de andarem montados em bois e não em cavalos. Com o tempo, foi percebendo que a colheita do arroz era feita dessa forma em função do clima e que andavam montados em bois, por serem animais mais resistentes à lama. Logo aderimos a tais práticas.

Mais tarde, quando já havíamos concluído o Ensino Fundamental, nós, mulheres, viemos para Rio Branco, onde continuamos nossos estudos e onde mamãe, aos 44 anos, iniciou sua faculdade.

Meu pai e meu irmão permaneceram em Sena Madureira, como forma de resistência aos modos de vida da cidade grande. Consideram que a vinda para cá representaria o que Kowarićk (apud SADER, 1988) denominou “perda de propriedades cognitivas”.⁴ Descrever essas situações se faz necessário para dizer quais elementos me sensibilizaram a produzir uma história sobre a cultura e as experiências sociais de migrantes trabalhadores rurais nos Projetos de Assentamento Dirigidos - PAD's e para dizer que histórias semelhantes a esta estão na memória de muitos migrantes do Centro-Sul. Enquanto parte da historiografia acreana prefere homogeneizar a história, a minha serve para localizar o lugar social de onde parto, na qualidade de pesquisadora, e constitui-se em uma espécie de “pororoca cognitiva” – encontro entre história pessoal e escolha do objeto de pesquisa.

Ao longo da elaboração do projeto de pesquisa, muitas problemáticas, provenientes da incorporação de minhas experiências, vinham à tona, representando um “campo de possibilidades” muito amplo, o que me fez levar algum tempo para definir seu objeto. Depois, considerando que a História hoje, ao contrário do século XIX, não tem mais uma função totali-

4 - KOWARICK (apud SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 93p.)

zante, cheguei ao meu objeto de estudo. Trabalhei na perspectiva de estudar modos de vida de migrantes. Modos de vida tomados enquanto cultura, aqui entendida como um conceito plural e, portanto, articulado com os conceitos de política, economia e sociedade, que são categorias construídas e não evolutivas, cujas lutas, reivindicações, conquistas, aprendizagens e ensinamentos foram forjados historicamente, nos modos de vida dos trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul. Por essa razão, em alguns momentos, uso o termo cultura e, em outros, uso o termo modos de vida, como sendo um equivalente ao outro.

Nesse sentido, todas as dimensões que compõem o viver de migrantes representam suas culturas, suas experiências sociais, cunhadas na materialidade. Optei trabalhar com o referencial teórico oferecido por E. P. Thompson, para a definição do uso do conceito de experiências sociais ⁵, e por Raymond Williams ⁶, para discutir as questões pertinentes à cultura. Este afirma ser “impossível realizar uma análise cultural séria sem chegarmos a uma consciência do próprio conceito: uma consciência que deve ser histórica” (WILLIAMS, 1979). Reforçando Raymond Williams, recorri mais uma vez a E. P. Thompson, que, por meio de sua ironia fundamentada, decepciona aqueles que supõem que História se faça por meio de um “aparelho conceitual mecânico” e sinaliza para a possibilidade de se trabalhar numa perspectiva conceitual dinâmica.⁷

A essa observação, atrelaram-se novas preocupações, como, por exemplo, a de que poderiam surgir novas categorias conceituais ao longo do trabalho e que estas teriam que ser vistas a partir do contexto estudado e articulado a outras categorias, caso contrário continuariam sendo categorias abstratas e gerais, tendo seus sentidos obstruídos enquanto práticas sociais de processos materiais e humanos para tomarem-se meras representações.

Entender como esses teóricos compreendem cultura e experiências sociais foi fundamental para a análise de meu objeto de estudo, pois, no contato com as fontes, fui percebendo que a consciência de participar ou não de movimentos sindicais, de ver o acreano como trabalhador ou preguiçoso, de plantar e colher de uma ou de outra forma, foram experiências

5 - THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231p.

6 - WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 17.

7 - THOMPSON, op. cit., p. 185.

constituídas no dia a dia, alterando identidades e valores. Isso demonstra e confirma a posição de E. P. Thompson, ao defender que a consciência é constituída na materialidade pelas experiências sociais vividas.

Mas não basta dizer que tenho como objeto de estudo modos de vida. É necessário que se diga: de quem? Quando? Onde? Por que?

Quanto aos sujeitos, optei por trabalhar com os trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul, por serem estes os sujeitos sociais raramente abordados pela historiografia acreana. Tais sujeitos são tratados de forma homogeneizadora, quando não se faz uma diferenciação entre “paulistas fazendeiros” e “paulistas trabalhadores rurais”, como se não houvesse distinções entre os grupos.

O recorte temporal a partir de 1977 justifica-se pelo fato de ser este o ano de criação dos primeiros Projetos de Assentamento Dirigidos no Acre, espaços prioritariamente ocupados por migrantes trabalhadores rurais.

Justifica-se, ainda, por ser este o momento que assume o governo do estado do Acre, Geraldo Mesquita, momento em que ocorrem inversões na postura estatal em relação à ocupação das terras acreanas. Em seu plano de governo, não constava a promoção de campanhas publicitárias nem apoio total ou incentivos aos empresários que possuísem terras no Acre.

E, por último, ou talvez fosse o caso de dizer em primeiro lugar, tenho um posicionamento sobre esse espaço de tempo referente à História do Acre, conforme Walter Benjamim, uma vez que, como “fazedora de História”, preciso fundar um conceito sobre este presente e este agora, pois é com ele que vamos preencher o tempo histórico.⁸

Quanto ao espaço, embora pareça que é o que menos importava, tendo em vista que no Acre temos migrantes trabalhadores rurais por toda parte, sabemos que não só o historiador tem seu lugar social, mas também o trabalhador rural. Ainda que não queiramos, os espaços estão delimitados e por vezes estigmatizados. “Viver tranquilamente na favela onde eu nasci e ter a consciência que o pobre tem seu lugar” fica bem não só entoado ao ritmo de funk, mas também para estabelecer “ordem social”.

Nesse sentido, o lugar social de trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul é prioritariamente em Projetos de Assentamento do Incra, que, hoje, na ocasião em que completa 30 anos de atuação no Acre, tem um

8 - BEIJAMIM (apud FENELLON, Déa Ribeiro. *O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo?* História & perspectivas, Uberlândia, v. 6, p. 6, jan./jun. 1992.)

saldo de 61 projetos criados e assentou mais de 16.000 famílias. Destes, apenas os modos de vida dos migrantes moradores dos PAD's (Projetos de Assentamento Dirigido) é objeto deste trabalho, especificamente:

- PAD Pedro Peixoto, criado em 1977, com uma área de 378.395 hectares, destinado a assentar 3.317 famílias, localizado nas intermediações dos municípios de Rio Branco, Senador Guionard, Plácido de Castro, Vila Capixaba e Vila Campinas.

- PAD Boa Esperança, também criado em 1977, com área de 275.646 hectares e capacidade para assentar 900 famílias, localizado no município de Sena Madureira.

- PAD Humaítá, criado em 1981, localizado entre os municípios de Rio Branco e Porto Acre.

- PAD Quixadá, com uma área de 121.789 hectares, localizada entre os municípios de Brasileia e Assis Brasil, próximos à fronteira com Bolívia e Peru.

Outros projetos dessa natureza foram criados durante o período deste estudo, contudo, não foram tratados neste trabalho, devido ao curto espaço de tempo reservado a esta pesquisa e por alguns Projetos de Assentamento não disporem de acesso por via terrestre no período das chuvas, o que inviabilizaria a pesquisa. No entanto, consideramos o estudo dos PAD's Pedro Peixoto, Boa esperança, Humaítá e Quixadá bastante representativo, por serem os mais antigos, possuírem grandes áreas, um alto número de famílias assentadas e ainda por abrangerem oito municípios acreanos, incluindo uma vila.

O estudo das experiências sociais de trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul, constituídos nos PAD's, é temática muito recente, razão pela qual, mas não única, recorri principalmente à História Oral. Lembro, porém, que a opção por tal metodologia não se deu simplesmente por se tratar de um tema do qual não se têm muitos documentos escritos, mas principalmente por minha posição política e ideológica, ao pretender abrir outras perspectivas de análise a respeito da temática, diferente das já produzidas e tornadas oficiais, que se baseiam prioritariamente em aspectos econômicos.

Sujeitos não ouvidos anteriormente precisavam ser ouvidos e respeitados sob uma relação de confiabilidade e ética, inerentes ao trabalho com fontes orais. Neste sentido, usei fontes orais, escritas e imagéticas.

No que diz respeito às fontes orais, realizei entrevistas com migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul, homens, mulheres e crianças, residentes nos PAD's, chegados em diferentes momentos do período em estudo. Sempre que necessário, retornei aos entrevistados não para confirmar verdades, mas para enriquecer informações.

Entrevistei também trabalhadores rurais acreanos ou nordestinos que já residiam nos Projetos de Assentamento, para identificar que impressões tinham do migrante sulista.

Contei, ainda, com entrevistas de funcionários do INCRA e de um fotógrafo, que vivenciaram os primeiros anos de criação dos PAD's.

Como fontes escritas, trabalhei com documentos oficiais do Incra, nos quais busquei identificar e analisar o que estava previsto para o processo de ocupação e exploração das áreas a serem ocupadas por parte dos migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul, como também, identificar quais os critérios para distribuição de lotes, como se previa apoio logístico para os assentados e o número de famílias a serem contempladas.

O jornal *Varadouro*, editado em Rio Branco, no período de 1977 a 1981, por se caracterizar como um jornal-denúncia, trouxe informações referentes às transformações sociais ocorridas nos PAD's, sob o ponto de vista de uma historiografia comprometida com a cultura de trabalhadores rurais, possibilitando a análise dos modos de vida representados pelos migrantes.

O jornal *A Gazeta*, ainda em circulação no momento, ofereceu muitos depoimentos orais de migrantes, sendo possível reconstituir trajetórias e os motivos que levaram os trabalhadores a migrar.

Em livros de História do Acre, teses e dissertações, identifiquei e analisei que perspectivas os autores assumiram ao tratar dos modos de vida de migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul.

Em documentos oficiais do Departamento de Produção, de 1948, colhi informações a respeito das primeiras colônias agrícolas no Acre.

Trabalhei, ainda, com cartas, através das quais reconstituo trajetórias e analiso questões relacionadas ao desenraizamento/enraizamento/reenraizamento de migrantes.

Tendo como objeto de estudo modos de vida e por entender que os modos de vida são constituídos a partir das experiências sociais, tive em E. P. Thompson o principal referencial teórico deste trabalho, visto que:

A economia política tem termos para o valor de uso, valor de troca, o valor monetário e a mais-valia, mas não para o valor normativo. Não tem termos para outras áreas da consciência: como ver em termos de valor, preço e lucro os rituais simbólicos de Tirburm ou do mausoléu de Lênin (ou, agora, de Mao?). (...) O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: 'experiência humana'. É esse exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, como o nome de 'empirismo'.⁹

Apesar de ter buscado em E. P. Thompson o referencial teórico maior deste trabalho, não foi o único, pois contei também com o referencial teórico oferecido por outros autores.

Déa Ribeiro Fenellon¹⁰, que tem prestado grande contribuição à História Social, com suas reflexões sobre cultura;

Alfredo Bosi¹¹ e Ecléa Bosi¹², que me ajudaram a elaborar a discussão sobre memória e identidade dos migrantes trabalhadores rurais;

Gilberto Freyre¹³, na sua obra "Casa Grande & Senzala", ajudou-me a observar o conceito de "interpenetração cultural", que também foi discutido neste trabalho;

José Vicente Tavares dos Santos¹⁴, através da leitura de "Revoluções Camponesas na América Latina", oportunizou-me analisar sua tese quanto à gestação e recusa de projetos de assentamentos na Amazônia e o surgimento do "Movimento dos Sem-Terras";

Eder Sader¹⁵ contribuiu, principalmente com seu trabalho intitulado "Quando os novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo", por acreditar que também estou fazendo "novos personagens" entrarem em cena na história do Acre, ao pesquisar os modos de vida e as experiências sociais de trabalhadores rurais do Centro-Sul nos PAD's;

9 - THOMPSON, op. cit., p.182.

10 - FENELLON, op. cit., p. 5-23.

11 - BOSI, Alfredo (org.) *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.

12 - BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

13 - FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 667.

14 - SANTOS, Jose Vicente T. dos. *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone, 1985.

15 - SADER, Eder. Op. cit.

Neves¹⁶ trouxe-me o aparato teórico de que necessitava para aliar as evidências empíricas e reforçar minhas análises de que o migrante não é um desenraizado. Em seu trabalho, intitulado “Assentamento rural: Reforma Agrária em migalhas”, a autora não só reforça esta tese como apresenta o conceito de reinraizamento, do qual faço uso.

Eloísa Winter Nascimento¹⁷ foi responsável em um dado momento “pela quebra de entusiasmo” que meu objeto de estudo, a princípio, me trouxe, pois, por longo período, caminhei sem saber da existência de um outro trabalho que abordasse as questões relativas a migrantes trabalhadores rurais, migrantes do Centro-Sul no Acre. Com o trabalho de Nascimento tive um misto de frustração e alegria. Se, por um lado, meu objeto de pesquisa não se constituía inédito, por outro, os enfoques teóricos e metodológicos seriam.

Raymond Williams¹⁸ fez-me atentar para a preocupação com a necessidade de chegar a uma consciência sobre o conceito de cultura, se quisesse fazer uma análise cultural séria; e de que os conceitos precisariam estar articulados a outras categorias em estudo.

Portelli¹⁹ orientou-me a perceber a ética que todo pesquisador, ligado a essa forma de produzir o conhecimento historiográfico, deve ter ao tratar de História Oral.

Michel Certeau²⁰, sem dúvida, contribuiu para a análise do que significa escrever um trabalho a partir do lugar social do historiador.

Walter Benjamin²¹ ajudou-me a justificar a demarcação do período em estudo, por sua forma de ver o tempo como não homogêneo.

Daniel Francisco dos Santos²², que pesquisou migrantes trabalhadores rurais nordestinos em Rondônia, trouxe-me inspirações de que seria possível escrever sobre migrantes a partir não de uma história economicista, mas de questões sociais, tais como: tradições, identidades, formas de

16 - NEVES, Delma P. *Assentamento rural: Reforma Agrária em migalhas*. Niterói: UFF, 1997.

17 - NASCIMENTO, Eloísa W. *Rumo da terra: rumo da liberdade*. Um estudo dos migrantes rurais do Sul no Estado do Acre. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1985.

18 - WILLIAMS, Raymond. Op. Cit.. p. 18-25.

19 - PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho*: algumas reflexões sobre a ética na história oral. Projeto História, São Paulo, n.15, p.13-33, abr. 1997.

20 - CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-49

21 - BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia técnica, arte e política*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. Vol. 1. p 222-232

22 - SANTOS. Op. cit.

organização e solidariedade.

Quanto à estrutura deste trabalho, compõe-se de quatro capítulos.

No primeiro, trato da situação fundiária por que passou a Amazônia a partir de 1964, em função da preocupação com a segurança nacional e ocupação dos “vazios demográficos” brasileiros. Em meio a essas questões, discuto os conflitos gerados em torno da terra no Acre, retomando, ainda que de forma breve, os três grandes marcos migratórios por que passou o Acre entre os anos de 1850 e 1970, com maior ênfase para o terceiro ciclo migratório, por tratar-se do período alvo deste trabalho. Ainda nesse capítulo, trato da política de implantação, ocupação e exploração dos Projetos de Assentamento Dirigidos no Acre.

No segundo capítulo, procurei rever uma parte da história do Acre, que, ao tratar de migrantes trabalhadores do Centro-Sul no Acre, homogeneizava os sujeitos sociais. Aqui, busco, através de notícias de jornais, entrevistas orais, cartas de migrantes e fotografias, fazer uma distinção entre fazendeiros, jagunços e trabalhadores rurais, sujeitos que até então eram pejorativamente denominados “paulistas”.

O capítulo três é uma manifestação do meu lado educadora, pois trato do ensino e aprendizagem ocorridos entre trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul e trabalhadores rurais acreanos, sustentada por um referencial teórico emprestado da Educação Popular. Procuo identificar em que espaços e de que formas essas culturas se entrelaçaram e que saberes e consciências foram construídos em espaços informais, como roçados, em meio a grupos de mulheres e casamentos.

No quarto e último capítulo, discuto as raízes e identidades dos migrantes trabalhadores rurais no Acre e a quem interessa homogeneizar identidades.

Nas considerações finais, retomo algumas questões polêmicas, tratadas ao longo do texto, tais como: migrante desbravador ou migrante expropriador? Migrante desenraizado ou reenraizado? Migrante que só ensina ou que também aprende? Contudo, sem a intenção de dar conclusões ou esgotar as discussões sobre a temática, instigo novas discussões.

A realização deste trabalho poderá contribuir com um novo olhar sobre os modos de vida e a constituição de experiências sociais de migrantes do Centro-Sul no Acre, ainda que muitos outros aspectos referentes a este objeto de pesquisa tenham ficado de fora e devam se constituir em futuras

investigações.

CAPÍTULO I

A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA PÓS 1964

A terra é a coisa mais importante nesse mundo. E é tão importante que Deus nos fez do pó da terra e disse que à terra nós voltará. A terra tá no começo e no fim da nossa vida. É o início e o fim de nossa vida. Ai, infelizmente nós não tem uma política que nos dá condição de viver na terra, toda a humanidade né, infelizmente.²³

23 - CARVALHO, Angelina Pereira. Trabalhadora Rural. Entrevista concedida a Tereza Almeida Cruz, Raimal Nabor Junior, Projeto Pedro Peixoto, Rio Branco, maio de 1998.

A importância atribuída à terra pela trabalhadora rural Angelina Pereira Carvalho, moradora do Projeto de Assentamento Pedro Peixoto, localizado no município de Rio Branco-Acre, é de emocionar e ao mesmo tempo de indignar-se, pois ter terra e viver da terra no Brasil ainda são sonhos para as camadas populares.

O fato de o Brasil ser “gigante” não significa dizer que é por obra “da própria natureza”, como está expresso em nosso Hino Nacional, mas sim pelas lutas, guerras, fraudes e acordos firmados. Da mesma forma, a distribuição das suas terras também foi fruto de ações humanas semelhantes.

Embora o objeto deste estudo não seja a questão fundiária brasileira, e sim modos de vida e experiências sociais de trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul na região acreana, não dá para analisar um sem que se remeta ao outro, de forma que tenho tido o cuidado de atentar para o alerta feito por José de Souza Martins, ao afirmar que:

O tema da reforma agrária é, seguramente, um dos mais equivocados deste momento no Brasil. Equivocado pelo modo como é comumente proposto em diferentes meios; equivocado pela enorme carga de subinformação que o acompanha, pelas descabidas paixões que desperta, pela real ignorância do tema que se manifesta em muitas das opiniões a respeito do mesmo.²⁴

Penso que será difícil não cair em nenhum dos equívocos citados por Martins, até porque alguns deles, reconheço, são dignos de atenção. Quanto a outros, como a paixão que a temática desperta, não há grandes problemas, uma vez que a paixão, aqui entendida como interesse, entusiasmo e compromisso, torna-se um instrumento importante para quem pretende fazer História Social.

A intenção é produzir um trabalho cujas análises não se reduzam a linearidades do tipo: “Assim como foi nos dias de Noé, será nos dias de hoje”, uma vez que a história pode tratar de diferentes temporalidades. Embora em alguns momentos me sinta tentada a apenas reproduzir histórias, dada a semelhança que a princípio as situações aparentam, passo, depois, com mais cuidado e atenção, a identificar as diferenças.

História, cujas análises se resumam a afirmar que “o capital internacional monopolista foi o grande responsável pela conjuntura atual... Porque a superestrut-

24 - MARTINS, José de Souza. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. In: *Tempo Social* - Revista de Sociologia da USP, fev., 2000.

tura...”, também não me satisfaz. Esse tipo de análise estruturalista, com base quase que exclusivamente marxista, apesar de possuir grande relevância para a economia e áreas afins, não é suficiente para explicar o objeto ora em estudo, pois trata das experiências sociais de migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul no Acre, sujeitos históricos de muitos fazeres e querereres, situação em que a economia política e a história econômica não têm termos para explicar.

Vejamos, pois, na Amazônia e no Acre, como as questões em torno da terra vêm sendo postas. Nos anos 50 e 60 do século XX, a intensificação do processo de industrialização por que passava o Brasil e o acirramento das desigualdades sociais impulsionaram a população a mobilizar-se, requerendo terras. No entanto, o golpe militar de 64 interrompeu as reivindicações, o que impediu alterações na estrutura agrária e nos fez perder a oportunidade de conquistar um desenvolvimento agrário voltado para a maioria dos trabalhadores.

Com o fim do regime militar e a reestruturação recente da economia mundial, tanto trabalhadores rurais quanto urbanos veem diminuídas suas possibilidades de emprego e passam a requerer terras para trabalhar.

Nesse quadro de mudanças surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – e, a partir de 1970, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra – para atuar em todo o território nacional.

Mediante informações contidas em folheto informativo à população acreana, elaborado pelo Incra e distribuído na Feira Agropecuária, no ano de 2000, o Incra no estado do Acre, a princípio, funcionou com nove servidores originários do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural – Inda –, pois não havia no Estado, em 1970, representação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – Ibra.

A partir de 1974, implantou-se a Coordenadoria Regional do Incra no estado do Acre, com atuação voltada para as ações discriminatórias e para a titulação, em convênio, das áreas distribuídas pelo Governo do Estado, tornando-se mais fácil definir quem “ocuparia” e quem desocuparia as terras acreanas.

A ocupação ou desocupação das terras que hoje compreendem o estado do Acre passou por três grandes marcos migratórios.

O primeiro vai ocorrer a partir de 1850, quando o Acre ainda nem havia sido incorporado ao território nacional, visto que sua incorporação se dará em 1903. Cerca de 50, 60 mil ou mais de nordestinos foram tocados pela seca ou pelos latifúndios de sua região, atraídos por propagandas e arregimentações, feitas pelos prepostos seringalistas do Pará e Amazonas e, ainda, iludidos com o elevado preço da borracha. Pensando ser possível enriquecer fácil e rapidamente, esses migrantes vieram “fazer

o Acre” com o corte da seringa.

O segundo ciclo migratório ocorre em 1943 e também é composto por nordestinos, em sua grande maioria, cearenses, que mais uma vez estavam assolados pela seca e pela fome. O mundo nessa época estava em guerra. A Alemanha de Hitler estava melhor que o resto da Europa e Rússia; os EUA entraram na guerra, mas precisavam de borracha para manter-se guerreando, uma vez que os seringais da Malásia, de onde provinha a borracha que usavam, haviam sido tomados pelos japoneses.²⁵

O terceiro e último ciclo migratório tem como marco os anos 70 e, dessa feita, não contará com o contingente nordestino, e sim, do Centro-Sul, sendo esse o período alvo deste estudo. Desde então, o Acre começa a passar por bruscas mudanças nos campos econômico, social e cultural.

No campo econômico, a borracha, principal fonte econômica por um período superior ao de um século, nos anos 50 e 60, enfrentava várias crises, por falta de incentivos financeiros e pelo fato de outros centros terem passado a produzir borracha de melhor qualidade, em maior quantidade e a menores preços que o Acre. A estrutura dos seringais passou a ser desarticulada, casas aviadoras deixaram de fornecer mercadorias, seringalistas entraram em falência e seringueiros enfrentaram sérias dificuldades para se manterem na profissão, já que não dispunham mais de quem lhes comprasse a produção, nem quem lhes fornecesse mercadorias. Essa relação comercial se dava por meio do patrão seringalista ou do regatão. Saindo do cenário esses dois últimos personagens sociais, o seringueiro se viu ilhado e sem condições de permanecer nos seringais.

Frente ao quadro predominante nos anos de 1971 e 1974, começou a ser pleiteado pelo então governador do Acre, Wanderley Dantas, uma nova proposta econômica para o Estado – a agropecuária, que a princípio se resumiu mais à pecuária do que à agricultura, dada as facilidades que a pecuária oferecia, como: manejo fácil e a pouca e barata mão de obra que requer.

Com a pecuarização, mudanças significativas nos modos de vida da população acreana passam a acontecer.

No campo social, o intenso êxodo rural e a formação das periferias, principalmente na Capital, tornaram-se um dos mais sérios problemas enfrentados na ocasião e que ainda hoje repercutem na forma como o espaço urbano está estruturado.

Conforme o Censo do IBGE, até os anos 70, a população rural do Acre era

25 - Sobre esse período, consultar MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico. In: *Cadernos UFAC*, n. 1, Série “C” – Estudos e Pesquisas, Rio Branco: Ufac, 1988, 368 p.

três vezes maior que a urbana. Já na década de 90, a população urbana passa a ser o dobro da rural. Esta talvez seja uma das razões por que o espaço e os modos de vida da população acreana, urbana e rural assemelhem-se tanto.

Esse cenário pode ser observado, por exemplo, no fato de os moradores da zona urbana não terem o hábito de documentar suas propriedades. No seringal de onde provinham, não lhes interessava serem donos, mas o direito de poderem explorar a seringa que havia naquele espaço a que denominavam de *colocação* – porção de floresta que abriga grande número de árvores de seringa. Tal sistema de produção era tão cruel, do ponto de vista emancipatório, que gerou toda uma cadeia de dependência, em que o seringueiro não conseguia se ver sem a mediação do seringalista nas suas relações de produção. Daí porque ser dono pouco importava.

A forma e local escolhidos para a construção das casas também expressam essa inserção dos modos de vida dos moradores do ambiente rural no urbano. O local destinado para as construções na zona urbana era às margens dos rios, como acontecia nos seringais onde o rio representava o único meio de transporte, ou ainda porque, em muitos casos, essas áreas de barranco não custavam nada, ou custavam muito pouco, e não estavam tão valorizadas quanto aquelas situadas nos bairros mais centrais – espaços já ocupados pelas famílias mais abastadas da capital acreana.

Quanto à arquitetura, as construções deveriam ser bem elevadas do chão para que durante as cheias dos rios não corressem risco de serem tomadas de surpresa por alagações. Essa estratégia, no entanto, nem sempre funcionava nas cidades, pois ano a ano, tais construções são atingidas pelas enchentes e, mesmo assim, os moradores persistem em não mudar de bairro. Essa situação ocorreu muitas vezes em função da proximidade das casas com o centro municipal, onde normalmente os trabalhadores passaram a desenvolver suas atividades econômicas como vigias e flanelinhas ou como vendedores de algum tipo de alimento: picolés, quibes, refrescos e alguns brebotes. Em outros casos, como já foi dito, a situação foi agravada por falta de condições econômicas para adquirir um terreno em uma área mais nobre.

O costume de compartilhar um pedaço da caça com os vizinhos também permanece, mesmo que já não seja a carne o item a ser oferecido, podendo ser um pão de milho (cusuz), uma xícara de café, seguida de um bom bate-papo, como: “Suba, vizinha! Tu viu o fio da Raimunda, num imbuchô a fia do Zé Catita? E agora, como é que vão criá? Os dois bem novinho e sem emprego?”

E assim vai... “Todo mundo” sabe da vida de “todo mundo”, mas também se importa com a vida “de todo mundo”, não por mera fofoca, mas porque ali as relações pessoais ainda existem e não foram destruídas pela frieza urbana.

O campo cultural talvez tenha sido aquele que passou por mais conflitos. Imaginemos uma cultura secular de “florestatria”, ou seja, de idolatria à floresta, principalmente à castanheira e à seringueira, espécies consideradas intocáveis, das quais, durante anos, seringueiros extraíram seus sustentos. Repentinamente, essas árvores foram sendo destruídas por pessoas que desconheciam o valor de sua preservação, sem pudor, reverência ou sentimentos. Este choque cultural pode ser evidenciado na fala do senhor Francisco Vieira de Azevedo, velho comprador de castanha do trecho compreendido entre os municípios acreanos de Brasileia e Rio Branco, em entrevista ao jornal *Varadouro*, cuja manchete tinha como título “‘Mãe’ para os acreanos, ‘vaca sagrada’ para os paulistas”. Dizia ele:

O que estão fazendo com a seringueira é um verdadeiro crime: derrubar uma árvore como esta. A castanheira e a seringueira são como se fossem nossas mães. Quando nossos pais vieram do Nordeste para cá, tiraram delas o sustento. Foi com o leite da castanha que nos criaram. Foi com o leite da seringa que nos vestiram.²⁶

É bom considerar que essa consciência de preservação não era fruto de nenhum estudo formal sobre impactos ambientais, nem de discussões sobre manejos florestais ou de discursos de ecologistas. Tal consciência nasceu da experiência e da necessidade de se manter uma fonte não perecível.

Vale ressaltar que nem todos os seringueiros tinham esse esclarecimento. Alguns, como os nordestinos que vieram na primeira leva, ocorrida por volta de 1850, não viam as florestas acreanas com um olhar de preservação. Sugavam tanto as seringueiras e as exploravam de formas tão predatórias que, por vezes, queriam fazer mais de um corte por dia no tronco da árvore, ou várias bandeiras (o equivalente a um conjunto de cortes). Havia ainda, quem desejasse derrubar a seringueira e deixar jorrar todo o leite de uma única vez.

Essas atitudes anti-preservacionistas contribuíram para a criação de uma categoria nos seringais – o fiscal –, uma pessoa de confiança do seringalista, que periodicamente responsabilizava-se por acompanhar os procedimentos de exploração das árvores de seringueira.

Aos primeiros seringueiros que para cá vieram não lhes foi permitido trazer família, o que contribuiu para que não desejassem fixar-se no Acre. Eles queriam apenas ganhar dinheiro rápido, de forma mais fácil e voltar para suas terras de origem.

26 - “MÃE” para os acreanos, “vaca sagrada” para os paulistas. *Varadouro*. Rio Branco, n. 10, p. 09, jun. 1978.

De forma diferente agiram os seringueiros que vieram para o Acre a partir de 1943, definida como a segunda leva de nordestinos: os chamados “soldados da borracha”. A estes foi permitido trazer suas famílias, o que de certa maneira gerou maior interesse em estabelecerem-se no Acre, adotando o Estado como espaço para viver, trabalhar e ter filhos, fato que os fez ter uma outra relação com a floresta.

Falas como a dos ex-seringueiros nordestinos Almir Gomes dos Santos e de Antenor Pereira dos Santos, que viveram o segundo ciclo da borracha no Acre, expressam muito bem o nível de descontentamento que se gerou entre os seringueiros, por ocasião das primeiras migrações provenientes do Centro-Sul. Segundos eles, esses migrantes eram pessoas portadoras de valores distintos dos mantidos pelos acreanos com relação à floresta e, por essa razão, passam a derrubá-la. De acordo com os ex-seringueiros:

O seringueiro não tem mais nem o seu canto para trabalhar e nem o governo cria emprego para ele. Hoje no final de tudo, no final da história, o seringueiro ficou a mercê do desamparo, sem moradia e sem ocupação. Foi ele quem mais pagou com a miséria em que hoje vive. Veja bem: A gente tinha a faca de seringa e só podia cortar a casca, não podia ferir o pau da seringa; isso era um crime. Os fiscais diziam que a seringueira era a mãe do seringueiro e multavam a gente quando a gente feria o pau da árvore. E hoje o pessoal derruba a árvore toda, acabando com o Estado (SANTOS, Almir Gomes dos).²⁷

O senhor vê, agora estão acabando com os seringais. Como é que pode viver só com a criação de gado? Não vai ter pra esse povo todo, o governo também não tem. Como vão viver? Só Deus sabe. Eu gosto de dizer o que penso (SANTOS, Antenor Pereira dos).²⁸

Mas, não é só nas falas de ex-seringueiros que se expressa a revolta e a resistência ao processo de pecuarização do Acre. Compositores, poetas, teatrólogos e romancistas acreanos sempre buscaram suas inspirações na situação por que passou a viver a população acreana, pós anos 70. Nos festivais de canções, o regionalismo é temática muito recorrente, sujeita, inclusive, a críticas de compositores e músicos

27 - MIGRAÇÃO uma história de cem anos. *Varadouro*. Rio Branco, v. 1, n. 4, p. 11-12, set. 1977.

28 - Idem p. 11.

que fogem ao estilo por acreditarem que os festivais devam ser mais abertos, podendo incluir outras temáticas. Ainda assim, músicas como “Resistência”, composta pelo professor Jonas Filho, ex-reitor da Universidade Federal do Acre, para o Festival Universitário da Canção/99, foi eleita a melhor. Eis a transcrição de sua letra:

Resistência
(Jonas Pereira de Souza Filho)
Estão querendo me arrancar daqui
Enterrar-me em outro lugar
Força e fogo, suas armas
Eu, só lágrimas pra apagar.
Alguns foram atrás de sonhos
Muitos trocados por bois
Quem ficou aqui é bicho
Quem se foi, parte do lixo.
Mas enquanto houver caçada
Tiver peixe na enseada
E macaxeira na mesa
Pamonha e tapioca
Tiver milho lá na roça
Uma rede, uma palhoça.
E orações
Eu vou ficar
Estão querendo me arrancar daqui
Enterrar-me em outro lugar
Força e fogo, suas armas
Eu, só lágrimas pra apagar.
Na fumaça das fogueiras
Vão mensagens de ameaça
No silêncio das clareiras
O desenho da desgraça
Mas enquanto houver picadas
Seringueiras nas estradas
Rios enchendo em chuvarada.
Enquanto houver floresta
Tiver som da natureza
O sol a adentrar a mata
E canções
Eu vou ficar

A letra desta música propicia reflexões sobre a força e a fraqueza de uma tradição. Força, por expressar o poder que um povo pode ter, o valor de sua cultura e resistência. Fraqueza, porque essa mesma resistência, que o faz forte, pode enfra-

quecê-lo, por representar teimosia, persistência num modo de vida que, do ponto de vista econômico, não se sustenta mais. E, mesmo que se sustentasse, a que preço social? Quem se interessaria por se manter seringueiro? Ou seria o caso de mudarmos a pessoa da oração, ficando “a quem interessaria mantê-los seringueiros?”.

Mas quem são esses sujeitos sociais que tantos danos causaram à população acreana a partir dos anos de 1970, quando jornais denunciavam e compositores se inspiravam para fazer suas canções?

São “os paulistas”! Mas, quem seriam “os paulistas”? Por que e como vieram parar aqui no Acre?

“Paulistas”, embora a literatura acreana já produzida os defina como grandes empresários do Centro-Sul, que vieram investir em terras acreanas, as entrevistas, diálogos travados no dia a dia e minhas experiências de sala de aula, com alunos de História do Acre, bem como as conversas que ouvia de passageiros de ônibus intermunicipais, ao longo dessas estradas barrentas do Acre, permitiram afirmar não serem só esses migrantes os chamados “paulistas”.

A senhora Maria Alzenir Vieira de Souza, cearense de Jaguaribe Mirim - Ceará, moradora do Km 08 do ramal dos Paulistas, no Projeto Humaitá, que migrou para o Acre em 1960, retrata como se deu a chegada dos primeiros migrantes do Centro-Sul naquela localidade, que mais tarde recebeu o nome de Ramal dos Paulistas.

Quando os paulistas chegaram aqui, isso era tudo mata; não tinha estrada, nem escola, nem posto de saúde. Esse ramal a gente chama de Ramal dos Paulistas porque foram elas, treze famílias que chegaram aqui, tudo de fora, de São Paulo, do Paraná, de Minas, era gente de todo lado; um povo branco chega nos olhos.²⁹

Percebe-se, por meio da fala da entrevistada, no espaço de assentamento de colonos, que os grandes fazendeiros migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul são tachados de “paulistas”.

Embora dados do Incra revelem que hoje já existe concentração de áreas em mãos de grandes proprietários, mesmo dentro de Projetos de Colonização, isso não era um fato que ocorresse por ocasião da criação desses projetos. Naquela oportunidade, tais espaços foram loteados e ocupados por famílias sem terras e pobres.

Por tudo que foi dito é certo afirmar que “paulistas” no Acre serão todos os migrantes chegados nos anos 70 e 80 do século passado, independente da natura-

29 - SOUZA, Maria Alzenir Vieira de. Trabalhadora rural. Entrevista cedida à autora. Projeto Humaitá, Ramal dos Paulistas, Porto Acre, julho de 2000.

lidade, da Unidade da Federação de onde partiram ou de suas condições socioeconômicas. Ser “paulista” no Acre representava forte ameaça à população acreana, até então formada basicamente por índios, caboclos e descendentes de “cearenses”, que tinham modos de vida que se diferenciavam da forma como os migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul viviam.

Convém lembrar ainda, que se tornou corriqueiro chamar de “cearenses” os migrantes da primeira e segunda leva de nordestinos. Tal fato se explica pelo estado do Ceará ser o que mais contribuiu com migrantes no Acre: Ceará, 14.221; Rio Grande do Norte, 2.227; Paraíba, 1.454; Pernambuco, 730; Maranhão, 478; Piauí, 411; e Alagoas, 223. Ou seja, de um total de 19.744 habitantes, cerca de 72% eram cearenses.

Considerando que os migrantes, em sua maioria, eram oriundos do estado do Ceará, o povo do Acre começou a generalizar a denominação “cearense” para todas as pessoas vindas do Nordeste, desprezando a unidade política de sua procedência. Portanto, “cearenses” e “paulistas” no Acre pode não significar que realmente o sejam.

Em 1977, foram criados os primeiros Projetos de Colonização (Pedro Peixoto e Boa Esperança). Ano a ano, outros foram criados e atualmente totalizam: 5 Projetos de Colonização, 8 Projetos de Assentamento Agroextrativista e 48 Projetos de Assentamento, distribuídos entre os vales do Juruá e do Acre, conforme Imagem 1.

De 1977 a 2002, o Incra assentou 16.829 famílias, nos 61 Projetos existentes, o que representa um número bastante significativo de ações. Embora pese sobre a trajetória do Incra no Acre uma sucessão de erros, houve também acertos, que hoje, 30 anos depois, podem ser mais bem avaliados.

A implantação dos primeiros projetos de colonização no Acre representou muito mais uma tímida reforma fundiária (só terra) do que uma ousada reforma agrária (na agricultura). Daí, porque Octávio Ianni afirma que:

(...) a colonização dirigida na Amazônia não se limita a ser uma contra-reforma agrária nessa região, mas adquire o caráter de uma contra-reforma agrária também no Nordeste, no Sul e em outras regiões. Para não distribuir as terras, em nenhuma área ou região de ‘tensão social’ no mundo rural, o Estado foi e continua a ser levado a realizar a modesta “distribuição” ou ‘redistribuição’ de terras devolutas, tribais ou ocupadas em algumas áreas da Amazônia.³⁰

30 - IANNI, Octávio. *Problemas sociais do Sul e colonização da Amazônia*. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 103.

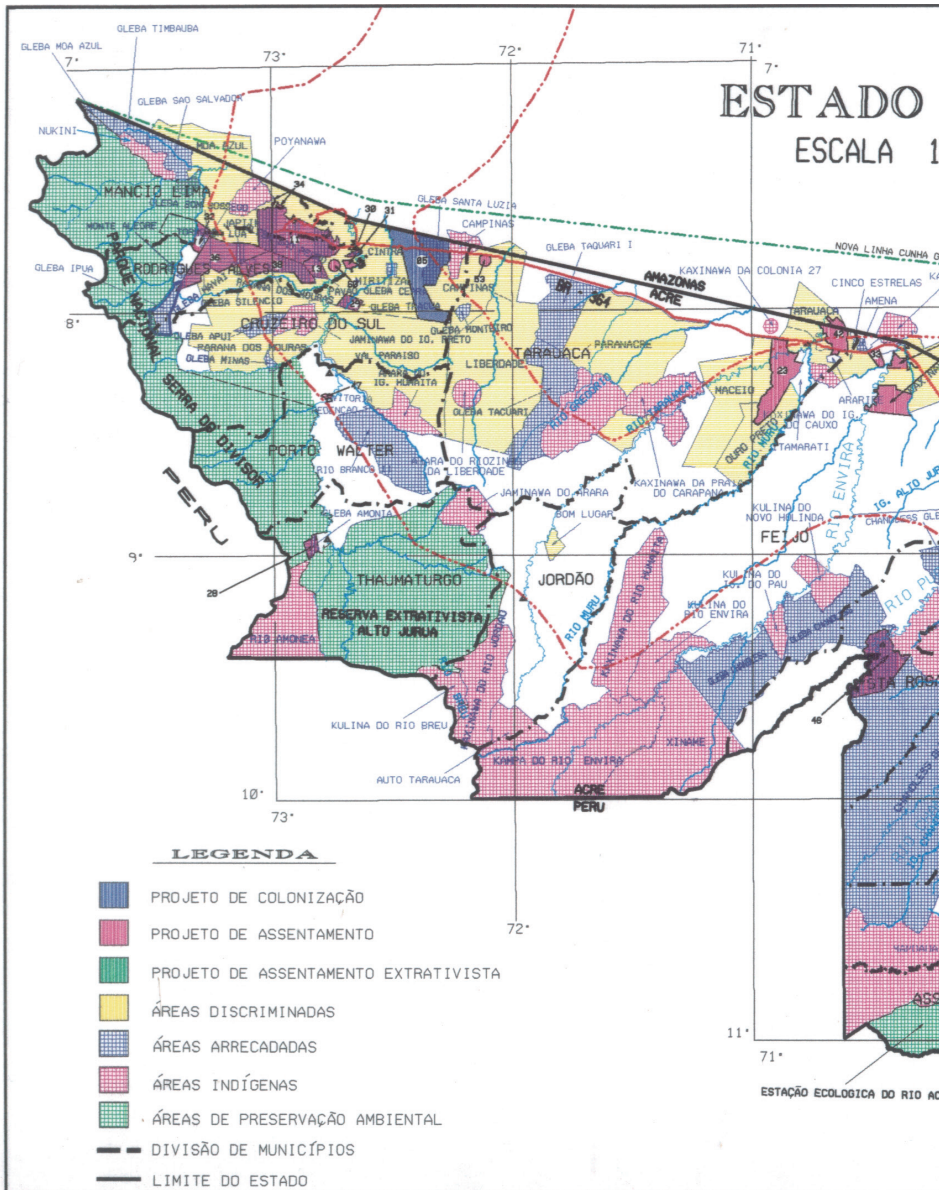


Imagem 1: Distribuição espacial dos Projetos de Colonização no estado do Acre

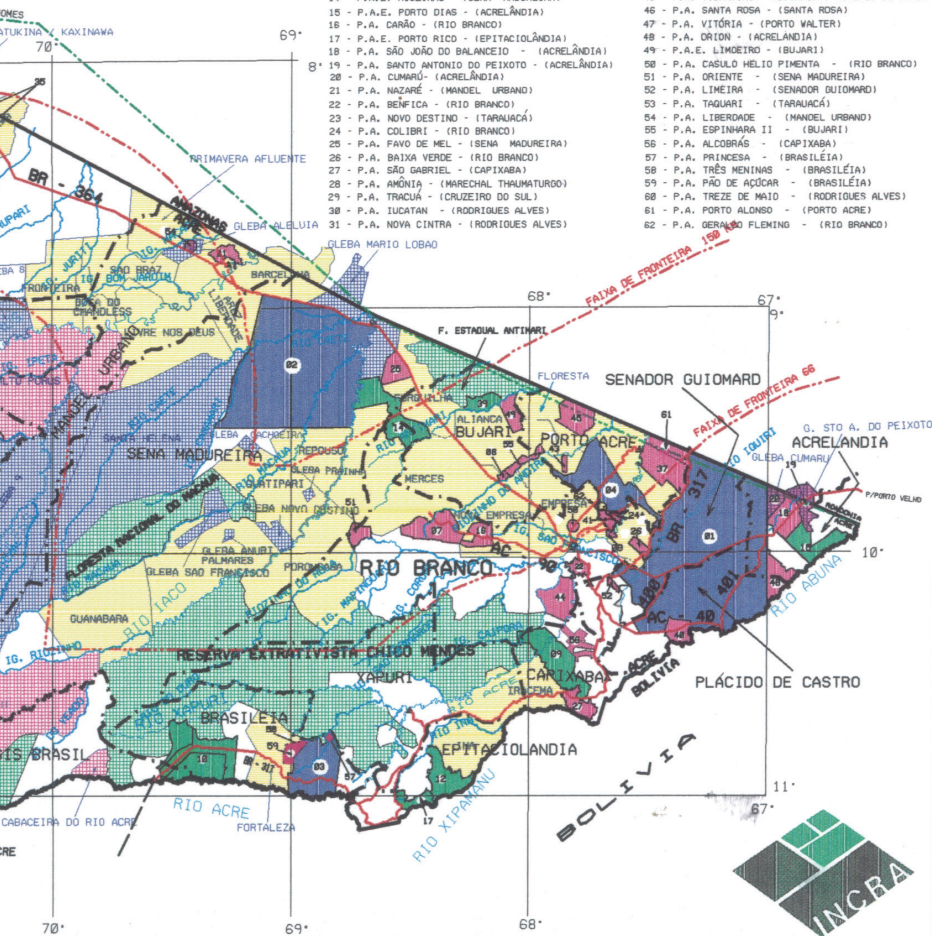
Fonte: Imac

DO ACRE

/ 3.000.000

PROJETOS

- | | |
|---|---|
| 01 - P.C. PEDRO PEIXOTO - (SENADOR GUIOMARD) | 32 - P.A. RIO AZUL - (RODRIGUES ALVES) |
| 02 - P.C. BOA ESPERANÇA - (SENA MADUREIRA) | 33 - P.A. AMENA - (FEIJÓ) |
| 03 - P.C. QUIXADÁ - (BRASILÉIA) | 34 - P.A. SÃO DOMINGOS - (MÂNCIO LIMA) |
| 04 - P.C. HUMAITÁ - (PORTO ACRE) | 35 - P.A. ENVIRA - (FEIJÓ) |
| 05 - P.C. SANTA LUZIA - (CRUZEIRO DO SUL) | 36 - P.A. HAVAI - (RODRIGUES ALVES) |
| 06 - P.A. ESPINHARA - (BUJARI) | 37 - P.A. CAJETÁ - (PORTO ACRE) |
| 07 - P.A. FIOLEIRA - (RIO BRANCO) | 38 - P.A. PARANÁ DOS MOURAS - (RODRIGUES ALVES) |
| 08 - P.A. VISTA ALEGRE - (RIO BRANCO) | 39 - P.A.E. CANARI - (BUJARI) |
| 09 - P.A.E. REMANSO - (CAPIXABA) | 40 - P.A. TRUNFO - (PLÁCIDO DE CASTRO) |
| 10 - P.A.E. SANTA QUITERIA - (BRASILÉIA) | 41 - P.A. BDA ÁGUA - (RIO BRANCO) |
| 11 - P.A. SÃO PEDRO - (RODRIGUES ALVES) | 42 - P.A. TARAUCÁ - (TARAUCÁ) |
| 12 - P.A.C. CHICO MENDES - (EPITACIOLÂNDIA) | 43 - P.A. PORTO ACRE - (PORTO ACRE) |
| 13 - P.A. PARÁ - (RODRIGUES ALVES) | 44 - P.A. GAL. MORENO MIA - (RIO BRANCO) |
| 14 - P.A.E. RIZOINHO - (SENA MADUREIRA) | 45 - P.A. TOCANTINS - (BUJARI/P. ACRE/B. DO ACRE) |
| 15 - P.A.E. PORTO DIAS - (ACRELÂNDIA) | 46 - P.A. SANTA ROSA - (SANTA ROSA) |
| 16 - P.A. CARÃO - (RIO BRANCO) | 47 - P.A. VITÓRIA - (PORTO VALTER) |
| 17 - P.A.E. PORTO RICO - (EPITACIOLÂNDIA) | 48 - P.A. ORION - (ACRELÂNDIA) |
| 18 - P.A. SÃO JOÃO DO BALANCE - (ACRELÂNDIA) | 49 - P.A.E. LIMZEIRO - (BUJARI) |
| 19 - P.A. SANTO ANTONIO DO PEIXOTO - (ACRELÂNDIA) | 50 - P.A. CASILDO HELIO PIMENTA - (RIO BRANCO) |
| 20 - P.A. CLMARÚ - (ACRELÂNDIA) | 51 - P.A. LINDA - (SENADOR GUIOMARD) |
| 21 - P.A. NAZARÉ - (MANDEL URBANO) | 52 - P.A. TAQUARI - (TARAUCÁ) |
| 22 - P.A. BENFICA - (RIO BRANCO) | 53 - P.A. LIBERDADE - (MANDEL URBANO) |
| 23 - P.A. NOVO DESTINO - (TARAUCÁ) | 54 - P.A. ESPINHARA II - (BUJARI) |
| 24 - P.A. COLIBRE - (RIO BRANCO) | 55 - P.A. ALDOBRÁG - (CAPIXABA) |
| 25 - P.A. FAVO DE MEL - (SENA MADUREIRA) | 56 - P.A. PRINCESA - (BRASILÉIA) |
| 26 - P.A. BAIXA VERDE - (RIO BRANCO) | 57 - P.A. TRÊS MENINAS - (BRASILÉIA) |
| 27 - P.A. SÃO GABRIEL - (CAPIXABA) | 58 - P.A. PÃO DE AÇÚCAR - (BRASILÉIA) |
| 28 - P.A. AMÔNIA - (MARECHAL THAUMATURDO) | 59 - P.A. TREZE DE MAIO - (RODRIGUES ALVES) |
| 29 - P.A. TRACUÁ - (CRUZEIRO DO SUL) | 60 - P.A. PORTO ALONSO - (PORTO ACRE) |
| 30 - P.A. UCATAN - (RODRIGUES ALVES) | 61 - P.A. GERALDO FLEMING - (RIO BRANCO) |
| 31 - P.A. NOVA CINTRA - (RODRIGUES ALVES) | |



No caso específico da colonização do Acre, como parte da Amazônia, não foi diferente do processo analisado por Ianni. Os projetos de colonização Pedro Peixoto, Humaitá, Boa Esperança e Quixadá resultaram de transferência do caos social que estava ocorrendo em outras regiões do Brasil, principalmente no Centro-Sul.

Vale ressaltar também que, aliado à “transferência do caos social do Centro-Sul”, pressões sociais locais contribuíram para a criação dos projetos de colonização do Acre. Dentre esses segmentos estavam ex-seringueiros e posseiros, expulsos dos seringais por ocasião da venda das propriedades aos fazendeiros do Centro-Sul. Tais fazendeiros, por sua vez, apesar de ocuparem as terras por muitos anos, não possuíam documentos de propriedade, tendo que desocupá-las para que os novos proprietários passassem a ocupá-las, ainda que fosse com bois.

Esses sujeitos sociais não faziam uma pressão direta e aberta, mas, na proporção em que um excedente de mão de obra ia sendo dispensado das áreas rurais, um contingente de desempregados ia se formando nos bairros periféricos das cidades acreanas, ainda despreparadas para recebê-los. O governador do Estado do Acre, à época, sentiu-se então pressionado a criar alguma alternativa socioeconômica para resolver a situação.

Frente a esse quadro, o governador do Estado, Geraldo Mesquita, pleiteou junto ao Governo Federal a desapropriação de áreas a serem destinadas ao assentamento de pequenos produtores rurais (acreanos expropriados ou em vias de expropriação dos seringais e fazendas, bem como trabalhadores rurais do Centro-Sul, expropriados das grandes fazendas mecanizadas, em suas regiões de origem ou expulsos da região de Itaípu).

As reivindicações foram parcialmente atendidas pelo presidente da República, tendo sido desapropriados 292.000ha no município de Sena Madureira e 408.000ha em Rio Branco. Para a ocupação das áreas, o Incra adotou a metodologia dos Projetos de Assentamentos Dirigidos (PAD's), o qual, em parcerias com outros órgãos e autarquias, passou à execução de assentamentos.

Essa situação me permite afirmar que os primeiros Projetos de Assentamento do Acre se deram apenas em virtude das reivindicações dos ex-seringueiros e posseiros, pois estes não desejavam se tornar colonos; discordavam da política de loteamentos e desejavam trabalhar com o extrativismo da borracha. Mesmo que essa produção não estivesse atraindo

grandes interesses comerciais e o sistema de loteamento, por seu turno, desfavorecesse o extrativismo, era essa a atividade praticada por eles ao longo de suas vidas.

Ainda que não tenham empreendido uma pressão direta, barulhenta e com violência armada, seringueiros e posseiros, de forma indireta, silenciosos e vítimas por toda sorte de conflito social, pressionaram o Governo a criar os PAD's, ou para lhes proporcionar o retorno ao espaço rural, ou para frear a vinda de outros integrantes desse contingente para a cidade.

Situação diferente aconteceria nos anos 80, época em que seringueiros passaram a exercer fortes pressões junto aos grandes fazendeiros e ao Governo do Estado, através dos movimentos denominados "empates"³¹, que se constituíam em reuniões de um grande número de seringueiros, sem armas, para impedir que áreas de florestas fossem derrubadas.

As resistências surgiram de um amadurecimento dos seringueiros ao perceberem que, se não tomassem algumas atitudes frente à questão, em breve não lhes sobraria opção, senão juntar-se aos seringueiros que já haviam sido expulsos de suas colocações e que estavam enfrentando a dura realidade da vida urbana.

Ainda que se possa dizer que os projetos de colonização no Acre tenham sido criados no bojo das políticas de ocupação da Amazônia e que, portanto, houve um conjunto de propagandas mentirosas, disseminadas no Centro-Sul, para atrair a vinda de trabalhadores, a ocupação dos projetos não se deu exclusivamente por migrantes vindos daquela região, mas, também, e em grande número, por pessoas já residentes no Estado acreano.

A partir de dados do Incra, referentes ao ano de 1984, cerca de 68% dos moradores do PAD Pedro Peixoto residiam no Projeto, por ocasião de sua criação: 6,4% constituía-se de ex-seringueiros e posseiros que moravam na área há mais de nove anos e 25,5% residiam há menos de três anos.

Os moradores do PAD Pedro Peixoto, em 1984, eram, em sua maioria, originários da região Norte, em 56,4% dos casos; 19,1%, do Nordeste; 14,9%, do Sudeste e 9,6%, do Sul. Analisando a origem dos moradores e o tempo de residência no local, percebe-se que a ocupação inicial do PAD Pedro Peixoto se deu, em maior grau, por pessoas da região Norte. Esse quadro mudou poucos anos depois, devido à venda das terras pelos primeiros proprietários. Em 1991, a propósito, muitos lotes já haviam sido vendidos

31 - Sobre "empates", consultar Souza (1996, p. 36-94).

e nova reconcentração de terras passaria a acontecer, mediante a compra e junção de dois, três ou até mais lotes de terra.

Outras pressões foram feitas por desabrigados, em virtude da construção/ inundação da hidrelétrica de Itaípu, por pessoas desempregadas no meio rural e urbano, principalmente do Centro-Sul, e pelo MST.

Os PAD's não foram elaborados levando-se em conta o potencial de cada área escolhida para tornar-se um Projeto de Colonização. Como exemplo dessa falta de planejamento e orientação tem-se a criação do PAD Boa Esperança, em Sena Madureira, que mais funcionou como um cemitério de esperanças por parte dos assentados, do que como um pólo de colonização, cujo maior problema constituía-se na falta de estradas.

O executor do PAD Boa Esperança, em Sena Madureira, no ano de 1985, encaminhou ao chefe da DR 14 um álbum, contendo fotografias que retratavam as condições das principais vias de acesso ao Projeto. Anexo ao álbum havia um memorando com o seguinte teor:

MEMO. INCRA/DR-14/PG 03/N 46/85 Sena Madureira, 06 de maio de 1985.

Do: Executor do PAD Boa Esperança

AO: Chefe DR-14/Z

Senhor chefe:

Este conduz um álbum que revela as condições das principais vias de acesso ao projeto.

Fizemos questão, também, de retratar, sobremaneira, o estado atual que se encontra trechos da BR 364 e dos ramais do Xiburema e Esperança.

Fizemos questão também, de mostrar um pouco da produção de arroz, milho, banana e, principalmente, de café (principal gerador de divisas para o País), e pastagem.

Isto, para justificar ainda mais, a necessária recuperação dos ramais.

Atenciosamente,
Josimar Landim

Executor PAD Boa Esperança
Port./INCRA, nº 294/82.³²

O memorando citado informa que as terras que constituem o Projeto Boa Esperança eram produtivas. Contudo, sem estradas era impossível escoar a produção, permanecendo assim até hoje, 16 anos após tal reivindicação ter sido feita. A BR 364 e os ramais Xiburema e Esperança continuam intrafegáveis e alguns colonos mais persistentes continuam produzindo milho, arroz, e principalmente café. Este é o modelo de Reforma Agrária que se tem no país.

Outro exemplo de falta de estudos mais sistemáticos sobre potencialidades de explorações econômicas está nas recomendações contidas no anteprojeto do PAD Pedro Peixoto. Nesse documento, sugere-se que o extrativismo deve ser explorado, tendo em vista o potencial de seringueiras, castanheiras e madeiras em geral. No entanto, esqueceram que não bastava que existisse o potencial, mas que seria necessário mercado consumidor. Além disso, o sistema de loteamento não condizia com as necessidades de extratores do látex, pois, em pequenos lotes, não haveria um número razoável de seringueiras que compensasse desenvolver tal atividade.

Na sequência, sugere-se a agricultura, com base na tradição agrícola da região e na existência de solos favoráveis. Pergunta-se: que tradição agrícola seria esta, se as terras acreanas por muitos anos representaram apenas um suporte para o extrativismo da borracha, o que inclusive impediu o desenvolvimento da agricultura?

Valério Caldas de Magalhães, diretor do Departamento de Produção, em 1948, em relatório encaminhado ao governador do então Território do Acre, assim se pronuncia sobre a questão da imigração e colonização no Acre.

Não nos move, em absoluto, nenhuma intenção de diminuir as administrações passadas e julgamos mesmo que razões bem fortes respondem pelo pouco que se fez nesse setor da vida agrária desta região. Estamos na obrigação, entretanto, de deixar bem claro que não encontramos, em rigor, colônias

32 - MEMO. INCRA -14/PG 03/N 46/85 do Executor do PAD Boa Esperança ao chefe DR-14/Z, Sena Madureira, maio de 1985.

agrícolas organizadas, de vez que se quer os lotes destinados aos colonos e nos quais muitos já se acham instalados, estavam demarcados e cercados. O que havia, e isto não pode ser negado, era um aglomerado de homens, dentro da mata, sem nenhuma assistência, sem qualquer acesso fácil, sem recurso quanto à instalação de máquinas para o beneficiamento de seus produtos, até mesmo sem escolas para os seus filhos. Esta a verdade, a dolorosa verdade.³³

O trecho do relatório transcrito acima mostra que não havia – e ainda hoje é incipiente – a tradição agrícola no Acre, por razões já explicitadas anteriormente. Nem poderia ser diferente, tendo em vista que razões bem fortes respondem pelo pouco que se fez nesse setor da vida agrária, como o clima bastante úmido com chuvas intensas, localização longínqua e inexistência de pedras para a construção de estradas. Tal fato pode ser confirmado em dados do Sifra (Sistema de Informações de Projetos da Reforma Agrária, 2000), relacionado ao nível de escolaridade da população assentada e à infraestrutura implantada. Conforme Quadros 1 e 2, é possível verificar a carência nos assentamentos.

Cabe ressaltar a atualidade das informações dos Quadros 1 e 2, onde se comprova que há 24 anos a situação era bem pior e que, no caso da escolarização dos assentados, os pais citam a escolaridade de dependentes (filhos) que residem na cidade. Na realidade não há nenhuma pessoa com nível superior nos projetos.

33 - Trecho do relatório elaborado pelo diretor do Departamento de Produção do Território do Acre, Sr. Valério Caldas de Magalhães ao então governador, Sr. Guiomard dos Santos, p. 14.

Quadro I – Nível de escolaridade da população assentada

PROJETO	MUNICÍPIO	ÁREA	ANO DE CRIAÇÃO	CAPACIDADE DE ASSENTAMENTO	ALFABETIZADOS	ANALFABETOS	PRIMARIO GRAU		SEGUNDO GRAU		SUPERIOR		SEM INFORMAÇÕES
							COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO	COMPLETO	INCOMPLETO	
Pedro Peixoto	Senador Guiomard	317.588,0	1977	4.225	1.405	1.341	232	2.969	158	177	15	29	1.059
Boa Esperança	Sena Madureira	275.646,0	1977	2.756	1.048	505	33	786	29	28	1	2	314
Quixadá	Brasília	76.447,0	1981	952	823	326	43	1.046	52	41	9	7	163
Humaitá	Porto Acre	63.861,0	1981	951	747	341	99	956	108	100	8	7	821

Fonte: Sîpra (2000).

Diante desse cenário, questiona-se: que solo favorável o Acre oferecia, se 11 anos depois da criação dos projetos a maioria dos assentados que obtiveram terras por ocasião da criação do PAD Pedro Peixoto já haviam vendido ou abandonado suas propriedades, considerando a inadequação do solo para a lavoura? Além disso, há que se destacar a falta de estradas e transportes para escoar a produção, as constantes malárias a que os assentados eram acometidos e a falta de escolas que oferecessem as últimas séries do ensino fundamental como elementos decisórios para a expulsão dos parceleiros.

Quadro 2 – Infraestrutura implantada

PROJETO	MUNICÍPIO	ESTRADA (KM)	ENERGIA ELÉTRICA (%)	UNIDADE DE SAÚDE	ESCOLAS		ASSOCIAÇÕES
					QUANTIDADE	NÚMERO DE SAÚDE	
Pedro Peixoto	Senador Guiomard	800	30	16	68	133	35
Boa Esperança	Sena Madureira	179	0	3	33	34	24
Quixadá	Brasiléia	195	20	20	46	64	24
Humaitá	Porto Acre	240	40	4	8	24	114

Fonte: Sifra (2000)

O extrativismo da seringa nunca foi a principal atividade desenvolvida nos PAD's. Ao contrário, era uma atividade secundária, que logo foi substituída pela agricultura, que, apesar de tantos percalços para sua implantação, foi a atividade principal desenvolvida por parceiros durante toda a década de 80 do século XX, até que, diante da falta de perspectivas de melhorias nas condições de produção, perceberam que a pecuária lhes seria mais viável economicamente. O depoimento abaixo, do parceiro João Batista de França Antunes, morador do Projeto Quixadá, localizado no município de Brasileia – Acre, reforça essa afirmação.

Foi a pior viagem; eu começá cum arrois, feijão, mio e mandioca. E foi muito. E banana, batata doce. Eu tinha de tudo. Mandava pra fera. Tinha uma mulhé aí, mulhé do seu Alvino, que vendia de ameia cumigu. Levava prá fera. Minina, isso me atrasou. Quando eu vi que a coisa tava feia, aí eu digo: minha véia, capim minha véia! Aí eu cumeecei a comprá um bizerrinho.

Aí, minha fia, aumenôo o trem e agora deu prá comprá até carro e comprá até outro carro e tem gado parino e vaca parino quase todo dia. Aí foi que eu me levantei. (...) num dá não! Aqui num dá de jeito nenhum. Aqui é pecuária. Prante dois pé de capim e num prante 500 de milho! Hoje eu já prantei capim de novo.³⁴

Conforme João de Jesus Silva Melo, a agricultura, no auge da economia da borracha, não somente aparece como um subsetor absolutamente dependente, como também uma atividade secundária, cuja função consiste em amortecer as flutuações do ciclo extrativista, notadamente no que diz respeito ao abastecimento de alimentos para a força de trabalho em época de recessão.³⁵

Tratando-se, portanto, de tradição agrícola no Acre, segundo o mesmo autor, pode-se afirmar que:

O produtor direto (seringueiro) não era agricultor e não devia exercer atividade agrícola. O espaço rural, portanto, não tinha uma vocação agrícola, pois que a terra era considerada um suporte à atividade extrativista. O valor da terra, destarte, estava associado ao fato de nela existir ou não seringueiras e castanheiras.³⁶

Os argumentos de Melo (1997) e o depoimento do parceleiro João Batista de França Antunes revelam que implantar a pecuária nos PAD's não foi uma questão de tradição, pois os migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul não a tinham, já que normalmente estavam mais ligados à agricultura, embora alguns tivessem também conhecimentos relativos à pecuária.

Em certo ponto, as atividades de agricultura e pecuária passam pelas mesmas etapas, ou seja, derrubada e/ou preparação do solo. Contudo, o objetivo que trazia os trabalhadores para o Acre não era a pecuária e sim a

34 - ANTUNES, João Batista de França. Trabalhador rural. Entrevista cedida à autora. Projeto Quixadá, município de Brasileia-AC, julho de 2000.

35 - MELO, João de Jesus Silva. *Crédito rural especial na pequena produção*: um enfoque no PAD Humaitá, Período de 1988 a 1995. Rio Branco: Departamento de Economia/Ufac, 1997. (Monografia).

36 - Ibid.

agricultura, pois, para ser pecuarista eram necessárias grandes extensões de terra para plantio de capim e recursos financeiros para comprar gado, coisas que trabalhadores rurais e desempregados migrantes do Centro-Sul não detinham. Portanto, a implantação da pecuária nos PAD's não é uma questão de tradição, mas de única opção possível frente aos empecilhos que a agricultura oferecia.

A agricultura familiar, que poderia ter sido uma opção para a política agrária nos PAD's, oportunizando o desenvolvimento sustentável para os parceiros e emancipando-os, não foi implantada, por vários motivos, como a falta de condições técnicas para plantio e colheita, estradas para escoamento e mercado para a venda a preços compensatórios.

Tratar, portanto, de "paulistas" no Acre será antes de tudo uma tentativa de desomogeneizar uma história já produzida e estereotipada. Será trazer para a História Social acreana uma nova personagem que não o migrante "paulista fazendeiro", mas o migrante trabalhador rural do Centro-Sul. Tenho clareza das dificuldades desse propósito, seja em função das personagens, seja em função da profundidade possível da análise.

As personagens são inquantificáveis, pois não foi possível colher informações precisas sobre o número de pessoas beneficiadas pelos PAD's em estudo. Contudo, melhor que saber o número de assentados, será analisar suas culturas e experiências sociais, que dão corpo e forma aos seus modos de vida. A fala do senhor Manoel, registrada no jornal *Varadouro*, oferece informações sobre a impressão inicial com a chegada de migrantes:

Eles chegaram há pouco tempo. Loiros, de olhos azuis, fala cantada, costumes diferentes, só pensando em plantar café. Paranaenses, gaúchos, catarinenses, capixabas chegaram com 'corrida da terra', a partir de 1970, atraídos pela miragem de terras férteis e baratas da Amazônia. Onde moravam, os minifúndios encurtaram tanto que não dava mais para o sustento da família ou, então, estavam cansados de mudar de cá prá lá feitos 'ciganos', como eles mesmos dizem. Quem sabe Rondônia, o Acre, o sul do Amazonas? Alguns conseguiram um pedaço de terra e plantaram a 'Vila dos Capixabas' dos 'paranaenses'; outros nem chegaram ao lugar traçado, a malária, a fome, e a miséria cortaram seus passos; outros chegaram, mas tiveram que voltar. São os novos migrantes que se arrastam numa procissão dolorosa ao longo da BR

364 que liga Cuiabá a Porto Velho e a Rio Branco
(Depoimento do senhor Manoel ao jornal *Varadouro*)

Sobre o nível da análise, é certo que não se trata nem de uma “história total” sobre migrantes do Centro-Sul no Acre, nem de uma “migalha de suas histórias”; mas será a história possível de ser feita, a partir do tempo e espaço social vividos por mim, enquanto pesquisadora.

CAPÍTULO II

MIGRANTES DO CENTRO-SUL NO ACRE: QUANTOS OLHOS VOCÊ TEM A NOS OLHAR?

*Esse povo devia olhá nós diferente, porque
nós ajudemo muito esse Acre se desenvolvê.
(Tereza Padilha)³⁷*

37 - PADILHA, Tereza. Trabalhadora rural. Entrevista cedida à autora. Projeto Boa Esperança, Sena Madureira - Acre, 2001.

Neste capítulo, optou-se por desviar de um enfoque histórico, de cunho prioritariamente econômico, já posto e tornado oficial, e, através de um outro olhar sobre migrantes do Centro-Sul, “fazer aparecer as diferenças”, o que é compatível com as novas tendências da historiografia contemporânea.

Compreendo que o tipo de historiografia, elaborada nas décadas de 70, 80 e 90 do século passado, tenha funcionado como censura à conjuntura de ocupação da Amazônia, alargamento de fronteiras e de garantia da segurança nacional a qualquer custo, que se postulava após 1964. Por essa razão, entendemos porque foi daquela forma e não de outra, a historiografia produzida sobre migrantes e seus modos de vida. Aquele era o tempo que possibilitava subordinar tudo ao econômico, sem levar em consideração o caráter multidimensional da atividade humana.

É preciso refletir sobre o fato de que o lugar e o tempo tornam possíveis determinadas pesquisas, por meio de conjunturas e problemáticas comuns, mas torna outras impossíveis. Assim sendo, questiona-se: as circunstâncias daquele momento histórico e daquele lugar só permitiam aos historiadores mobilizarem um único sistema de análise?

Ao mesmo tempo em que buscamos entender que sim, baseados em Certeau (1995), cada sociedade se pensa “historicamente” com os instrumentos que lhes são próprios, ponderamos, quando percebemos que nossa representação do processo migratório porque passou o Acre, a partir de 1970, difere daquela realizada por alguns colegas historiadores, neste início de século XXI. Isso nos faz pensar também que temos formas singulares de interpretar tal fenômeno. Dessa feita, questiono-me se isto é bom do ponto de vista da produção historiográfica.

Para a resposta, serão usados paradigmas de White ³⁸, que nos auxiliarão nessa afirmação, de que o historiador tem que interpretar; que o registro histórico é ao mesmo tempo compacto e difuso demais; que requer um selecionar, um interpretar e que, por isso, temos que concordar parcialmente com Lévi-Strauss ³⁹, ao afirmar que a história nunca é apenas a “história”, mas sempre a “história para”, a história escrita no interesse de algum objetivo.

Nesse sentido, acredito ser necessário, se quisermos construir uma

38 - WHITE, Hayden. A interpretação da história. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: EduSP, 1994, p. 65.

39 - LÉVI-STRAUSS (apud WHITE, op. cit. p.71).

história social sob uma outra perspectiva, que comecemos a romper com esse consenso comodista a respeito de “migrantes paulistas” e de suas culturas, pois:

(...) a cultura se mostra um campo rico e fecundo para estudar as contradições de classes, principalmente se abandonarmos as concepções simplistas de manipulação para procurarmos sempre as contradições, a desigualdade de luta, os propósitos de organizar e reorganizar valores e “educar” o povo, para lidarmos então com a cultura como campo de batalha onde as lutas se concretizam.⁴⁰

Dessa maneira, o meu olhar ou (re)olhar sobre o passado histórico de migrantes do Centro-Sul no Acre vai no sentido de propor um repensar sobre esses sujeitos sociais, aos quais foram atribuídos os mais distintos adjetivos, desde “jacus em revoada”, fazendeiros paulistas, expropriadores, até jagunços.

Os adjetivos citados, talvez, coubessem à maioria dos grandes fazendeiros, não a todos. Muito menos caberiam aos trabalhadores rurais, sujeitos desta pesquisa.

Quanto à história dos fazendeiros, já existe vasta produção sobre eles. Interessa, pois, a este momento, produzir uma “história vista de baixo” e, para tanto, a primeira coisa a fazer é tentar separar “o joio do trigo”, pois, até então, grandes latifundiários queimavam casas, expropriavam, matavam pequenos trabalhadores rurais e passavam a ser vistos com os mesmos olhos com que eram vistos aqueles que realmente eram responsáveis por tantos estragos e misérias.

Grandes fazendeiros e trabalhadores rurais tinham propósitos e atitudes distintas ao virem para o Acre. Essas distinções precisavam ser feitas, pois são elas que justificam uma outra produção sobre migrantes do Centro-Sul no Acre, diferente das existentes. Neste estudo, os sujeitos sociais não serão homogeneizados.

Dizer que não haverá homogeneizações sé estar diante de tarefa bastante difícil, dada a pluralidade de sujeitos que um ambiente social pode comportar, principalmente quando esse ambiente representa o espaço

40 - FENELLON, Déa Ribeiro, op. cit. p. 21.

rural de um estado novo como o Acre. Dessa forma, muitas questões se colocam para análise. A primeira delas diz respeito a quem seriam os demandantes por terras no Acre, uma vez que era a terra um dos maiores propósitos dos migrantes que para cá vieram a partir de 1970.

Grandes fazendeiros vieram em função dos incentivos fiscais, oferecidos pelo Governo Federal, que naquela oportunidade promovia o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, liberando imposto, fornecendo financiamentos e apoio técnico. Com tantos atrativos, e considerando a possibilidade de lucro que poderiam obter investindo ou especulando as terras acreanas, por que não vir para o Acre? Principalmente, porque não era necessário fixar residência aqui. Poderiam enviar seus gerentes, capatazes, peões e continuarem em seus estados de origem, que, por sua vez, não era necessariamente São Paulo, como aponta a literatura já produzida sobre o assunto.

Na concepção dos fazendeiros, o progresso de uma região passava pela produção em torno da pecuária. Começaram então a derrubar as florestas, para o plantio de capim, e a criar gado, para o corte. Afinal, foi para isso que foram conclamados.

Que significado se esperava que os pecuaristas atribuíssem à floresta? Para esses, a selva poderia até ser muito bonita, mas não se coadunava com os interesses do desenvolvimento, pois a compreensão que tinham deste processo era diferente daquela assumida pela população rural do Acre. Para pecuaristas, a terra possuía uma outra função, que não somente a de suporte para o extrativismo, mas principalmente para o capim e o boi. Exemplo disso é a fala de Darly Alves, fazendeiro condenado como mandante do assassinato do ex-líder dos seringueiros, Chico Mendes, em entrevista ao jornal *A Gazeta*, de 28 de setembro de 2000.

Cheguei no Acre e aquela fazenda minha era pura mata. Joguei uns dois ou três caminhões de capim colônio comprado com o meu dinheiro, ganhado com muito suor. Passando necessidade, consegui formar campo, fiz nova cerca, fiz muita coisa, mas tudo trabalhando de maneira honesta. Mas, esse pessoal chegou lá e disse que eu era perigoso.⁴¹

41 - A GAZETA. *Darly revela porque Chico Mendes morreu*. Rio Branco, Ano XIV n. 4.437, p.8. 28 set. 2000.

Para desenvolver a atividade agropecuária, melhor e menos desgastante seria trazer trabalhadores do Centro-Sul, que já eram acostumados com essa forma de trabalho. Em informações contidas no jornal *Varadouro*, referentes aos meses de junho e julho de 1981, uma entrevista de Leopoldo, “o gato”, ele afirma que sua função consistia em arregimentar peões, colocá-los no serviço de derrubada e zelar para que tudo corresse bem.

Leopoldo é mineiro, de Diamantina, e trabalhara a vida inteira como peão. Por ocasião da entrevista, estava no Acre há dois anos, quando havia sido promovido a “gato”. Uma coisa, no entanto, o preocupava. Segundo ele, quase não existia peão no Acre e o acreano preferia passar fome do que ser peão. Dos 30 que arranjava, apenas um era natural desse Estado, o que talvez possa explicar porque em anos anteriores fazendeiros foram obrigados a ‘importar’ peões de Mato Grosso, trazendo-os de Boeing.⁴²

Os fazendeiros perceberam que aproveitar trabalhadores acreanos causaria maiores complicações, pois esses não tinham tradição com a agropecuária. Os seringueiros, por sua vez, não se dispunham a perder as terras em que viviam e trabalhavam. Porém, com a venda das terras pelos seringaísta, muitos posseiros foram obrigados a sair. Mas nem seringueiros, nem posseiros estavam dispostos a trabalhar como peões.

É bom que se diga que, em alguns casos, “serviços extras” também eram requeridos pelos peões, para que a “limpeza” da área (retirada de posseiros) fosse feita, tais como: ameaçar, tocar fogo em casas e matar. Nesse caso, a figura de um jagunço era indispensável.

Em nome desse “desenvolvimento da Amazônia” muitas injustiças sociais foram cometidas contra a população rural acreana, no entanto, ressaltamos que este não é foco maior deste trabalho, tendo em vista a diversidade ou fartura de obras escritas sobre o assunto.

Os fazendeiros foram os primeiros a se interessarem pelas terras acreanas, mas não foram os únicos. Grileiros também viram no Acre o “eldorado”, onde, graças à fragilidade do poder público, manobras mirabolantes poderiam ser feitas na negociação fundiária, conquistando lucros ímpares na história de compra, venda e apropriação ilícita de terras no Brasil.

Mas, ainda não são esses sujeitos sociais o alvo maior deste estudo. São os migrantes, que eram ou tentaram tornar-se trabalhadores rurais e que também almejavam terras, por vislumbrarem a possibilidade de me-

42 - VARADOURO. *Vida de peão é rodar sem parar*. Rio Branco, v. 2, n. 22, p.18, jun/jul 1981.

lhorar de vida.

Embora a terra não represente o único motivo da migração de trabalhadores rurais para o Acre, existindo outras condicionantes, de ordem psicológica, cultural e sentimental, que foram co-responsáveis pela migração, a busca pela terra ainda pode ser considerada como o maior impulsionador da migração.

A fala da trabalhadora rural Angelina Pereira Carvalho, migrante de Belo Horizonte, moradora do Ramal Nabor Júnior, no Projeto Pedro Peixoto, foi proferida em 1998. Apesar de longa, explícita muito bem o emaranhado de aspectos que envolviam o desejo ou a necessidade de migrar e de tornar-se proprietária de uma área rural.

(...) a primeira coisa, a gente era acostumada, eu fui criada na colônia, com meus pais, até casar. Quando casei, lá, meu marido trabalhava de empregado de construção civil e, depois que tive o último filho, eu não tinha possibilidades de ter mais filhos, que pegou um tamanhinho e dificultou; assim a despesa era maior. E a gente era obrigada a trabalhar, eu e ele. A gente, aos fins de semana, todo mundo se comunicava muito bem, trocava muita experiência. Quanta vez chegava o fim de semana, ele chegava à noite, beijava os meninos e dizia: “pôxa, eu só vejo meu filho no fim de semana!” Isso doía muito em mim. Ele saía às vezes de casa quatro horas da manhã, pegava dois coletivos pra chegar até o serviço, e quantas vezes ele chegava dez horas da noite. E muitas vezes até dobrava, trabalhava dia e noite. A preocupação do sustento dos filhos... Aí, um dia, eu decidi a trabalhar, ajudar ele. Aí comecei a trabalhar. Pra eu trabalhar, eu tinha que pagar alguém pra ficar com os meninos, que eram pequenininhos. Aí eu pagava a minha vizinha. Por um lado, foi bom, porque ele saiu desempregado. Foi o tempo do Figueiredo na presidência e houve um desemprego muito grande nas capitais. E eu já tinha uma pouca experiência e tinha um conhecimento com as mulheres, né; continuei a trabalhar. E com isso, graças a Deus, nunca faltou alimento pros meus filhos, a verdurinha e o leite nunca faltou; só que, aí, revoltava. Ele ia cuidar dos filhos, da casa e eu trabalhava, né. Às vezes, quantas vezes e quantas vezes, dentro do ônibus, não via homens, muitas vezes até a cobradora era mulher, só vinha o

motorista. Super cheio só de mulher, trabalhando, e os homens em casa, porque a falta de emprego era muito grande. As mulheres, todo mundo trabalhava em casa de família... Um certo tempo, meu irmão já morava em Rondônia, chegou lá e disse pra ele o que tinha no Acre, era um Estado muito bom, ele tinha comprado umas colônias no Acre, ia vender a dele de Rondônia e vinha pro Acre. E perguntou pra ele “você quer ir?”; a gente sentou e pensou. Na colônia, a gente tinha como abraçar os filhos, conversar com os filhos, dá pra passar pros filhos a experiência de vivência de família, né, que a gente tinha. Porque na cidade, na cidade grande, a gente não, os homens, os maridos, os pais não têm o mesmo tempo de conversar muito com os filhos. Aí a gente veio. A preocupação da gente era dar mais atenção aos filhos, principalmente dele. Porque eu trabalhava e, no sábado e domingo, eu tava na cozinha, no tanque e os filhos tavam ao redor. Eu conversava muito com eles. Já ele, quando tava trabalhando, às vezes trabalhava o sábado até quatro horas da tarde. Só sobravam os domingos e o tempo era muito pouco. Porque a gente decidiu vir pro Acre e o pensamento: “no Acre dá prá gente ter mais contato com a família.” E a gente trabalhava de empregado e o salário que a gente ganhava também não era o suficiente. Acaso se ele ganhasse o suficiente, não precisava de trabalhar. Como não era suficiente o trabalho, o salário dele, eu tinha que ajudar ele. Complicava muito. Então o que trouxe mesmo a gente praqui foi, eu digo assim, a má administração do país. Se fosse bem administrado, eu tava lá no terreno do meu pai, onde eu nasci e me criei.⁴³

Angelina Pereira Carvalho não nos diz que um único motivo a trouxe ao Acre, mas múltiplas razões foram decisórias para vir morar em um Projeto de Colonização, que iam desde a tradição familiar, de raízes rurais, passando pelas más condições da vida urbana, desemprego, carestia, necessidade de ingresso da mulher no mercado de trabalho, até o que foi mais decisório: a possibilidade de maior contato com os filhos.

No âmbito rural, o perfil daqueles que postulavam terras era de grande variabilidade, como: assalariados agrícolas, parceiros, posseiros, peque-

43 - CARVALHO, Angelina Pereira. Trabalhadora rural. Op. cit., 1988.

nos arrendatários, pequenos produtores com áreas insuficientes para a agricultura. No meio urbano, desempregados e trabalhadores temporários da cidade também procuravam nova forma e espaço para viverem, como foi o caso da família da senhora Angelina Pereira Carvalho e de tantas outras.

Embora essas categorias tenham constituído os demandantes potenciais de terra, isso não quer dizer que todos estariam dispostos e capazes de se tornarem proprietários em um Projeto de Reforma Agrária, até pela forma como os projetos, a princípio, foram implantados no Acre. A falta de um planejamento prévio adequado e de uma infraestrutura mínima que dessem condições de fixar o migrante nos núcleos de colonização determinaram o regresso de muitos trabalhadores.

Conforme Tavares dos Santos, a recusa dos Projetos de Colonização na Amazônia, em função das formas e condições em que foram implantados, ocasionou o surgimento do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.⁴⁴

A reforma agrária implantada no Acre, nos seus primeiros anos, foi de um descaso muito grande, pois famílias inteiras eram encaminhadas para o Acre em períodos chuvosos (setembro a março), quando não se permitia trabalhar na abertura das matas e a malária os acometia. O pouco dinheiro, ou quase nenhum, de que dispunham logo acabava.

Equivalia, conforme afirma Euclides da Cunha⁴⁵, ao tratar da migração nordestina para o Acre, a expatriá-los dentro da sua própria pátria. Tratou-se mais de uma “limpeza social” no Centro-Sul do que de uma real reforma agrária, pois aqueles que lá representavam problema eram trazidos para os PAD’s do Acre.

Penso que agora é hora de introduzir mais uma fonte histórica neste trabalho: as fotografias.

Embora contrariando o meu tempo social, bombardeado pela informação visual e influenciado pelo programa de televisão “Sai de Baixo”, em que o personagem central – Caco Antibes –, banaliza a fotografia, por considerar o “retrato” como “coisa de pobre”, entendo ser esta uma fonte histórica que enriquecerá em muito este estudo.

Em meio a tantas idas e vindas ao Inca, na busca de documentos vin-

44 - Sobre o assunto ler: TAVARES DOS SANTOS, José Vicente (org.). A gestão da recusa; o “Colono Retornado” dos projetos de colonização da Amazônia. In: *Revoluções Camponesas na América Latina*, 1985.

45 - CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Lello Brasileira, 1967.

culados ao período pesquisado, encontrei, com certa facilidade, fotografias de políticos e de outras autoridades. Havia também, fotografias de momentos festivos, onde sempre aparecia alguém discursando, mesa posta, com flores decorativas, inaugurações e encerramentos de “grandes eventos”

Mas não eram esses fatos, nem esses sujeitos e, menos ainda, essas fontes históricas que me interessavam, pois meu objetivo era tratar da história dos migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul no Acre, de forma que eu pudesse observar sua chegada, o acolhimento por parte do Estado, do Incri e dos trabalhadores rurais acreanos.

Interessava-me, ainda, estudar as alternativas de sobrevivência criadas, além de outros aspectos da cultura e das experiências sociais desses migrantes, já que, de acordo com a documentação do Incri, que estava bem preservada, à qual tive acesso facilmente, salvo raras exceções, não se permitia que trabalhadores rurais do Centro-Sul, acomodados nos Projetos de Assentamento, entrassem no cenário histórico do Acre.

Dessa forma, tive que percorrer outros caminhos, por espaços não tão convencionais como: prateleiras de banheiros, caixas amarradas com barbante num canto de biblioteca e outros, para conseguir documentação mais adequada a este trabalho.

A intenção de incluir fotografias já estava presente desde a elaboração do projeto desta pesquisa. Contudo, as dificuldades de localizá-las, por vezes, fazia-me querer desistir.

No entanto, em um dado momento da pesquisa, fui visitar minha mãe e a encontrei olhando velhas fotografias. Pelo seu semblante vi que muitas lembranças vinham-lhe à mente, que a emocionavam.

Dentre as velhas fotos, uma (Imagem 2) chamou-me a atenção: em meio a uma clareira no meio do mato, um casebre com algumas pessoas em frente.



Imagem 2 – Foto de família

Ao perguntar de que se tratava, minha mãe passou a fazer um longo relato, cheio de detalhes e emoção.

Foi em 1945 que seu bisavô, corretor de terras no Paraná, resolveu comprar uma certa área e repartir entre os seis filhos. Como poderia ele saber se estes filhos gostariam de deixar o que possuíam em São Paulo, inclusive uma cerâmica onde todos trabalhavam e migrar para o Paraná? Seria uma aventura rumo ao desconhecido. Contudo, a obediência ao pai e a esperança de que poderiam viver melhor, possuindo uma terra, fez com que três dos filhos viessem primeiro. Isto sem conhecer nada. Só meu pai trouxe minha mãe e meus dois irmãos mais velhos. Minha mãe, digna de seu nome – Amélia –, sabia que seu dever era acompanhar o marido. Ergueram este barraco, ao redor do qual a onça esturrava, e começaram a trabalhar. Só havia

uma família ali por perto. Ajudaram muito meus pais e tios. Inclusive foram meus padrinhos. Foi neste rancho que eu nasci. Mais tarde, meu pai fez um outro melhor, onde vivemos pouco mais de dois anos. Minha mãe morreu, eu tinha três anos. Lembro-me bem do dia que ela saiu muito mal, havia abortado. Saiu no único carro que tinha em Maringá. Eu chorei. Queria ir junto, mas meu pai não deixou. Lembro da mamãe dizendo para o papai: ‘deixa Juca! Eu não vou mais voltar.’ Anos depois da morte da mamãe, meu pai casou novamente, e minha madraستا exigiu que fosse feita uma casa, e o rancho, por mais que lutássemos, foi derrubado ⁴⁶.

O relato que acabamos de ler não só explicita a presença da ego-história neste trabalho, como evidencia o que Miriam Moreira Leite, em sua obra “Retratos de Família”, aborda: “(...) quando olhamos uma fotografia, não é ela que vemos, mas sim outras que se desencadearam na memória, despertadas por aquela que se tem diante dos olhos.” ⁴⁷

A imagem que tínhamos diante dos olhos não causou em mim as mesmas sensações causadas em minha mãe. Isto, talvez se explique pelo fato de que em mim não havia a lembrança da onça que esturrava ao redor do barraco, nem muito menos a lembrança do dia em que sua mãe (no caso minha avó) saiu doente, dizendo não voltar, o que de fato ocorreu. Também não lembro do “rancho” de vovó sendo derrubado para dar lugar à “casa nova da madraستا”. Estas foram lembranças despertadas em minha mãe pela fotografia, para quem se tratava de algo mais que uma simples “foto velha”, pois ali revivia sua história, experiência e memórias. Miriam Leite explica que ao olharmos uma fotografia esta pode estar ou não permeada de significados: “A imagem se transforma na lembrança e muitas vezes a lembrança se fixa na imagem. Quanto ao olhar, raramente é direto. Ou como disse Arnheim, ‘o que se vê, depende de quem olha e de quem ensinou a olhar’ ” ⁴⁸

Na Imagem 3, percebe-se a semelhança entre as migrações, tanto no Paraná, quanto no Acre, além de suscitar o valor que fotografias podem ter

46 - Relato da senhora Mirtis Rezende, comentando uma foto familiar. Rio Branco, 2001.

47 - LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de família: leitura da fotografia histórica*. São Paulo: Eduçp, 1993. p. 145.

48 - *Ibid*, pág. 130.

enquanto fonte histórica.

Neste sentido, passo a usá-las ao longo deste capítulo como mais uma linguagem, compactuando também com Vilém Flusser (1985), ao afirmar que:

(...) os textos podem tapar as imagens que pretendem representar algo para o homem. Este passa a ser incapaz de decifrar textos, não conseguindo reconstruir as imagens abstraídas. Passa a viver não mais para se servir dos textos, mas em função destes.⁴⁹



Imagem 3 – Migrações no Paraná

49 - FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta*. São Paulo: Hucítec, 1985. p. 17.

Para tratar da chegada de trabalhadores rurais do Centro-Sul no Acre, a fotografia desse velho ônibus (Imagem 4) e algumas cartas, escritas por migrantes, muito nos dirão sobre aquele momento.



Imagem 4 – Chegada de migrantes do Centro-Sul no Acre

Em um ônibus comum, sem o menor conforto, repleto de crianças e dos sonhos de seus pais, se percorria por dias as estradas enlameadas da Amazônia, rumo ao Acre, para que, enfim, se pudesse usufruir um pedaço de chão no Norte, uma vez que o Sul já não comportava.

Chegando aqui, o que a princípio encontraram foi muita floresta, malária e descaso por parte do poder público.

Quanto às cartas escritas pelos migrantes, soube, através de funcionários do Incri, da existência de muitas que haviam sido enviadas a familiares que ficaram nos estados do Centro-Sul, as quais retornaram para a sede do Incri, pelo fato dos Correios não terem localizado o endereço dos destinatários e as devolverem para serem entregues aos remetentes. Ocorre que, em muitos casos, os remetentes não sabiam que as cartas não haviam

chegado aos destinatários, ou por estarem com endereços incompletos, ou pelo fato dos destinatários terem mudado de endereço. O Incra, por seu turno, nem sempre encontrava o assentado que remetera a carta ora devolvida, de forma que um grande número de cartas ia sendo acumulado nos Correios ou nas sedes dos Projetos de Assentamento.

Ao saber da existência dessas cartas imaginei ter “achado o mapa da mina”. Pensei na quantidade de informações que teria a partir delas. Qual não foi minha decepção quando atentei para as questões legais pertinentes ao uso das referidas informações, uma vez que estavam lacradas, e abri-las sem autorização e torná-las públicas seria um ato ilegal. Apesar disso, não perdi as esperanças de usá-las. Consultei meu orientador e um advogado sobre como poderia proceder. Ambos me orientaram a procurar os remetentes para saber sobre a possibilidade de conseguir uma autorização para abertura e uso de cada uma.

Retornei aos Projetos de Assentamento em busca de localizar os remetentes, o que não foi fácil, devido à rotatividade nos PAD's.

Não tendo encontrado aqueles a quem eu procurava, enquanto expunha aos assentados o motivo da minha estada nos projetos, alguns afirmavam desconhecem as pessoas, mas diziam ter cartas não enviadas aos familiares, por não terem ido à cidade para colocá-las nos Correios ou por terem enviado e as mesmas terem voltado.

Algumas dessas cartas foram cedidas e compõem o corpo deste trabalho. A primeira sobre a qual me detive foi escrita pela trabalhadora rural Maria dos Santos Cardoso, migrante de Amambaí-MS, que me cedeu pela irmã, Eva dos Santos Cardoso, pelo fato de esta ter sido a encarregada, à época, de fazer a postagem.

Eis o que dizia na carta a trabalhadora rural paranaense, Maria dos Santos Cardoso, sobre sua chegada ao Acre:

Sena Madureira, 20 de junho de 1975.

Querida irmã Neuza,

Nos já chegamo no Acre. Nós sofremo demais na viaje. Foi 12 dia. As vez, nós parava para comê e tomá banho. Durmia no caminhão mesmo.

Quando nós chegamo, foi a maior alegria. Seu João mais dona Laurinha, ficaro muito contente.

Tio João mais a família dele, foi morá num canto.

Nós fomos morar no outro barraco, mais o Tuninho

e família.

Seu Pedro e dona Jandira foi morá numa fazenda do seu Ciro, já bem perto do rio Iaco.

Neuza, aqui é muito bom, só muito calor. Nós ainda num foi na cidade. Os vizinho acriano são bom.

A mãe e o pai fica só falando porque vocês também não vieram com a gente.

Quarquê dia eu escrevo e conto mais novidade. Num diana você escrevê; nós num tem assim bem um endereço bem certo para chegá uma carta.

Da um beijo e a bença para as crianças, uma abraço para você e pró Antonio.

Da irmã Maria dos Santos Cardoso.⁵⁰

O conteúdo dessa carta suscita questionamentos, pois, embora tenha sido uma viagem sofrida, a chegada foi um momento de alegrias, o que pode ser evidenciado quando Maria dos Santos Cardoso fala: “Seu João mais dona Laurinha ficaram muito contente”. Contudo, percebe-se que, a partir da chegada, começa a haver uma dispersão “dos companheiros de viagem”. Um foi morar em um lugar; outro, noutro, em local que não se sabia ao certo onde era para que o endereço fosse informado.

Ainda assim, o desejo de que mais alguém da família também tivesse vindo era uma constante, no caso dessa carta, quando Maria afirma que a mãe e o pai só ficavam falando no porquê de a outra filha não ter ido para o Acre também.

No entanto, nem sempre os migrantes tinham a mesma impressão que Maria Cardoso tivera do Acre. O migrante do Paraná, senhor Arnaldo, cujo sobrenome não consta na reportagem, morador do Projeto Pedro Peixoto, no jornal *Varadouro* (1981), relata como se sentira por ocasião de sua chegada àquela unidade.

Sabe o que é que eu sinto aqui? É minha idade que já tá cansada. Se eu fosse um home mais novo um pouco, me parece a mim que ainda dava pra eu fazer um pezinho de vida. Mas eu tô achando muito bom, o clima muito bom. Pelo menos pra mim... Agora, já tá meio passado o tempo de derrubar o mato. É como diz o caso, o que a força der, o que nós puder a gente

50 - Carta escrita pela trabalhadora rural paranaense Maria dos Santos Cardoso à sua irmã Neuza dos Santos. Sena Madureira-Acre, junho 1975.

faz esse ano. Agora se não der mais tempo, Deus ajuda no ano que vem a gente tá mais alicerçado; aí a gente pega em tempo. A nossa dúvida foi só lá os home da Itaípu. Eu julgo assim porque eles falou uma coisa e quando acabou que cheguemo aqui, é outra. Eles falaram lá que a gente chegava aqui e eles ia mostrar o lote da gente, as gleba tudo certinho. Quando chegasse já podia ir na cerraria e já vinha o madeiramento cortado tudo certinho. Já punha cada um tudo no lugar de fazer suas casas. Podia até pegar as madeira mesmo que tivesse nos lote da gente e interessasse, a serraria comprava tudo. Falaram também que achava dois alqueire de terra já desmatado. Uma fofoca medonha! Eles falava e fala ainda. Agora tem colegas aí que vai por na rádio, numas três ou quatro rádios. Vai por em Cascavel, em Medianeira, em Matalândia, que tudo que os doutores lá da Itaípu publicou, tudo é mentira. Agora vai ficar bonito é pra eles. Até o Incra memo pode falar também.⁵¹

Nesse sentido, questiona-se: porque o senhor Arnaldo e seus companheiros entendiam que deveriam pôr, na rádio das principais cidades próximas à usina de Itaípu, notas desmistificando a propaganda enganosa feita pelos “home da Itaípu”?

A fala do senhor Arnaldo não demonstra contentamento, e sim revolta de alguém que fora ludibriado e que não desejava que mais “companheiros” passassem pela mesma situação.

As informações contidas na carta escrita pela senhora Maria dos Santos Cardoso, o depoimento do senhor Arnaldo e as fotos permitem concluir que essa migrante não veio por incentivo do Incra e que, portanto, tinha aspirações diferentes das de Arnaldo, o qual criou toda uma expectativa em torno da posse da terra e das condições oferecidas pelo poder público.

As Imagens 5 e 6 mostram que logo se desfez a falsa promessa de que, ao chegarem ao Acre, já encontrariam dois alqueires de terra desmatados e madeira serrada para construção da casa.

51 - VARADOURO. *Os paranaenses (expulsos)*. Rio Branco, v. 2, n. 23, p. 10, ago/set, 1981.



Imagem 5 – Migrantes se organizando durante a chegada



Imagem 6 – Migrantes acampados após recente chegada ao Acre

Os migrantes do Centro-Sul, trazidos pelo Incra, ao chegarem ao Acre, eram logo levados para o meio da mata para que suas situações não fossem vistas pela população urbana. Na condição de desempregados, com muitos filhos, sem dinheiro e expropriados do Centro-Sul, não deveriam permanecer por muito tempo na cidade, o que seria o caos. Levá-los para os Projetos de Assentamentos, jogá-los sobre uma lona e entregar-lhes de imediato seus lotes era o “mais correto”.



Imagem 7 – Área ocupada por migrantes durante a fase inicial de sua chegada

Realizada a tarefa expurgatória, cessava a intervenção governamental. Salvava-se quem pudesse. Exagero? Não! Veja o que falou o advogado do Incra, senhor Antonio Carlos Carbone, ex-Coordenador de Projetos Fundiários no Acre até meados de 1981.

Esta questão merece mais atenção. Em primeiro lugar, o Incra nunca projetou esta colonização oficial do Acre com o pessoal do Sul. Acontecem contingências nacionais, então se coloca a questão: - Vamos jogar esse pessoal aonde? No Acre, em Rondônia não cabe mais ninguém. O negócio é na base do improvisado. Vai

para onde tem lugar. E a pessoa nesta condição vira gado.⁵²

O que dizer desta fala? Apesar de não ser novidade, sempre que autoridades fazem revelações como essas do senhor Carbone, ficamos sobressaltados. No caso dessa, não, pois só confirma três coisas: a primeira, que o Incra nunca planejou colonização com o pessoal do Sul; a segunda, que pessoas foram jogadas de improviso onde lhes coubessem, “questão de improviso, nada planejado”; e terceira, que pessoas nessa condição “viram gado” e não expropriadores e jagunços. Ou podem até virar, já que a falta de uma política fundiária séria e democrática propicia a marginalidade, embora este não tenha sido o caso.

Via de regra, todos os colonos assentados trataram de cuidar de seus lotes.

No que diz respeito aos trabalhadores rurais trazidos por grandes fazendeiros para trabalharem como peões, sejam eles de gado ou de lavoura, alguns se envolveram ou foram envolvidos em conflitos. Outros atuaram mera força de trabalho no Centro-Sul e aqui.

Ludibriados por seus patrões e sonhando com um pedaço de terra própria, os migrantes deram suas forças e de seus filhos, na esperança de que um dia a promessa feita pelo patrão, de que, uma vez formadas suas fazendas, dar-lhes-ia um pedaço de terra, se concretizasse. Alguns trabalhadores conseguiram, graças a seus esforços e ao baixo preço das terras no Acre, comprar uma pequena área. Outros, não conseguiram, ou conseguiram e venderam, passando a engrossar o exército de desempregados nas periferias das cidades acreanas.

Apesar das revelações um tanto duras do senhor Carbone, constituiu-se em uma realidade a de que, se tivessem sido ouvidas e analisadas por mais pessoas ou, quem sabe, se alguém tivesse presenciado as situações enfrentadas pelos pretendentes de terra, provavelmente teria havido mais ação e menos discriminação por parte dos governos estadual e federal.

Ocorre que a miséria é fato e, por isso, deve ser escondida, ainda que, por conta de se ocultar tal situação ou por mascará-la, os filhos e netos de migrantes do Centro-Sul ainda sofram com o preconceito homogeneizador, que governos, instituições públicas e boa parte de uma sociedade

52 - VARADOURO. *Seringueiro não vira colono paranaense*. Rio Branco, v.2, p. 18, dez. 1981.

bairrista disseminou por todo o Acre, ao longo das últimas quatro décadas e que não se sabe até quando durará.

A história poderia ser diferente se loucos, famintos, febrentos e de-sassistidos de toda forma pudessem falar, contar suas reais histórias, que não são poucas.

Há muitas discórdias entre os vários segmentos sociais que discutem a reforma agrária quanto ao número de demandantes por terra no Brasil. Não obstante isto, se tomarmos como real apenas os estimados pelo MST, o número já chega a 70 mil.

Vir para o Acre a partir de 1977, ano em que foram criados os primeiros Projetos de Colonização, constituiu-se na realização do desejo de muitos no Centro-Sul. Tais Projetos no Acre foram criados em momentos distintos, em situações distintas e por pessoas de estados diferentes.

O Projeto Pedro Peixoto foi o primeiro a ser criado, através da resolução número 176, de 31.10.1977, com uma área de 378.395 há. Destinava-se a assentar 3.317 famílias e localiza-se nas intermediações dos municípios de Rio Branco, Senador Guiomard, Plácido de Castro, Vila Capixaba e Vila Campinas. A sede da Unidade está situada no Km 61 da BR 364, no sentido Rio Branco/Porto Velho. Ainda no mesmo ano e sob a mesma resolução foi criado, em Sena Madureira, o PAD Boa Esperança, com área de 275.646 ha, com capacidade para assentar 900 famílias.

Desses Projetos, o Pedro Peixoto prosperou e o Boa Esperança foi abandonado pelos assentados durante sua primeira década, haja vista a falta de estradas, como se pode observar nas Imagens 8, 9 e 10.



Imagem 8 - Migrantes no ramal



Imagem 9 – Ramal de acesso ao PAD



Imagem 10 – Condições intrafegáveis no ramal de acesso ao PAD

Mesmo diante de tantas dificuldades e enganações, expostas pelo senhor Arnaldo, a oportunidade de finalmente ter uma terra própria fazia com que tudo valesse a pena, principalmente quando se tinha uma trajetória como a descrita pelo referido entrevistado:

No Paraná, eu peguei uma fazenda de um home pra abrir e, no fim, o que ele me deu foi pau na cabeça. Porque ele foi me apurando né, apertando, tirou eu da sede que eu fiz, me pôs eu no sítio, num sítinho pequeno, já pertencendo a Itaípu. Aí, nós foi tocar lavoura de fumo e, quando venceu os três ano, ele disse: “- bom, agora num vou mais tocar lavoura de fumo e vocês dá o jeito de vocês”. Aí, o que eu ia fazer? Num tenho terra, num tenho nada, jeito é ir caçando, jeito é se virar. Lá no Paraná num tinha nada; lá, o senhor sabe, lá tudo é os fazendeiro, lá é só fazendeiro. Aí, apareceu esse negócio da Itaípu, aqueles desabrigado que vinha aqui pro Acre. Nós metemo a cara... Eu vou contar: desde quando eu baixe no Paraná que eu tô sofrendo, abrindo terra pros outros. E só sofrendo e trabalhando perdido. De 68 pra cá, eu desmatei três fazenda, três terreno dos fazendeiro, empastando tudo... E daí viemo pro Paraná: do mesmo jeito! É mecanizando. Só soja e nada mais. Agora, o cara vai viver só de soja? Ele vai só beber óleo? Precisamo plantar feijão, milho, arroz, batata, o que precisar, né? Eu falei: pra mim, num serve mais. Agora, é impossível que nós vai sofrer mais do que sofremo lá pra dentro. Se for, então pode até morrer que não adianta mais. Porque a pior coisa é fazer igual ao que aconteceu: eu cortei esses dois dedo lá na segunda fazenda que eu trabalhei no Paraná. Tinha dia que derrubava de machado e o sangue tava voando. E no fim, quando chega perto do fazendeiro: “- ó, preciso disso e mais isso” - o cara fala. Num temo nada memo, então temo que acostumar. Eles prometeru pra gente que pode trabalhar contente, que num tem nada. Só que a gente já entrou aqui. Também não vamo sair correndo de qualquer jeito. Porque aí também é triste, pessoa enfrentá igual a nós já chegou aí, um pouco já adoeceu, um até endoidou dentro do ônibus, lá do Abunã. Foi um paranaense, que tava dentro do carro e enloucou. Tava quebrando tudo a pés. Ele tava com a família, até uma família grande, duns 10 ou 11. Diz que ele era um pouco de

idéia meio ruim, mas ele parece que ficou preocupado com a mudança.⁵³

Qual pai de família, com onze filhos, não ficaria aflito e até enlouqueceria ao se ver diante de uma situação com tantas incertezas?

O PAD Quixadá, com uma área de 121.789 ha, localizado às margens da BR 317, entre Brasileira e Assis Brasil, está a 26 km do município de Brasileira e a 210 km de Rio Branco. Foi criado através da Resolução/Incrá nº 65, de 13 de abril de 1981. Essa unidade visava a abrigar ex-seringueiros que haviam migrado para a Bolívia e serviria para tentar frear a ida de outros. Além disso, o PAD ocupava uma área de fronteira e representava uma questão de segurança nacional.

O PAD não alcançou o objetivo por não interessar ao seringueiro um lote de terra de 80 hectares, oferecido pelo Incra, pois, ainda que esta área pareça significativamente grande para o colono migrante, para o seringueiro era pequena, uma vez que o sistema de divisão das terras em lotes causava uma redistribuição das colocações e das estradas de seringa. O trabalho com extração, embora não conte com o processo de desmatamento, pelo menos em grande escala, como requer a agricultura e a pecuária, necessita de áreas maiores, que tenham grande número de seringueiras. Portanto, dadas as suas tradições, os seringueiros não queriam virar colonos do Centro-Sul, e nova propaganda e recrutamento foram feitos.

Ninguém melhor para contar como se deu tal processo do que João Batista de França Antunes, mais conhecido como Baiano, natural do Piauí, que migrou para o Paraná aos sete anos de idade, onde morou boa parte de sua vida até ir para Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul. De lá, foi para o Acre, em 1983, e fixou-se no Ramal 26, Lote 30, Gleba 3, na Colônia Boa Esperança - PAD Quixadá.

Rapaz, eu tô trabaiano um dia, lá com o Manoel Danta, aí, o Manoel Danta mandô que eu fosse lá. Falei: rapaz eu tô trabaiano. Eu só vô lá se ele me pagá a diária, porque perdê o pedaço do dia eu não perco não. “Não! É só pro senhor ir que o general Moreno Maia tá lá, veio do Rio Branco é o homem do Incra. Tá dano terra lá”. Rapaz, quando eu cheguei lá, tava

53 - VARADOURO. *Seringueiro não vira colono paranaense*. Rio Branco, v.2, p. 18, dez. 1981.

uma bagunça tão doida, e eu cheguei meio desse jeito: (uma bagunça muito grande) “- a fim de quê eles tão aí?” “ - É o general que chegô ainda agora e tão oferecendo terra aí pra o pessoal.” Eu digo: o que é que se assucedê? Ele vai dá terra prá esse monte de gente aí? Tinha 3.000 pessoas. Eu disse: ah uma caravana dessa aí só serve pra estrová. Eu não gosto de andá mais ninguém. Eu gosto de andá ou cum cara mais mió que eu, ou sozinho. Um cara mió que eu, porque igual também não adianta. Aí, o que é que faz? Eu disse: O seu Manoel Dantas? Manoel Dantas era o presidente do sindicato na ocasião. Oi seu Manoel, esse povo tudo vai ganhá terra? “Não! É para essas famílias aí.” Eu digo: Seu Manoel, é o seguinte, eu não vou querê terra desse jeito não, porque vai uma caravana de gente dessa, isso é uma perturbação uns aos outros e são doido. Sabe de uma coisa: eu num quero saber disso não. Agora, se o sinhô tivé meus duzentos conto que eu tenho emprestado pro sinhô, amanhã mesmo eu vô lá vê se eu tiro essa terra. O coronel foi pra adquirir umas 300, 400 ou 100 famílias pra trazê pro Acre. Porque o general disse pra mim como que essas terra daqui de Brasília até Assis Brasil não era pra cêde pra pessoa nenhuma de Rio Branco. Pra lá, era só pro povo que morava na Bolívia, mas já tava veno que o pessoal que tava do lado boliviano não tava quereno vim. Tava pejeano, botava na rádio, ninguém vinha. Aí, o general queria localizá isso aqui tudinho, deixá tudo de acordo, no corrê de cinco ano. Deixá todos que tivesse nessa área aqui, deixar emancipado, com título na mão. E é isso que o general se afobou-se muito: “- Não vai vim ninguém da Bolívia, intonce, é o seguinte, eu vô nesse sindicato; lá num tem essa ruma de gente sem imprego lá; vô vê se eu ajudo essas famia. Eu vô lá.” Mas, aí, ele foi porque num vinha gente, como de fato, quando eu cheguei aqui, o povo vinha de lá, fazia uma coberturinha por ali, por açula, aí vendia pro outro, trocava numa bicicleta.⁵⁴

O senhor João Batista de França Antunes se mostrou um homem trabalhador. Sua preocupação em não perder um “pedaço do dia” de trabalho, por ocasião da visita do general Moreno Maia, não me surpreendeu.

54 - ANTUNES João Batista de França. Trabalhador rural, op. cit.

Para conseguir uma entrevista com o mesmo tive que ir até a roça onde ele colhia milho. Tão logo terminou a entrevista, voltou ao trabalho.

Chamou-me a atenção o fato de os seringueiros acreanos que estavam na Bolívia não quererem ocupar os lotes do Projeto Quixadá. Embora já tenha explicitado a razão pela qual os seringueiros não quisessem se tornar colonos, retomo aqui o assunto para dizer que migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul não vieram expropriar seringueiros, mas sim ocupar aquilo que eles renegaram.

A ingenuidade ou gratidão fez com que Baiano considerasse o General Moreno Maia bem intencionado ao tentar trazê-los para o Acre. O migrante não analisou que tudo isso fazia parte de uma política para a ocupação ou (des)ocupação da Amazônia a qualquer custo, que se desencadeou, após 64.

As fotos 11 e 12 trazem estampada em uma faixa com a seguinte frase “O João é nosso irmão”. Esse João é o Presidente da República, à época, o senhor João Figueiredo, que, com sua “bondade e solidariedade”, propiciou que migrantes do Centro-Sul viessem para a Amazônia.



Imagem 11 – Manifestação com a presença de migrantes do Centro-Sul



Imagem 12 - Migrantes do Centro-Sul em manifestação no Cento da Capital do Acre

Observa-se que em meio a tantos chapéus, característica clara da procedência dos sujeitos retratados, muitos anseios e ingenuidades, mascaradas por uma política fraudulenta e desumana, caíram por terra, pois, uma vez cumprida a missão de recrutamento, era só esperar os resultados, que não tardariam a acontecer. Uma região sem estradas, chuvosa, com alto índice de casos de malária começou a receber milhares de famílias, com muitos sonhos e pouco dinheiro.

Se a malária era uma das maiores dificuldades enfrentadas, a fome não ficava atrás. Mais uma vez recorro à fala do trabalhador rural João Batista de França Antunes, que, depois de “um passar de dedo na testa molhada de suor”, olha para o horizonte, enche os olhos de água e diz:

Quatro meses, eu comecei a receber aqueles 33 cruzeiro. Três mês aqui eu passei uma fome doida. Eu, tinha um pau...oh! Inxerga ali aquele capim. Num tem aquele pau seco ali, cupim? Aquilo é uma palma, né?Aquele toco seco lá, (aponta). Ali, minha fia, ali, 11 hora, eu escureci minha vista, eu caí com o machado

no meio da tranquera de fome, eu sozinho, eu não tinha filho, nem parente, nem aderente. Eu não conhecia ninguém. Só conhecia o Incra, mas eu tinha vergonha de ir no Incra, porque eu chegava lá, eles já ia me atendê, me dá comida, ou remédio ou o que? No posto de saúde, eles atendia. Era dona Cleide, era Francilene, era dotô Nemézio mesmo. Num tinha um enfermeiro pra atendê. Eles mesmo ia lá prá dá um remédio.⁵⁵

Baiano não esquece a fome dos primeiros meses no Acre. Mesmo diante da dificuldade, seu orgulho falava mais alto. Embora pudesse contar com o apoio do “dotô Nemézio”, da dona Cleide e da Francilene, funcionários do Incra, que por obrigação deveriam prestar assistência aos parceiros, buscar socorro lhe causava constrangimento. Em outras circunstâncias, Baiano se refere a Nemézio e à dona Cleide com muito carinho e gratidão, o que demonstra o valor que atitudes de solidariedade tiveram para os migrantes em seus primeiros anos no Acre.

Há que se registrar aqui também a enorme dívida social que o Governo Federal tem junto aos funcionários do Incra, pois, dadas as condições de trabalho a que foram submetidos, muitos tornaram-se alcoólatras. Topógrafos e técnicos agrícolas jovens, acostumados ao meio urbano, terem que passar dias, meses nos assentamentos, em meio a perigos, má alimentação, falta de água tratada, sujeitos a malárias e animais selvagens.

Tal situação pode não justificar a dependência do álcool, mas há pelo menos que se reconhecer o trabalho desses homens. Embora haja quem diga que não há nada a ser reconhecido, que esses homens eram beberrões de cachaça, que viviam medindo estrada e comendo à custa dos colonos, mesmo que haja uma ponta de verdade nessa afirmação, muitos envelheceram trabalhando, e hoje, em vez de colher os frutos de seus trabalhos, vendo um Estado produtivo, com uma reforma agrária séria, veem cerca de 50% das terras loteadas reconcentradas nas mãos de fazendeiros. Tudo isso dá margem para que funcionários também comprem ou negociem lotes para si e os coloquem em nome de terceiros, já que o estatuto do Incra não permite que funcionários dessa Instituição tenham terras em Projetos de Assentamento, o que é mais uma irregularidade, dentre muitas que envol-

55 - ANTUNES João Batista de França. Trabalhador rural, op. cit.

vem a “reforma agrária” no Acre.

Quanto ao Pad Humaítá, foi criado também no ano de 1981, através da resolução número 117, de 08.06.1981 e sua sede encontra-se situada no Km 29, da AC-22, no município de Porto Acre, com área aproximada de 64.868 ha, formado pelas terras pertencentes aos antigos seringais, como Boa União, Preferência, Humaítá e Curupaity.

Após a demarcação de 951 parcelas, estas foram ocupadas por ex-seringueiros que já residiam naquela localidade por ocasião da desapropriação e por migrantes do Centro-Sul, que, de posse de seus lotes, passaram inicialmente a fazer uso da terra para o plantio de culturas temporárias e permanentes.

Ainda com relação ao uso da terra no Pad Humaítá, ressaltamos que, se hoje fôssemos traçar um mapa geo-socioeconômico daquela comunidade, este seria bastante diferente da imagem existente por ocasião de sua criação.

Os pequenos agricultores foram diminuindo sua produção em função da dificuldade de escoamento e da possibilidade de melhores lucros, começaram a investir na pecuária, a vender madeira e a arrendar áreas para pastagens a grandes pecuaristas. Esse quadro tem contribuído com uma nova concentração fundiária, portanto, com o retorno do latifúndio no Projeto Humaítá.

Diante do exposto, percebe-se a impossibilidade de homogeneizar os espaços e os tempos de criação e ocupação dos Projetos de Assentamento em estudo e ainda os sujeitos sociais que deles tomaram posse, pois fazendeiros, jagunços, grileiros e trabalhadores rurais são sujeitos diferentes, que tinham interesses distintos ao virem para o Acre. Por conseguinte, cabia à história acreana revisitar os modos de vida destes sujeitos e reescrever essa história.

CAPÍTULO III

APRENDIZAGENS E ENSINAMENTOS ENTRE MIGRANTES E ACREANOS: QUANDO O FORMAL SOME E O INFORMAL APARECE

A gente aprende nos estudos, mas a gente aprende nas experiências também, e às vezes, o que a gente aprende nos estudos tá um pouco por fora da realidade.

(Pertronílio Ferreira da Silva Filho)

Acompanhando alunos do Curso de História da Ufac, turma de 1999, na disciplina Prática de Ensino, um senhor, por nome Pertronílio Ferreira da Silva Filho, que havia sido seringueiro por vários anos, contestou a explicação de uma aluna estagiária quando ministrava aula de História do Acre, em um curso para alunos de terceira idade, sobre o processo de exploração do caucho.⁵⁶

A referida aluna cometia equívocos ao expor o assunto, pois só teve oportunidade de conhecer o caucho teoricamente, enquanto que o Sr. Pertronílio conhecia-o de larga experiência, tendo, portanto, autoridade para dizer que “o que se aprende nos estudos às vezes tá um pouco por fora da realidade”.

O “jovem estudante” não se conteve na carteira enquanto a estagiária fazia sua truncada explanação. Ficou em pé, disse que não era daquela forma que se dava a exploração do caucho. Pegou um pedaço de giz, foi até o quadro, desenhou uma árvore e explicou passo a passo como de fato se extraía o caucho.

Naquela oportunidade, eu, que já era simpatizante das idéias de Paulo Freire e entendia a importância do entrecruzamento dos saberes entre diferentes culturas, decidi que em um dos capítulos poderia tratar dos diferentes saberes que permeiam os modos de vida de acreanos e migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul no Acre e de como esses saberes se entrelaçaram, constituindo novos valores para ambas as culturas.

Ao falar de ensino e aprendizagem, ocorrido entre trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul e acreanos nos Projetos de Assentamento, tratarei das experiências sociais compartilhadas entre eles, nos grupos de mulheres, nos roçados, nas estradas de seringa, nos casamentos, nos ramais, nos sindicatos, nos campos de futebol, nas CEBs e em tantos outros lugares que compõem o cotidiano daquelas pessoas.

Para que os migrantes chegassem aos espaços novos e desfrutassem de seus benefícios foi necessário antes de tudo um ingrediente que também não se aprende nos bancos escolares, mas, na vida dura de quem já viveu muito e sofreu bastante, como o migrante de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, o senhor João Batista de França Antunes, chamado de Baiano, já citado anteriormente. Este, ao chegar no PAD Quixadá, em 1983, disse

56 - Caucho é um tipo de borracha, primeiramente usada pelos indígenas, quando necessitavam de iluminação, e posteriormente explorada por seringueiros.

que perguntou a Doutor Nemézio: “- Dotô, cumu é que eu vou vivê direito aqui? Cumu é que eu posso respeitá esse pessoal?”

“Dotô Nemézio” era funcionário do Incra, em Brasileia-Acre, e a sugestão que dera a Baiano foi a de que respeitasse o povo acreano da mesma forma que se respeitava uma criança, pois, segundo ele, “em terra de sapo, de coca cum ele”.

Baiano não nasceu na Bahia, e sim no Piauí, no ano de 1949. Migrou para o Paraná aos sete anos de idade, tendo permanecido entre Paraná e Mato Grosso do Sul por 27 anos, até vir para o Acre. Este disse que vem acatando a sugestão do funcionário do Incra ao longo dos anos, e que não teve problemas de relacionamento com o povo acreano. Ao contrário, tem aprendido muito com eles.

Estar disposto a “acocar-se” talvez tenha sido a primeira lição que migrantes trabalhadores rurais tenham aprendido nos PADs do Acre. A humildade e disposição para as aprendizagens e para os ensinamentos foram os elementos-chave para o compartilhar de experiências sociais, que foram se constituindo nas dificuldades enfrentadas, nas divergências e nos conflitos que vêm permeando os modos de vida de migrantes e acreanos.

Se a humildade e a disposição constituíram-se nos princípios básicos para os atos de ensinar e aprender, as experiências sociais dos grupos envolvidos e a contribuição de algumas instituições criadas com esse fim foram fundamentais.

A escola rural mostra que, quando homens, mulheres e crianças dos projetos de assentamento se veem privados de frequentar uma escola formal, passam a ensinar e a aprender em outros espaços e de outras formas.

Diante do abandono de instituições formais, como a escola (Imagem 13), muitas alternativas foram criadas e recriadas a partir das necessidades e experiências compartilhadas por migrantes e acreanos para superar suas necessidades cotidianas, mostrando que, na falta ou abandono de estabelecimentos de ensino, a escola da vida, do trabalho, do lazer e do grupo de mulheres servem de ensino.



Imagem 13 – Escola rural em situação de abandono

A migrante trabalhadora rural Angelina Pereira Carvalho, moradora do Ramal Nabor Junior, do Projeto Pedro Peixoto, aponta alguns elementos que se tornaram imprescindíveis ao ensino e à aprendizagem nos PAD's. Um deles seria o trabalho coletivo, característica tão almejada em outros espaços formais e que dificilmente se conquista. Outro, não menos importante, é o reconhecimento que as pessoas em suas experiências têm de diferentes saberes. Mas talvez esta lição o grupo de mulheres que Angelina Pereira Carvalho ajudou a fundar tenha mais a nos ensinar do que os referenciais teóricos que tratam do assunto. Segundo Angelina:

Na assessoria da CPT a gente aprendeu bastante mesmo na questão de administração. E outra que a gente juntos né, o grupo, o pessoal do grupo, a troca de idéia né, a experiência que eu tenho, uma mínima experiência que eu tenho e a outra. A gente junta as experiências e ajuda muito, muito a experiência, uma coisa muito importantíssima.

Estar juntos, “acocar-se” com ou junto a alguém foram as bases metodológicas para o ensino-aprendizagem nos PAD's, sugeridas pelo “dotô”

Nemésio e por Angelina. Estes nos mostraram que os ensinamentos e as aprendizagens só têm sentido a partir das necessidades coletivas, quando se tornam elementos de libertação. Seja libertação da discriminação dos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, seja de “técnicas” para o trabalho, o que evidencia que diferentes grupos possuem diferentes necessidades de libertação. Daí porque os saberes e fazeres de migrantes e acreanos estão intimamente ligados às suas necessidades cotidianas. A criação, por exemplo, de um grupo de mulheres não ocorreu por acaso, nem com o objetivo de compartilhar chás da tarde, mas como busca de alternativas para a superação das dificuldades enfrentadas por mulheres, crianças e homens daquela comunidade, e que dificilmente eram discutidas pelas mulheres.

Contrariando aqueles que não acreditam que as iniciativas e os conhecimentos possam ser construídos na experiência, Angelina disse que a ideia de formar o grupo de mulheres do qual era membro havia surgido da necessidade de participação delas nas decisões, e devido às dificuldades econômicas. Eis o trecho em que a migrante relata a razão da criação do grupo e as alternativas criadas para sua estruturação.

A primeira ideia foi surgida da necessidade. A gente, vendo que as mulheres era aquelas assim que, muitas vezes, deixava o homem decidir no lugar delas, e também a necessidade financeira. E a gente, vendo a carência das famílias, eu e a Judith trabalhava no sindicato, ela como presidente e eu como secretária de formação, a gente resolveu fazer uma reunião com elas, a gente convidou a Lúcia e foi fazer uma reunião nos ramais. E lá, elas escolheram que a gente tinha que realmente fundá um grupo. Como a gente era famílias todas carente, como fundar o grupo? O quê que a gente queria mesmo? A gente queria mesmo era aprender a costurar. Como a costura, prá gente aprender a costurar, vai precisar de infraestrutura, de máquina, e essa máquina tinha que ter um local pra ficar, a gente pensou primeiro começar com coisas pequena, que seria o bordado. Como começa o bordado? Aí a gente discutiu o seguinte: foi na época da colheita de castanha – cada uma dava um lata de castanha, quem não teria castanha prá dá, ou não queria dá castanha, dêsse o valor de uma lata de castanha. Aí a gente vendia galinha, outras coisas, e dava o mesmo valor de uma lata de castanha. A

gente começou com tesoura, tecido, linha, bastidor e começou a bordar. Esse bordado a gente mesmo comprava do grupo. As próprias sócias compravam do grupo com desconto, mais barato. As pessoas, que não eram maioria do grupo, que quisesse comprar, vendia num preço “x” e a sócia teria um desconto. Valorizava o valor da linha, do tecido e um pouquinho, uma mixariazinha, que seria o trabalho da gente. A gente dava um desconto pra sócia, e as não-sócia seria aquele valor “x”. O grupo preocupou, sim, pra gente começar, preocupando com isso, prá poder conseguir um recursozinho prá começar o corte e costura.⁵⁷

Observando que ficavam à parte das discussões sobre os problemas vividos pela comunidade, essas trabalhadoras criaram o grupo de mulheres do Ramal Nabor Junior, que, se não as libertou economicamente, propiciou a socialização, o compartilhamento de experiências e principalmente a elevação da autoestima de cada uma delas.

A problematização e o levantamento das dificuldades em conjunto foram os primeiros passos para a superação das dificuldades. As mulheres, ao se perguntarem e darem respostas a questões do tipo “o que queremos? Como podemos começar o bordado? Como conseguir recursos para iniciar as atividades? Como comercializar nossa produção?”, aprenderam e ensinaram muito. Conhecimentos foram construídos, processo raro nas escolas, onde conhecimentos desvinculados da realidade eram impostos a alunos, repercutindo nas mais variadas formas de alienação e perda de autonomia.

É oportuno lembrar que a preocupação com a organização esteve muito presente nas iniciativas das mulheres e ocorria em função das necessidades, tendo como base os princípios bíblicos aprendidos nas CEBs. Estas Comunidades se constituíram em importantes espaços de socialização, leituras, reflexões, discussões e formação de consciência. As migrantes Angelina Pereira Carvalho e Luzia Santos da Silva, ligadas a grupos de mulheres, manifestaram serem católicas e terem recorrido à Bíblia em suas organizações. Luzia, em entrevista cedida em 1998, fez um longo relato bíblico para dizer o porquê de se formar um grupo de mulheres.

57 - SILVA, Luzia Santos da. Trabalhadora rural, op. cit.

Se for olhar a Bíblia, desde quando Deus, com a primeira parte lá de Gênesis, a gente lembra que Deus, quando... o que Deus fez? A primeira coisa que Deus fez foi organização. Ele organizou conscientemente na consciência dele e fez o mundo. Ao fazer o mundo, tudo é organização. Ele imaginou que não podia ficar aquela, aquele mundo sem quem desfrutasse. E, quando ele começou a desfrutar, o que, que ele pensou? Pensou criar, criar o homem. Mas se não fosse, o que aconteceu? Ao criar o homem ele criou a mulher. Então de qualquer maneira, Deus foi o primeiro político, o primeiro organizador foi Deus. Inclusive, atende à organização de todos os tempos. E aí, vem a organização dos discípulos, desde quando, de quando o pessoal começou a perseguição do Filho de Deus. Aliás, desde antes, né, que ela disse da história de Moisés, do antepassado, do Antigo Testamento. A gente viu como que a organização das mulheres, também a gente viu a Ana, aquela mulher, que Ana venceu. É, tudo foi organização. Então, dentro da Bíblia a gente aprendeu a se organizar. Não só o homem, a gente vê a organização da mulher também dentro da Bíblia. E depois também quando ela fala do Egito. No Egito, também não falou que foi só homem que organizou. As mulheres também participaram. Por que o homem foi caminhar sozinho? Claro que não, ele levou a família. E se levou a família, a família não tava participando, não ajudou? Ajudou, é claro! Então foi as famílias que se organizaram. E, no Novo Testamento, onde que os discípulos caminhavam com Jesus? A organização é outra passagem que é muito importante a gente lembrar. Quando eles tavam caminhando, aquela multidão, os discípulos chegaram pra Jesus e disse: “senhor eles estão com fome!” (...) Ele mandou que sentassem em grupo na grama. Quer dizer, ele mandou que se organizassem, que dividissem o pão o peixe. Deu pra cinco mil homem.⁵⁸

A Bíblia, um dos livros mais consultados por aquelas pessoas, pois constituía-se numa espécie de manual de organização. Era um referencial não de dogmas, mas de relatos, de histórias que funcionaram no passado, época em que os problemas eram comuns aos vividos pela comunidade de

58 - SILVA, Luzia Santos da. Trabalhadora rural, op. cit.

Angelina e Luzia. A análise passava mais ou menos pelo seguinte: “Se deu certo em outros tempos, em comunidades em que os problemas se assemelham aos nossos, poderá dar certo também conosco” (Luzia Santos da Silva, 1998).

Mais que um manual rígido, a Bíblia foi para aquele grupo um livro histórico que teve grande importância para suas organizações. Segundo a trabalhadora rural Luzia, seu engajamento no grupo de mulheres se deu após um treinamento, feito em 1986, onde aprendeu um fundamento bíblico:

Aí eu achei um fundamento, sabe? Que falava tanto da luta da mulher e eu fiquei, aí sim que eu comecei a abrir o olho, Sabe? Prá mim foi um, é, foi como assim que eu tivesse dentro de um quarto escuro e abrisse uma janela. Aí eu comecei a abrir o olho e vi, né, que a gente também tinha o direito de se organizar e tinha o dever, né, também, porque na Bíblia falava tanto na mulher, mulher, mulher. Então não era daquela forma que meu pai falava que mulher não sabia de nada, né. Mulher sabia muito, porque se não soubesse não tinha lá na Bíblia, aquelas história tão bonita né, das mulheres na Bíblia. Aí, então, eu comecei a sentir vontade de participar mais, de aprofunda mais, de conhecer mais as história da mulher na Bíblia né. Antes eu, aí à vontade minha era só de conhecer depois eu tinha, já comecei ver que tinha, senti que tinha que colocar em prática alguma coisa, fazer alguma coisa né. Aí ali no 75, mudando de lá pra cá, né – já comecei por lá, me engajei.⁵⁹

A Bíblia, portanto, ofereceu alguns princípios para que o grupo de mulheres fosse formado.

A análise da relação de submissão e opressão em que as mulheres viviam, a lembrança de um passado permeado por relações autoritárias em que um pai machista não conseguia ver na mulher um ser capaz de pensar, tomar decisões e agir, tiveram caráter decisivo para uma tomada de posicionamento.

A trabalhadora rural Luzia Santos da Silva relata, ainda, como teve a

59 - Idem.

idéia de criar um grupo de mulheres naquela comunidade:

(...) comecei a ver a situação daquelas mulheres também né, que era igual a minha; outros, a situação ainda era pior do que a minha, porque aí casei com um homem que não tinha o pensamento do meu pai. Aí eu via mulher, casal, que o marido tinha aquela, o mesmo pensamento do meu pai. E eu via como que a minha mãe sofria e nós sofria por causa daquilo né. Aí, então, eu comecei a pensar que a gente tinha que fazer alguma coisa. Eu me lembro até que, uma noite, eu tava lavando louça e pensando “o que eu faço pela comunidade.”⁶⁰

Luzia poderia ter dito “eu estava lendo Marx ou Simone de Beauvior e tive a idéia de organizar um grupo de mulheres, de fazer mais por minhas companheiras”, no entanto, ela estava lavando louça, provavelmente em um girau, que é uma espécie de “trapiche” que se estende na janela da cozinha para acomodar latas de água, bacias para lavar louça, podendo ainda ser usado para manusear alguns alimentos. À noite, provavelmente, à luz de uma lamparina, que fazia a iluminação, ou talvez de uma lua cheia, que, por vezes, é fonte de inspiração para tantas boas idéias (quando se pode apreciá-la), Luzia pensou no que fazer para ajudar a sua comunidade.

Viu a situação de suas companheiras, comparou-as à de sua mãe e de si própria, no passado e no presente, analisou as consequências geradas pelo machismo e, então, pensou no que poderia fazer a partir daí. A experiência precedeu a teoria, o discurso e a economia. A experiência gerou consciência e motivou ação.

Essa situação evidencia que ninguém abre mão de suas crenças sem uma razão plausível e, se as crenças não mudam, as ações decorrentes, na essência, permanecem inalteradas. Portanto, pouco adiantaria propor práticas alternativas àquele grupo de mulheres se estas não transformassem suas concepções. Pouco adiantaria, também, fazer a contraposição teórica, apenas como um discurso, pois foi a partir das crenças que se deu início a sua organização.

Outro aspecto que merece atenção são os mecanismos criados pelas mulheres para “ingressarem no mundo dos homens” e que, por vezes, pare-

60 - SILVA, Luzia Santos da. Trabalhadora rural, op. cit.

ce contraditório aos princípios por elas defendidos, já que tinham na Bíblia o suporte para suas ações. Vejamos o que disse Luzia sobre a artimanha que criou para poder participar de uma greve.

Eu me lembro uma vez, até que a primeira vez que eu falei numa reunião, foi um dia que tavam discutindo, teve um treinamento, tava o padre Manoel, não sei se a Leila tava. Um treinamento que tava uma questão querendo saber se o pessoal fazia greve pra reivindicação da estrada. E eu, com uma vergonha, mas sentindo vontade de falar. Aí fui, falei que... que a gente teria que... a gente teria que ver, que.. que... se organizar né? Realmente, fazer a greve, que não podia ficar ali só naquele bate-papo, que a gente teria que enfrentar e tudo. Onde depois, teve gente que saiu dizendo que eu não falei bem, não sei o que, né. Só que eu nem liguei. Aí então, foi por aí. Só que eu não pude ir na greve. Não me permitiram de ir. Falaram que era só os homem né? Naquele tempo, disse que era só os homem pra ir. Assim mesmo, o quê que eu fiz? Inventei que o Edilson tava com febre [Edilson é o filho de Luzia], que eu tinha que levar ele pra consultar. Doida prá ir! Mas, sabe o que é vontade de ir? Aí eu tinha que levar o Edilson pra consultar. Eu fui só na casa da mãe e, aí, eu fui vender uma lata de café, pro João, que nós tinha comprado não sei de quem lá. O João ficou com a lata de café. Eu peguei aquele dinheiro e vinha um carro, um caminhão. E eu peguei o caminhão e fui. Só que, quando eu cheguei lá, a greve já tinha acabado, já tinha se realizado. Só que eu inventei que o Edilson tava com dor de barriga, não com febre, que daí eu ia consultar ele. Aí eu tinha de voltar, porque eles tavam lá na câmara. Aí ficava na greve. Mas daí, quando eu cheguei lá já tinha terminado. Aí eu me lembro ainda, quando meu pai me viu dentro do carro, falou assim: “O que que a Luzia vem fazer aqui?” Aí eu disse: Não, o Edilson é que tá com febre, eu vou levar ele no médico” [risos]. O Edilson, bem esperto, então foi... Então, por isso que eu digo, o começo foi pela igreja. Depois, aí veio as outras. Porque mesmo lá, mas eu sempre fui assim, eu sempre tinha vontade de falar, de me expressar, desde solteira. Só que meu pai, a maneira que a gente foi criada, que temia, né, prendia muito.⁶¹

O depoimento acima teria muitos pontos a serem explorados, mas dois deles serão foco de análise para este momento.

O primeiro é o fato de Luzia afirmar que sempre teve vontade de fa-

61 - SILVA, Luzia Santos da. Trabalhadora rural, op. cit.

lar, de se expressar, desde a fase de solteira, sendo a igreja o primeiro espaço a oportunizar essa realização.

Luzia “aprendeu a falar” na igreja, o que nos faz lembrar Paulo Freire ao afirmar que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. A migrante já fazia uma leitura das relações entre homens e mulheres daquela comunidade, mas não sabia com se expressar, como se rebelar, onde buscar fundamentos, então, somou a todas essas leituras que já fazia do mundo a leitura da Bíblia, quando ajudou a fundar e fortalecer o seu grupo de mulheres.

O outro ponto de análise diz respeito a uma ética da “mentira”, criada por Luzia, e as razões que a levaram a mentir.

Observa-se que a mentira sobre a doença do filho funcionou unicamente como mecanismo para possibilitar sua inserção no movimento. O desejo de participar da greve era tão grande e sufocado por tantos anos que até inventar doenças para o filho constituiu-se em um artifício “ético”. Utilizando palavras ilustrativas, pode-se chamar o argumento de Luzia de “mentira ética”, por levar em conta as tramas e transações materiais daquele cotidiano feminino, que podem fornecer bases para repensar a forma como as pessoas dão sentido ético às suas experiências, recriando-as.

As roças, os pastos e as florestas constituíram-se em espaços fundamentais de ensino e aprendizagem, baseados na interação entre acreanos e migrantes, diante das necessidades que o meio engendrava. Contudo, muitos prejuízos poderiam ter sido evitados, se, por ocasião da implantação dos PADs, o Governo Federal, por intermédio do Incra e do Governo Estadual, estivesse menos interessado em se promover, considerando as questões fundiárias, e se empenhasse em colocar em prática estudos sobre aptidões do solo acreano, aplicando melhor os milhões monetários, vindos a cada ano, para serem empregados nesses Projetos. Os recursos não foram poucos. Para constatar isso, basta recorrer apenas a um jornal, em circulação na cidade de Rio Branco, nos anos 70-80, *A Gazeta*, o qual mensura a quantidade de dinheiro que foi destinado à “colonização” da Amazônia e do Acre, em especial. Eis alguns exemplos:

“INCRA espera 700 milhões para aplicar nos Projetos” (Nº 703, 30 nov.1980);

“CZ\$ 1,3 bilhão de crédito para parceiros do MIRAD” (28 jul.1988, p. 7);

“Incrá aplicará CR\$ 500 bilhões” (Nº 703, de 30 nov.1980, p. 6);
“PAD Peixoto tem Cz\$ 13,5 milhões para PROCERA” (Nº 817, 30 jul.1980, p 01).

Por essas reportagens, perceber-se que muita verba foi destinada aos PADs. No entanto, não foram devidamente aplicadas. Estudos feitos por especialistas ou eram equivocados, ou não foram acatados. Delfim Netto, ex-Ministro da Agricultura, pretendia dar fim aos trabalhos do Incra, substituindo-o por empresas privadas, sem levar em conta que, mais que o Incra, essas empresas se voltavam para resultados de curto prazo, não se importando com a racionalização do processo de ocupação, nem com o caráter social que precisaria estar presente ao se propor a colonização de uma área.

Flaviano Melo, enquanto governador do Acre, no período de 1986 a 1990, recebeu verbas e inspirou cantores de repente a comporem canções com a seguinte letra: “Se o governador continuar trazendo tanto dinheiro, vou vender minha viola e também virar parceleiro”.

O governador Flaviano impressionou a comitiva que o acompanhava em visita ao Projeto Pedro Peixoto, em agosto de 1988, composta pela delegada regional do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - Mirad, Othília Sampaio; o deputado estadual Ariosto Pires Miguéis; o Secretário de Desenvolvimento Agrário, Wildy Viana; o presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, Reinaldo Moura; o presidente da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósito do Acre - Cageacre, Afrânio Nogueira; a presidente do grupo estatal do Programa de Crédito Especial para Áreas de Reforma Agrícola - Procera, Jane Maria Vilas Boas; o candidato a deputado estadual, Luis Pereira; o delegado federal de agricultura, José Guimarães; representantes do Banco da Amazônia - Basa e várias outras autoridades. A comitiva era suficiente para entregar 31 financiamentos, liberados pelo Procera, aos parceleiros da Gleba G do Projeto Pedro Peixoto, para se manter na política acreana por mais alguns anos.

A entrega dos recursos aos parceleiros e de outros, entregues ano a ano, não resolveu as dificuldades agrícolas dos migrantes, pois a baixa produção, causada por solos inadequados à lavoura e pela falta de estradas e ramais para o escoamento da produção, fez com que esses trabalhadores se endividassem junto ao Banco, quando muitos não conseguiram produzir

além do que necessitariam para a subsistência da própria família.

Mais um exemplo de falta de vontade política para solucionar o problema agropecuário e extrativista do Acre está no jornal *A Gazeta*, de 15/12/78, que traz a seguinte manchete: “O Incra possui, para projetos, informações altamente técnicas”.

A reportagem trata da contratação da empresa Lasa para classificação da aptidão agrícola do solo dos PADs. Segundo os resultados, o manejo menos aconselhável para a região seria o primitivo, por utilizar as práticas tradicionais da agricultura, refletirem baixo conhecimento técnico, por não haver emprego de capital e poucos cultivos.

Embora ciente dos resultados técnicos do estudo feito pela Lasa, o manejo primitivo continuou sendo quase que exclusivamente o único implantado na agricultura dos PADs, até pelas condições socioeconômicas dos trabalhadores rurais.

Esse breve apanhado de informações e reflexões sobre políticas oficiais para a exploração dos espaços dos PADs se faz necessário para mais uma vez dizer que, quando o formal e o oficial não dão conta, o informal e o não oficial aparecem. Não é meu objetivo analisar as políticas agrícolas desse ou daquele governo, até porque leituras diferentes poderiam ser feitas, a depender do lugar e do sujeito que as fizesse, mas pretendo mostrar as alternativas criadas e recriadas por trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul e acreanos, no que diz respeito às experiências de uso do solo, que resultaram em muitos ensinamentos e aprendizagens, mas também em muitos conflitos culturais, muitas vezes travados no puro desconhecimento da história e das tradições de cada povo. Outras vezes, travados no conhecimento, brotado da experiência.

Vejamos, por exemplo, a posição do senhor Vivalde Machado, ex-carreiro no estado de Minas gerais: “Ah! Meu modo de vivê é muito diferente do desse povo. Cumigo, num vai no angu, vai na minhoca. Desde que eu cheguei aqui eu tô observano o jeito desse povo, e eu, só pela cantiga do carro, eu sei o peso que vem dentro.”

Acho por bem desmembrar a fala do senhor Vivalde Machado para melhor analisá-la. Assim, na primeira parte, quando ele afirma *meu modo de vivê é muito diferente do desse povo*, nos remete a pensar sobre modos de vida tão diferentes entre os mineiros e o povo acreano. Na sequência, o senhor Vivalde diz que esta diferença se dá porque, com ele e com grande

parte dos migrantes, *se num vai no angu, vai na minhoca*. Tal pensamento leva-nos a entender que se uma alternativa socioeconômica, política ou religiosa não der certo, outra será criada.

Outro aspecto que merece ser analisado é a forma precavida, sempre desconfiada como o migrante olha o viver do povo acreano e vice-versa. Vivalde diz que, desde sua chegada ao Acre, observa o jeito de viver de sua população, e com base em sua profissão de carreiro, usa a metáfora de que “a depender do peso da carga que o carro de boi transportava, a carroça fazia um ruído, que de longe se podia ouvir”, querendo com isso dizer que, por meio da conversa e de observar o comportamento do povo acreano, ele já sabe como cada um vive.

Observa-se que o migrante se julga mais esperto, mais empreendedor, e que, ao compartilhar experiências com o povo acreano, tal julgamento sofre uma mudança, propiciando novas aprendizagens e compreensão dos modos de vida, tanto por parte de um, quanto de outro.

Um migrante entrevistado, senhor Claudionor dos Santos, trabalhador rural vindo do Paraná, confirma esse fato ao relatar como reagiu à sugestão de um colono acreano, quando o orientou a não trabalhar de peão para fazendeiros, alegando que estes pensavam ser possível viver apenas do “berro do boi”, incentivando-o a aprender a caçar, pescar e fazer farinha, disponibilizando inclusive a sua própria casa de farinha.

Olha rapaz, se não dá prá vivê do berro do boi, mas também num vamo vivê do isturro da onça, nem do grito do sapo. Nós tem que prantá, nós tem que coiê e nós tem que escoá nossos produto, senão nois num veve, uai.⁶²

Na ocasião, as sugestões e a solidariedade do colono acreano, ao oferecer os espaços e os utensílios de sua rústica fábrica de farinha, soaram como um insulto àquele migrante, pois, na estrutura social de trabalho a que estava vinculado, ou seja, a agricultura, não existia a atividade de “farinheiro”.

O entrevistado, 30 anos depois, ao ser interpelado sobre os rumos que os filhos estavam tomando, assim descreve a situação de um deles:

62 - SANTOS, Claudionor dos. Trabalhador rural. Entrevista cedida à autora. Rio Branco, 1999.

O Valdivino tá casado, tem uma arquera de filho; tudo minino. Mora lá no laco, no Posto Serraria. Ele tem uma colonha muito boa. Uma invernadona que é uma beleza! Tem um comecinho de criação de gado. Ele é muito trabaiaadô. Agora mesmo, há poucos dias, eu tive vindo lá da colonha do Zé (outro filho) e ele disse que o Valdivino vendeu umas cento e cinquenta saca de farinha lá prá comperativa. Fez um contrato lá como a comperativa e ta trabaiaando bem, ele.⁶³

Conclui-se que produzir farinha também se tornou uma atividade rentável e passível de incorporação a seus modos de trabalho, sem que o desempenho de tal atividade tornasse seu filho mais ou menos trabalhador.

No entanto, isso não aconteceu por acaso, de uma hora para a outra, ou passivamente. Foi resultado do compartilhar de experiências e de rompimento de posturas preconceituosas.

Não raras são as oportunidades em que ouvimos falas de trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul atribuírem a vinda para o Acre ao fato de almejam possuir terra própria, coisa impossível à grande maioria em seu estado de origem, uma vez que ali as terras custam caro. Outra motivação para migrarem era carência de mão de obra para a implantação da pecuária no Acre.

Na fala do senhor Antônio Souza, trabalhador rural migrante do Mato Grosso, será possível avaliar como se deu um verdadeiro recrutamento de peões para o Acre, os quais, quando lhes foi oportunizado, se tornaram pequenos proprietários de lotes do Incra ou de lotes comprados de terceiros.

Como você bem sabe, acreano é bicho preguiçoso e aí nós quiria terra e nosso patrão quiria peão bão, trabaiaadô, pra trabaiaá na dirrubada. E o acreano, cê sabe, só qué sabê di caçá e pescá. Intão, fumo nós que abrimo aquilo tudo. Mas terra, nós num ganhemo não.⁶⁴

Falas como esta remetem à reflexão e interpretação de dois fatos: o

63 - SANTOS, Claudionor dos. Trabalhador rural, op. cit.

64 - SOUZA, Antonio. Trabalhador rural. Entrevista cedida à autora, Sena Madureira-AC, agosto de 1999.

de que alguns migrantes sulistas veem o acreano como preguiçoso, lento e acomodado, e o de que a migração dos “sulistas” para o Acre se deu em função de serem “qualificados” para o trabalho de peão e de desejarem terras.

A ideia de que o acreano é preguiçoso e acomodado é muito comum entre alguns migrantes do Centro-Sul e, até mesmo, entre nascidos no Acre. Tanto um, quanto outro desconhece ou não reflete sobre a tradição cultural do acreano; conseqüentemente, não possuem elementos para interpretar os modos de vida das pessoas desse Estado.

A forma de ocupação, organização e exploração do espaço acreano muito diferem das formas adotadas no Sul. Enquanto lá houve uma política de ocupação baseada na agricultura, no Acre e noutros estados do Norte, o extrativismo foi a base de sustentação econômica, até os anos 60 e 70. Tal atividade envolvia uma estrutura social de trabalho tão estilhaçada, que gerava uma ignorância e, de certo modo, um tolhimento de ações por parte do seringueiro, fazendo com que tivesse uma visão fragmentada do processo de produção extrativista. O fabrico de borracha envolvia muitas categorias de profissionais, tais como o mateiro, o noteiro, o comboieiro, o guarda livro, o caçador, o fiscal e o gerente, que se organizavam formando uma cadeia.

Diante da existência de um noteiro, que passaria nas colocações para arrolar os produtos que o seringueiro necessitaria e provê-los; de um comboieiro, que selaria os animais e faria o transporte da borracha até o barracão; de um caçador para prover a caça; de um guarda-livro para registrar a produção e, por vezes, roubar um pouco; como querer que os ex-seringueiros fossem hábeis agricultores?

Com isso, não se trata de querer negar ou silenciar as resistências promovidas pelos mesmos, pois foram muitas, e negá-las seria ir contra o que defendo, ou seja, de que é na adversidade, na necessidade, que surge a mudança, a busca de alternativas. Contudo, analisar a divisão social de trabalho nos seringais colabora com a compreensão do porquê de algumas atitudes do seringueiro serem vistas como preguiça e acomodação.

A análise do funcionamento do sistema de aviamento é imprescindível se desejarmos fazer uma reflexão sobre “preguiça e comodismo acreano”. Entender esse processo fornecerá subsídios para interpretar desígnios tão pejorativos e injustos, como os atribuídos aos trabalhadores rurais do Acre.

O seringueiro, ao ser “recrutado”, necessitava de transporte, ferramentas de trabalho e alimentos. Por ser considerado um profissional autônomo, todos os gastos corriam por sua conta e geravam considerável dívida inicial. Como pagá-la e continuar a manter-se se não fosse o “ouro negro?”⁶⁵ Quanto mais o seringueiro produzisse, melhor. Produzir muito significava dedicação exclusiva ao trabalho de extração, não sendo, portanto, possível manter outras atividades, como o plantio e a criação de animais.

Mas, quem o “aviava”, para que tivesse o direito de privá-lo de desenvolver outras atividades que não fosse a de extração do látex, era o “aviador” seringalista, que, por sua vez, era abastecido pelas casas aviadoras e firmas exportadoras.

A cada passo dessa cadeia vertical, “juros extras” iam sendo acrescentados às mercadorias, tornando-as mais caras e reforçando a dependência do seringueiro junto ao seringalista, de tal forma que curar-se desta “preguiça e comodismo crônicos” era cada dia mais difícil, uma vez que autonomia e emancipação são frutos de conquistas. Estas, por seu turno, não são alcançadas ao se completar 18 anos ou pelo fato do indivíduo casar-se, pois requerem condições geográficas, materiais, técnicas e éticas, isto é, necessita-se de recursos até então inexistentes, vinculados às relações de produção, que vinham sendo praticadas na região acreana ao longo de um século.

O termo “aviar”, no contexto amazônico, constituiu-se em um conceito regional que equivale a fornecer ao seringueiro as mercadorias de que ele precise. Normalmente, tais mercadorias eram superfaturadas e movimentadas em forma de escambo - borracha por mercadorias -, gerando maior lucro para o aviador e uma crescente dependência e exploração do seringueiro.

Tal sistema não fornecia nem requeria do acreano tradição cultural diferente, e esta pode ser uma das explicações para a configuração do ambiente sociocultural das sociedades rurais formadas no Acre, o que, no entanto, não era do conhecimento do migrante sulista. Este, por ignorar a história do Acre e por possuir valores culturais diferenciados, acabou apresentando posturas preconceituosas frente aos modos de vida do acreano.

Ao questionarmos a senhora Vera Nascimento, colona mato-grossense, sobre como havia conseguido comprar uma colônia de 72 hectares no Projeto Favo de Mel, no município de Sena Madureira, Acre, esta res-

65 - Denominava-se de *ouro negro* as pelas de borracha produzidas pelos seringueiros.

pondeu:

Esse povo não trabalha, não planta e, se planta, é pouco, que não dá para a família comer o ano todo. Fazem uns roçadinhos, que, se uma vaca deitar dentro, fica com o rabo de fora. Moravam nesta terra há 20 anos e nunca fizeram nada. Queriam era vender e “ir para a rua”.⁶⁶

A posição da senhora Vera é categórica quando interpreta que o acreano não trabalha, não planta e, se planta, é em pequena área”. Que postura diferente esperar de pessoas que estão “engatinhando” no trabalho agrícola?

Na Imagem 14, é possível observar no modo de vida dos migrantes, logo que chegaram aos PAD's, ainda não dispoendo de uma casa, mesmo sob uma barraca de lona, a tradição bem presente de cultivar, onde crianças aparecem ajudando a cuidar de algumas plantas em latinhas.

66 - NASCIMENTO, Vera. Trabalhadora rural. Entrevista cedida à autora, Sena Madureira Acre, outubro de 1999.



Imagem 14 - Instalações iniciais de migrantes do Centro-Sul

As Imagens 15 e 16 retratam o trabalho de colheita do arroz, uma das culturas mais consumidas pelos migrantes.



Imagens 15 e 16 – Colheita do arroz

Na Imagem 17, percebe-se o orgulho dos trabalhadores em registrar a pilha de arroz, pronto para ser batido e ensacado.



Imagens 17 – Colheita do arroz

Para esses trabalhadores e trabalhadoras ali está o fruto de uma longa labuta, que reforça suas identidades e tradições e os legitima como pessoas úteis, que contribuirão com o desenvolvimento agrícola do Acre.

No entanto, a senhora Vera Nascimento não valoriza o caráter de preservação da floresta que o extrativismo e a agricultura em pequena escala proporcionam, posto que, em nome dessa preservação, destrói-se o homem, uma vez que sua produção não dá para subsistência. Não menos interessante é pensar sobre a questão psicológica gerada por uma vida sem grandes ansiedades e inquietações. Vale dizer, também, que “nunca ter feito nada”, para a senhora Vera, significa não ter desmatado, plantado e criado animais, como porcos, galinhas e gado, e que a expressão “ir para a rua” equivale a ir para a cidade.

De outro modo, isso não é uma regra e alguns trabalhadores rurais têm representações diferentes sobre a questão da “preguiça do acreano”. O trabalhador rural João Batista, o Baiano, morador do PAD Quixadá, é um

exemplo disso. Ao receber o convíte do general Moreno Maia, superintendente do Incra, para vir para o Acre, estava ao lado de outros companheiros, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mundo Novo, no Mato Grosso, e se negou a tomar qualquer decisão em meio a tanta gente e desorganização, como afirma:

Rapaz, quando eu cheguei lá, tava uma bagunça tão doida, e eu cheguei meio desse jeito. Um barulho muito grande. A fim de que que eles tão aí? “É o general que chegô ainda agora e tão ofereceno terra pro pessoal”. Aí, eu digo: o que é que se assucedê? Eu digo: Ele vai dá pra esse monte de gente aí? Tinha 3.000 pessoas. Eu disse, ah, uma caravana dessa aí só serve pra ístrová. Eu não gosto de andá mais ninguém. Eu gosto de andá com cara mais mió que eu, ou sozinho. Um cara mió que eu, porque igual também não adianta. Aí o que é que faz. Eu disse: Seu Manoel Dantas! Manoel Dantas era o presidente do sindicato na ocasião. Ô seu Manoel? Esse povo tudo ganha terra? “Não! É para 400 famílias”. Aí eu digo: Seu Manoel, é o seguinte, eu não vou querê terra desse jeito não, porque vai uma caravana de gente dessa! Isso é uma perturbação uns aos outros, e são doido.

A expressão de Baiano, ao dizer “eu gosto de andá com cara mió que eu”, deixou transparecer que ele tinha uma representação de “homem melhor” e “homem pior”. Neste sentido, questionei qual a sua opinião em relação ao homem acreano, quando o descreveu como alguém bom, calmo e paciente.

Ao dizer que o homem do Acre era calmo, o entrevistado atribuía ao modo de vida do povo acreano uma diferenciação em comparação com o dos migrantes do Centro-Sul. Em uma analogia entre o espaço rural acreano e o espaço rural do Centro-Sul, faz uma previsão:

Não! Isso aí é porque é gente demais. Muita gente acostumado a ver tudo quanto num presta pra lá. Lá é muita gente, lá se cria gente assim, num lote, que nem esse meu, assim de 85 hectare, mora até 15 famílias. Aí, o pessoal é agitado. Aqui ainda vai acabar ficando desse jeito, também. Do mesmo jeito, porque o povo

vai aumentano. Purque acriano aqui é o seguinte: antigamente eles dava graças a Deus, quando chegava uma pessoa de fora, mode eles conversá. E a maioria do povo quase como eu, analfabeto. E, o acriano é calmo! Eles anda assim armado, mas é costume deles, mesmo na mata.⁶⁷

De acordo com a fala do entrevistado, é possível observar que, quando se faz o mínimo de análise sobre costumes, tradições e valores, entende-se e respeita-se a cultura do outro, gerando aprendizagem. Continuando a conversa, Baiano relata que:

(...) aprendi a quebrá castanha, só que eu quiria quebrá era de machado. Chegô um acriano aqui, eu tava sozinho no dia, dibacho de uma castanhera. Aí chegô um acriano, o Chico Cachecho. Eu tinha meu facão bem amoladinho e ele foi rodano aquela bola e cortano bem acertado.⁶⁸

Baiano não aprendeu apenas como e com que ferramenta cortar um oriço de castanha, mas analisou que sua vinda e a de outros migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul interferiram nos modos de vida do seringueiro. Eis o relato da descoberta a que chegou o mesmo:

Eu descobri que os acriano, eles vivia melho pur causa daquele rancho⁶⁹, que vinha da Sudhevea.⁷⁰ Purque eles, quando terminava de cortá seringa, já entrava a colheita de castanha. Aí, um colhia 600 barrica de castanha, outro 400, 300 e aí, vivia aquela vida. Aí matava viado pra cumê, matava porquinho aculá e assim eles vivia melhor do que hoje.⁷¹

Se ocorreu aprendizagem, ocorreu também muitos ensinamentos. Isto para confirmar que estes dois fenômenos são mesmo inseparáveis, seja

67 - ANTUNES João Batišta de França. Trabalhador rural, op. cit., julho de 2000.

68 - Idem.

69 - *Rancho* no contexto acreano equivale à feira, ao conjunto de alimentos; dizer que fez o rancho para o mês significa dizer que fez a feira do mês.

70 - Sudhevea - Superintendência do Desenvolvimento da Hévea.

71 - ANTUNES João Batišta de França. Trabalhador rural, op. cit.

em nível formal ou informal. Logo, acredito que aconteceu com Baiano o mesmo que aconteceu com o seringueiro. Sem dúvida alguma, as roças, os pastos e as florestas constituíram-se em espaços fundamentais de ensino-aprendizagem, baseados na interação entre acreanos e migrantes, diante das necessidades que o meio impunha.

A migrante paranaense Lenir Rufatto Reis, moradora do Km 52, da BR 317, trecho Brasileia/Assis Brasil, diz que sua família muito ensinou aos acreanos. Ao ser questionada em que se constituía tais ensinamentos, ela assim se posiciona: “Ah! A fazer uma casa bonita, uma cerca bem feita, com porteira, a escolher um gado, umas galinha e uns porco, uns animal di melhor qualidadei.”⁷²

Nessa parte da entrevista, o filho da senhora Lenir, um garoto de aproximadamente 10 anos, já nascido no Acre, mas com forte sotaque paranaense, entra na conversa e diz: “*Ensinamo a laçá um boi... Eles andava de havaiana a cavalo*”.

É interessante observar como as representações do que é bom e bonito se diferem entre as duas culturas. Por exemplo, diante das expressões “uma casa bonita” e “um animal de qualidade” cabe questionar sobre o que seria uma casa bonita na visão do trabalhador rural acreano e que casa este teria condições de construir, morando numa região sem estradas e sendo desfavorecido economicamente; sobre que “gado de qualidade” este poderia comprar. Neste sentido, se conseguisse comprar um boi nelore, considerado de qualidade pela migrante paranaense, este não serviria de meio de transporte como um tucura (boi sem raça).

Continuando os questionamentos, por que o acreano deveria saber laçar um boi, se não o possuía? E por que não poderia andar de sandálias, já que se fosse preciso que andasse descalço na lama, uma Havaiana seria mais fácil de tirar e carregar do que uma bota? Isto sem falar na relação preço/bota *versus* preço/havaiana.

Outro exemplo do que o migrante julga ter ensinado é exposto pelo parceiro João Batista de França Antunes, morador do PAD Quixadá, com respeito às atitudes de conscientização sobre o valor da terra.

Rapaz, o que eu tenho ensinado aqui é modo eles não vendê as terras. Explicado que as coisas não é fácil,

72 - REIS, Lenir Rufatto. Trabalhadora rural. Entrevista cedida à autora, setembro de 2001.

que a terra tem valor. Eu digo: daqui uns dia vocês vão tê estrada pra vocês andá. E eles só me dismítindo, dizendo, me maltrataram bastante. Mas eu levava aquilo cumu uma brincadeira. Eu dizia: - Em terra de alejado, até cego é dotô. Aí eu oiano, que eu conheço tudo. Eu tanto já cruzei esse Brasil de avião, como o estrangeiro, como sei guiá um carro. Eu tenho meu carro aí, eu mesmo guio. Eu dizia que sabia guiá um carro e eles dizia que era minha mentira. É um povo cego e duvidoso. Acha que um cara qui nem eu, que num sô estudado, mas eu vivi um bocado de ano cum gente estudado, trabaiei até in foro. Intão, eu respeito. Quando a senhora me diz que eu tô mentino, eu fico achano graça e digo muito obrigado. Eu num decepçiono. Ensinei muita coisa, ensinei. Muita coisa eles tão veno cum os oio deles e dizendo: não, o negócio não é brincadeira, que eles tão veno o que é que eu faço. É trabaiaá, e não se cunfiá em coisa dos outro. Que coisa dos outro, purque eles se confia. Assim a terra do INCRA é deles, e não é. Essa terra aqui não é minha, eu não tenho documento dela.⁷³

Quando Antunes afirma que alguém lhe diz que ele está mentindo e que sua postura é de rir para não decepcionar ninguém, a princípio se pensa que isto fazia parte de um sistema de boa conduta. Mas depois se percebe que a “sensatez” esconde forte preconceito e que a relação é de tolerância ao diferente, no caso, à cultura do povo acreano. E quando a relação é de tolerância, fica implícito, neste caso, a sensação de superioridade.

Quanto esforço terá sido gasto por João Batista de França Antunes no sentido da construção de uma consciência sobre o valor da terra? Por quantas privações ele terá passado? Que razões o levou a classificar o povo acreano como cego e duvidoso? Por que o Acre seria uma terra de cego, onde até alejado poderia ser considerado “dotô”?

Ainda que a tolerância e o respeito possam parecer muito desejáveis, melhor seria que ocorresse o que João Batista, em outras ocasiões, buscou fazer, ou seja, analisar os processos pelos quais as diferenças foram produzidas. Neste sentido, a diferença, mais que tolerada ou respeitada, seria colocada em permanente questão.

O respeito também pode esconder uma forte carga de preconceito,

73 - ANTUNES João Batista de França. Trabalhador rural, op. cit.

pois respeito e poder caminham juntos. João Batista respeitava os acreanos, porque, se não fosse por eles (os acreanos), não teria ganhado um pedaço de terra. O respeito ali se dera por uma questão de posse: “eu respeito, porque sou forasteiro e sem posses”. O respeito não foi gerado em um processo de construção, mas produto da necessidade de se fixar em terra alheia. Neste caso, João Batista não se perguntou por que acreano é um povo cego e duvidoso. Ou talvez não tenha ficado atento para o fato de que poderia não se tratar de uma cegueira, mas de um outro olhar, por horizontes e prismas diferentes daqueles contemplados pelo migrante, o que não pode ser considerado como fator natural, “dado por Deus e bonito por natureza”, mas compreensível quando se fala em cultura, por se tratar de um termo complexo. Eis o que Thompson afirma sobre o assunto: “Cultura é um termo emaranhado, que ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes”.⁷⁴

Para “desfazer o feixe e examinar com mais cuidado seus componentes”, tentando analisar que conceitos seriam esses e como foram construídos, surge um outro elemento do feixe, o qual propiciou nova reflexão, aprendizagem e ensinamento: o casamento.

Para tratar desse espaço de ensino e aprendizagem, usarei uma metáfora intitulada “O casamento da barata paulista com o jabuti acreano”. Convém, no entanto, esclarecer o porquê dos termos “barata paulista” e “jabuti acreano”. A escolha pelas espécies citadas poderia se dar pelos mais diversos critérios. Na presente análise, optou-se, no entanto, pelo critério da historicidade.

O jabuti sempre foi muito prestigiado pelos acreanos. Nas festas, muitas vezes, constituiu-se no prato número um, principalmente, se for feito ao leite da castanha. Até seu casco é assado e torna-se uma bela travessa, onde é servida a farofa, feita com fígado e coração.

Em relação à barata, esta passou a ser denominada “barata paulista”, pois não existia no Acre tal espécie, até que os “paulistas” invadissem o Acre e as trouxessem em suas bagagens, conforme diziam os acreanos mais antigos.

74 - THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.22.

E, por estar falando de tradições e de cultura e, sendo uma tradição o encaminhamento do convíte a amigos e familiares com certa antecedência, estou encaminhado o convite a meus pares.

“O que o amor juntou, que não separe as divergências culturais.”

II. Tânia 1 e 1

As famílias

Quelônios

e

Ortópteros

Convidam para o enlace matrimonial de seus filhos Jabuti Acreano e Barata Paulista, a realizar-se no dia 01/10/81, às 08h, na colônia Santo Antonio, Km 31, ramal do Xiburema, Projeto Boa Esperança - Sena Madureira - Acre.

Que projeção é possível fazer de um casamento entre criaturas tão diferentes? A barata é um inseto da ordem dos ortópteros, de origem africana, com hábitos noturnos, frequentadora de armazéns, esgotos e cozinhas e se alimenta de vegetais e animais. São criaturas inquietas, viciadas em doces, pequeninas, medem 16mm e vivem no máximo 450 dias. Enquanto que o jabuti, réptil da ordem das tartarugas, é grande, chegando a atingir 70cm. Tem uma alimentação baseada em frutas, folhas, cogumelos e carnes; vive em florestas densas e úmidas, como as do Acre e chegam a viver 300 anos. São tranquilos e lentos.

Mas, por que alguém desejaria esse matrimônio?

Na verdade, ninguém desejava, mas, se é verdade que “o coração tem razões que a própria razão desconhece”, esse foi o caso. Muitos casamentos entre sulistas e acreanos aconteceram, nas três últimas décadas, em função da migração de pessoas do Centro-Sul para o Acre.

Não obstante as incompatibilidades culturais entre “baratas paulistas” e “jabutis acreanos”, os casamentos entre “paulistas” e acreanos aconteciam e continuam acontecendo.

No dia 01/10/81, as filhas dos migrantes do Centro-Sul, Manuel Gomes e João Gurucaia, sendo este morador do Projeto Boa Esperança, em

Sena Madureira-AC, casaram-se com os filhos de José Esmael e de Pedro Pereira, estes acreanos. Os rapazes já haviam proposto roubar as moças. Estas, no entanto, queriam o casamento civil e religioso. Assim, cumpriu-se o ritual do namoro, noivado e casamento, embora tenha se dado tudo muito rápido, pois, na zona rural, esses “preâmbulos” levam pouco tempo.

A construção da casa de um dos futuros casais foi feita de forma rápida, pois contou com a colaboração dos irmãos e cunhados dos noivos, constituindo-se em um pequeno barraco feito de paxiúba, que é uma tábuia extraída de uma palheira de mesmo nome, espécie típica da região. Os chás-de-panela e as despedidas de solteiro foram dispensados, pois não era uma prática no ambiente rural, de forma que o casamento saiu em curto espaço de tempo.

Outro aspecto que merece ser tratado é a questão de se “roubar” moças. O porquê e como isto acontece merece análise. Quando o casal já estava apaixonado, passar pelo ritual mencionado levava tempo e custava caro. Manter relações sexuais antes do enlace era proibido e bastante difícil, uma vez que os namorados eram fiscalizados de perto pela família. Namorava-se na presença de todos: o rapaz sentava na ponta de um banco, a moça na outra e, se fosse noite no período do início da noite; quando não, os pais colocavam uma lamparina entre o casal.

Diante das condições mencionadas, o rapaz propunha o “roubo”, e a moça se deixava roubar, por vezes, até tendo uma irmã, um irmão ou uma amiga como cúmplice.

Quando os pais ficavam sabendo, providenciavam o casamento de imediato. No caso desse casamento relatado, não houve “roubo” e se teve um duplo casamento. Era um dia de sol. As noivas estavam lindas e o “banquete” foi na casa do senhor João Gurucaia. Tal banquete constituía-se em festa de comemoração com farta alimentação, preparada a partir de produtos, em sua grande maioria, da própria comunidade.

Para se chegar ao local da festança os convidados percorreram parte do caminho de pick-up. O ramal do Xiburema estava em más condições de tráfego, mas, à base do empurra ali, “desincrava” aqui, alguns percorreram uns dezoito quilômetros, inclusive os noivos. Quando não deu mais para ir de carro, o percurso passou a ser feito a cavalo ou a pé, conforme Imagem 18.



Imagem 18 – Noivos e convidados a caminho do local de realização do casamento

Tudo ia bem, se não fosse uma derrubada feita por um vizinho, há pouco tempo, e os noivos estarem vestidos a rigor.

Os convidados também estavam vestidos à altura do evento e, em meio a muito suor, capim, carvão e “acode aqui, acode ali os vestidos das noivas”, chegou-se ao local da festa.

No terreiro, travesseiros forrados com lençóis brancos, prontos para os noivos ajoelharem-se e pedirem a benção dos pais. No fogão à lenha, carne de porco, galinha caipira, macarrão, arroz, macaxeira e farofa, prontos para irem à mesa.

Ao lado da vîtrola, discos de forró para as danças, que logo teriam início. Não faltando um de valsa para os noivos dançarem. Algumas garrafas de cachaça e uns fogos de artifício também faziam parte do evento. Assim, deram-se início às novas famílias, formadas por pessoas diferentes, com hábitos alimentares diversos, experiências de trabalho diferenciadas, educadas sob padrões e valores também diferenciados, que constituiriam

modos de vida em um espaço acreano somente possível a partir da coexistência cultural. Acompanhando o desenrolar do futuro dessas famílias, verifica-se que uma delas, confirmando a superstição de que dois casamentos realizados no mesmo dia não dá certo, teve fim onze meses depois, alegando a esposa que o marido era “mão de vaca”, expressão que significa que o esposo é sovina ou avaro. O casal se separou e posteriormente, cada parceiro constituiu novo matrimônio. A noiva, desta vez, casou-se com um carioca. Quanto à outra família, permanece unida até os dias de hoje e procura vencer as diversidades culturais, manifestadas no dia a dia de suas relações. A senhora Eva Cardoso de Souza, uma das noivas citadas, ao tratar das dificuldades enfrentadas, declara: “Ah! Eu sentia dor de cabeça, quando tinha que preparar e comer comidas com estes matinhos acreanos; mas, hoje, não como sem eles.”⁷⁵

Os “matinhos” acreanos que causavam dores de cabeça a dona Eva eram chicória e coentro, condimentos típicos da culinária acreana.

Já o senhor José de Souza, o esposo, diz: “Eu não gostava de comida torrada. Tudo que eu comia era cozido, com bem caldo. Mas agora, eu como até a tal da polenta”.

Não é só na alimentação que havia divergências, ensino e aprendizagem, mas também na criação dos filhos. A mãe dizia querer trazê-los mais na “linha dura” e o pai se mostrava “liberal”, o que poderia ocorrer independente da naturalidade dos cônjuges, pois incompatibilidades de posturas frente à criação de filhos é comum. Vale constatar que nesses casos os pontos de divergências foram muitos e difíceis de conciliar.

Exemplo não menos conflitante é o do migrante mineiro, senhor Claudionor Antonio da Costa, tio dos casais em questão, que, ao justificar o porquê de seu relacionamento com uma senhora acreana não ter dado certo, assim se posicionou:

Óia, sabe porque que num deu certo? Porque ela chegou lá em casa, como num dia de hoje. Aí ficou assim como pra amanhã. Mais assim como uma irmã minha. Já na chegada dela, eu falei assim, pra ela: Óia eu gosto de tudo caprichadinho, tudo zeladinho. Tem essa bacia grande aqui que é pra dá banho numa criança, ou até um adurto, se quizer pode tomá

75 - SOUZA, Eva Cardoso de. Entrevista cedida à autora. Rio Branco, maio de 2000.

tamém que dá. Tem aquela outra ali, pequeninha, que é modi lavá verdura. E tem aquela outra, que é de lavá loça, trem de conzinha, assim. Aí, eu no outo dia, saí pru quintal, modi dá um mio pruns porco no manguero. Quando eu vortei, a muié num tava dano banho, num neto cagado dela, na bacia que eu tinha falado a ela que era de lava loça? Aí, já aquilo subiu prá minha cabeça, e eu fiquei assim perturbado. E já me deu aquela agunia na cabeça e eu sai pru quintal. Fui andá pru debaxo de umas fruîteira que tinha, e eu só pensando numa situação daquela... Chegô a noite, eu falei cum Zé. Zé é meu fio mais véio. Ele é muito cunformado cumigo. Falei: “Oh Zé, eu num vô vivê cum essa muié não, ô Zé!” O Zé cuncordô cumigo. E eu falei cum a muié. Assim, sem martratá ela nem nada, mais dispachei ela com as traia dela.⁷⁶

Os gostos alimentares, a higiene e a criação dos filhos são apenas alguns exemplos de divergências culturais entre acreanos e migrantes do Centro-Sul (baratas paulistas e jabutis acreanos), divergências que estão presentes não somente na vida dos casais, mas que se estendem aos modos de vida, que não são dados, mas constituídos historicamente, nas divergências e nos conflitos, gerando ensino e aprendizagem. As histórias ensinam que sulistas e acreanos, obrigados a conviver em um mesmo espaço e tempo, ajustam-se para que, a partir das divergências, baratas paulistas e jabutis acreanos não tentem, à moda hollywoodiana, nem entre “tapas e beijos”, ser felizes para sempre, mas que compreendam as diferenças, aprendendo e ensinando.

76 - SANTOS, Claudionor dos. Trabalhador rural, op. cit.

CAPÍTULO IV

RAÍZES E IDENTIDADE DE MIGRANTES TRABALHADORES RURAIS DO CENTRO-SUL NO ACRE

*Eu sou como Apuí, não tem vento que me leve, nem chuva
que me derrube. Minhas raiz vai longe, por esse chão afora.*
(Miguel Alves Rodrigues)

A metáfora usada pelo migrante gaúcho Miguel Alves Rodrigues, morador do Projeto Pedro Peixoto, quando se compara ao Apuí, espécie de árvore encontrada nas florestas acreanas, cujas raízes ocupam um vasto diâmetro, remete-nos a uma análise sobre desenraizamento ou reenraizamento do migrante.

Alguns autores, como Daniel Francisco dos Santos, que escreveu sobre garimpeiros em Rondônia, e Heloisa Winter Nascimento, cuja dissertação de mestrado teve como título *Rumo da terra: rumo da liberdade - um estudo dos migrantes rurais do Sul no Estado do Acre* (1985), também apresentam uma concepção de migrante desenraizado.

Estes e outros autores não trabalham sozinhos ou sem bases empíricas. Desprovidos de cunho científico, há pensamentos que levam a crer que migrar é sinônimo de perda de identidades. Contudo, ao se analisar as falas e os escritos de alguns migrantes, se vê que estes não são pessoas desenraizadas. Ao contrário, são sujeitos portadores de culturas plurais e de identidades constituídas nas mais diversas dimensões de seus modos de viver. Esses migrantes por vezes se conformam, por vezes resistem, e em certas situações resistência e conformismo se camuflam.

A migrante Inês dos S. Espíndola, residente no Projeto Humaitá, ao ser questionada sobre como se sentiu por ocasião de sua chegada ao Acre, diz: “Nois era cumu assim uma laranjera que rancaru do chão. As raiz quebraro tudo e então custa a ela pegá de novo. Mas nois tá pelejano. Se aumeno meu pai tivesse vindo mais eu.”⁷⁷

Por algum tempo, que não é permanente, o migrante se sente como se tivesse perdido suas raízes. O que não significa dizer que isto seja algo natural, que vá passar com o tempo, que ele abandonará os vínculos com suas origens. Quando uma raiz quebra, outras surgem, galhos brotam, folhas nascem, mas o tronco, a árvore, a espécie permanece, manifestando costumes e tradições.

O fato de querer o pai por perto, “se aumeno meu pai tivesse vindo mais eu”, significa que as raízes não foram esquecidas, estavam fazendo falta, causando saudades. O manejo florestal, isto é, a retirada de uma árvore, se tiver filhas e netas da mesma espécie, que a substitua no futuro, não funcionava de forma semelhante aos laços familiares de migrantes. É bastante

77 - ESPÍNDOLA, Inês dos Santos. Trabalhadora rural. Entrevista cedida à autora. Projeto Humaitá, Porto Acre-AC, agosto 2000.

recorrente em suas falas o desejo de estarem próximos dos familiares, de trazê-los para o Acre. Quando era possível, retornavam ao local de origem para rever parentes ou para levar os filhos para conhecerem o lugar de onde partiram. No depoimento do senhor Hélio Tessinari, migrante do Espírito Santo, é possível observar a descrição desse momento mágico reencontro com as raízes.

Aí, dessa última vez que eu fui, levei o filho moço sabe, o Ronaldo; cheguei lá, eu falei: Vô te levá no lugar onde você nasceu. Milagre! Tinha... pur sinal, tinha até uma festinha lá nesse lugar, um dia de domingo. Aí, no meio da festinha, eu via qui ele saía pum cantu, olhava aquelas pedras qui iam lá no alto, in cima, aí ele disse: “Papai, mais eu nasci aqui!” Eu disse: nasceu. Tú voltaria pra cá? Ele disse: “Nem se mi desse isso tudo duma vez”. Não, mais é isquisito mesmo. Parece aquelas pedras de um lado assim, parece qui juntaru mais. Purquê aqui a gente vive assim, nesse mundo ispaçoso assim, lá, cê olha prum lado, cê vai cem metro, isbarra numa pedra qui vai lá in cima, vai isbarra, quase vai isbarrar quase na flô do céu.⁷⁸

Ainda que o espaço de origem possa parecer estranho e não propicie desejo de voltar a residir nele, a preocupação com o retorno às raízes, ainda que periodicamente, está presente nas famílias que migraram para o Acre.

Querer unificar identidades, tempos e espaços tem sido o desejo de muitos. Embora tenha profundo respeito pelo “regionalismo”, costumadamente, as linguagens, sejam musicais, poéticas, religiosas, literárias ou outras, todas trazem embutidos valores, por vezes estereotipados, que podem funcionar como elementos de sedimentação de representações. Daí porque, usando agora uma expressão de outro migrante, citado por Eloísa Winter Nascimento (1985, pág. 144), quando se refere ao padrão de vida que estava levando aqui e o que tinha no Sul, dizia: “Fazê o que? Pra todo lado que corre o urubú é preto. Intão, não tem jeito, tem que ficá”. Chamo a atenção para uma reflexão presente ao longo deste trabalho: a quem interessa unificar identidades? Será que a metáfora de que “urubu é preto em

78 - TESSINARI, Hélio. Trabalhador rural. Entrevista cedida à autora, Vila Capixaba-AC, julho de 2000.

todo lugar” não merece uma melhor análise?

Em parte, a fábula tratada no capítulo anterior, sobre “jabutis acreanos e baratas paulistas”, por analogia, aponta para sujeitos reivindicando seus direitos. Alegam que a forma como foram tratados pode também contribuir para a construção do estereótipo de acreanos lentos e sulistas rápidos, o que não era a intenção. A história dos migrantes trabalhadores rurais no Acre não acabou. Urubu pode até ser preto em todo lugar, mas não em todo tempo. Quando é novo, é branco.

Metáforas à parte, é importante analisar algumas cartas, escritas por migrantes trabalhadores rurais paranaenses, provenientes de Brasilândia – PR - e Amambaí – MS -, onde estão seus corações e suas raízes. As cartas redigidas pelos migrantes João Padilha da Silva, Júlia Ferreira dos Santos e Eva dos Santos Cardoso abordam aprendizagens, saudades, identidades e raízes. A que foi escrita por José Padilha da Silva, professor e trabalhador rural migrante de Brasilândia, expressa um pouco do seu viver no Acre e as saudades que sente dos familiares e da terra de onde partiu.

Sena Madureira-Acre, 30/07/2001.

Saudações.

Meu querido primo Fabiano, estou te escrevendo para dar-te as minhas notícias, desejando que esta vai te encontrar gozando perfeita saúde.

Primo faz 29 anos que estou morando aqui no Estado da Acre mas ainda não me esqueci de você e nem dos meus amigos que aí deixei. Primo quando nós chegamos aqui nós fomos trabalhar em uma fazenda. Somente após estes anos é que meu pai ganhou um lote de terra em um assentamento do Inkra denominado Projeto Boa Esperança, a partir daí muitas coisas tivemos que aprender com os acreanos. Aprendemos a cortar seringa, aprendemos a quebrar castanha com tersado, aprendemos a amansar bois para transportes, aprendemos a chamar fumo de tabaco e em fim quase todas as coisas aqui são diferentes das nossas aí. Mas apesar das dificuldades aqui é um lugar bom para viver.

Primo, hoje eu sou casado com uma acreana, tenho um lote de terra sou professor rural, estou fazendo

o Pró-Formação e tudo que tenho conseguido no Acre, mas não me esqueci de minha terra natal. Fabiano, sinto muita saudade da escola que eu estudei, daquele lindo plantio de trigo próximo da escola, daquele plantio de algodão; há! Primo que saudade de Brasilândia onde meu pai fazia compras. Sei que com o auxílio de Deus um dia irei visitá-los. Primo vou me despedindo com muita saudade, aguardando uma carta sua. Um forte abraço de seu primo e amigo José Padilha da Silva.
Primo me escreva por este endereço:
Sena Madureira-Acre. CEP 69.940-000

Nessa carta, José Padilha da Silva faz uma retrospectiva do seu viver no Acre, fala dos anos em que seu pai trabalhou para fazendeiro e da conquista da terra própria. Conta das dificuldades enfrentadas e das aprendizagens que teve junto ao povo acreano. Informa que casou e que está estudando. Em suas palavras fica nítida sua satisfação com o viver no Acre, quando diz: “Tudo que tenho conseguido no Acre”. Contudo, sente saudades do primo e da cidade de Brasilândia. Relembra, ainda, os plantios de trigo e de algodão que havia próximo à escola onde estudara, mostrando que não é um desenraizado, mas que apenas criou novas raízes no Acre.

A carta da migrante Júlia Ferreira dos Santos, moradora da estrada Mário Lobão, em Sena Madureira-AC, escrita em resposta a sua amiga Mirtis, também retrata a satisfação que tivera com a notícia da vinda de mais uma família do Sul para o Acre.

Sena Madureira, 28 de janeiro de 1976.

Querida Mirtis,
Recebi tua carta e nois fiquemo muito feliz. Que bão que oceis vem pra cá. Os mininu ficarro contente dimais. O Zaia foi quem mais gošto. Nois até já ajeitemo umas galinha pra oceis.
Seu Pedro e dona Jandira ficaro mais alegre ainda. Num precisa traze acorçoado que aqui num faiz frio forti. Si oceis pude traz umas semente de flor e umas batatas de palma Santa Rita pra mim que aqui num tem.
O seu Vardinho vendeu o sítio? Ele ainda é muito brabo? Esses dia nois tava lembrando da brabeza dele quando nois chamo ele pra vim mais nois. Aqui é

fácil aranjá terra, as vez o Incra até dá. A gente ainda ta nas terra do seu Ciro. Mas um dia se Deus quize nois vai te a nossa.

Aconteceu uma coisa triste a muié do nano teve derrame coitada. Eles mora 14 quilombro daqui.

O resto do pessoal ta bom.

Terminu essa carta eșperano oceis chega logo.

Lembrança do Virgulino e dos meninu.

Julinha.

É possível observar, na carta de Júlia, a informação de que no Acre não tinha frio forte, nem Palmas de Santa Rîta - uma flor própria de climas mais amenos que o do Acre -, mas que possui terras e solidariedade.

Júlia expressa ainda a alegria que um possível reencontro entre amigos lhe causava.

As cartas seguintes foram escritas pela migrante Eva dos Santos Cardoso, em tempos diferentes. Uma, em 1976 e outra, em 2000, para a irmã Neuza, que reside em Amambaí - MS. Lendo as duas cartas, foi possível perceber que, mesmo tendo transcorrido 24 anos entre a escrita de uma e outra, a saudade é um elemento presente, que só sente quem tem raiz.

Sena Madureira, 02 de fevereiro de 1976.

Querida irmã Neuza,

To te escreveno cum muita tristeza prá conáa que a tia Ana morreu. O médico já tinha falado que quando desse derrame dinovo ela murria. A mãe ta sofreno por causa que a tia Ana era a única irmã que ela tinha viva.

Neuza eu vo mora na cidade mais dona Maria. Se de certo eu vo estudá. Aqui perto tem escola mais a professora só ensina até a quarta série eu já to com 16 ano e tenho que faze o gínázio.

As criança da Maria, da Julinha e do tio Nano estuda nessa escola.

O pai ta com uma roça boa de milho já penduano.

Logo nos vamo faze pamonha.

Escreve pra nós Neuza, põe nos cuidado do seu Valdemar Silvino que nós recebe.

O pai mais a mãe só fala em voceis. Eles que que

voceis vem pra cá.
Outro dia eu escrevo mais.
Um abraço cheio de saudade da irmã Eva dos Santos.

Rio Branco, 20 de agosto de 2000.

Querida irmã Neuza,

Estamos todos com saúde, graças a Deus. Estou mandando foto do aniversário da Paulinha para você ver como ela está bonita e os meninos estão moços. Paulinha e Everson já estão no 2º grau. Neuza, eu sinto muita saudade de você. Agora somos só nos duas. Já perdemos nossos pais, Maria, Tunico e o Zé sumiu. Se você não pode vir aqui, me escreva, da notícias. O pessoal do tio Nano está bem. Virgulino já tem uma colônia dele mesmo. Os meninos mais novos dele estão casados, falta só o Izaias. Todos aqui de casa mandam lembranças.

Um abraço da mana.
Eva dos Santos Cardoso.

O conteúdo das cartas coloca em cheque a idéia de que o migrante é um desenraizado, pois em todas elas está expresso um sentimento que só sobrevive quando se tem raiz: a saudade.

Recorro agora a duas outras personagens que entraram em cena há algum tempo. Trata-se de Dominginhos e Gilberto Gil, através da canção *Lamento sertanejo*, música carregada de um peso ideológico, que vale a pena transcrever e problematizá-la.

Por ser de lá, do sertão,
Lá do cerrado,
Lá do interior do mato,
Da caatinga, do roçado,
Eu quase não saio,
Eu quase não tenho amigos,
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem

viver contrariado.

Por ser de lá,
Na certa, por isso mesmo,
Não gosto de cama mole,
Não sei comer sem torresmo.
Eu quase não falo,
Eu quase não sei de nada.
Sou como rês desgarrada
Nesta multidão.
Boiada, caminhando a esmo.

Nesta canção, a imagem do sertanejo é esboçada como: pessoa de difícil adaptação, que não gosta do que não presta, de “cama mole”; tímido, “quase não falo”; desinformado, “quase não sei de nada”; e sem rumo, “caminhando a esmo”.

Não posso admitir que todo o modo de vida de uma dada categoria, sertanejo, seringueiro ou migrante, esteja tão bem delimitado e estabelecido. Por que o espaço rural, habitado pelo “sertanejo” - trabalhador rural -, deve retratar aspectos negativos e previamente definidos?

Penso que é tempo de reavaliar a “originalidade” das identidades atribuídas ao homem rural. Se é urgente, são necessários estudos sobre a originalidade das possíveis identidades de trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul, no Acre. Além disso, é tão urgente e importante que se reflita sobre os espaços destinados a esses migrantes e sobre a constituição de modos de vida nesses locais, os quais devem ser vistos como ambiente de contradição, de diversidade e complementaridade, compreendidos como áreas de articulações e interrelações.

Em entrevista realizada junto ao migrante do Espírito Santo, senhor Hélio Tessinari, morador da Vila Capixaba-AC, perguntei-lhe se concordava com alguns de seus conterrâneos, que consideravam o acreano como preguiçoso, pelo fato de não ser muito dado à agricultura, ao que ele respondeu:

Não, eu não concordo qui ele seja priguiçoso. Eu num concordo que dentro da agricultura ele não foi acostumado e ele não tem esse... ele não pode fazê aquilo que ele num sabi. Agora, manda o cara, que chamo ele de priguiçoso, joga ele numa istrada di

siringa, meia-noíti, vê se ele vai, purque noi vivemus aqui muítas veiz, a gente é caípira, bate dentro duma cidade grande... mas rapaz, quem mora lá dentru, cunhece na hora, ó ali, caípira, e tal... Cada um é rei dentru do seu mundo.⁷⁹

Ignorar que “cada um é rei dentro do seu mundo” seria algo bastante ingênuo. Contudo, não atentar para as diferentes formas de “reinado”, ou seja, para as diversas manifestações de modos de pensar e agir, explicitadas por migrantes trabalhadores rurais, não é ingenuidade, mas má-fé. Afirmar que o migrante é sempre um desenraizado é um tanto quanto censurável, tendo em vista que desenraizados não têm saudades, não protestam, rendem-se. Supõe-se que morre, culturalmente falando. E esta não foi a situação ocorrida. Migrantes, mesmo sendo trabalhadores rurais, trouxeram bens materiais e hábitos nunca abandonados.

O Sr. Césio, engenheiro do Incra, por ocasião da criação dos PADs em estudo, descreve a situação em que estes trabalhadores foram recebidos e o que traziam. Segundo ele, alguns traziam vinhos, acolchoados, fogão econômico, máquina de lavar roupa, ferramentas de trabalho, tais como: traçador, máquina de moer carne, e uma série de outros bens, que explicitam seus desejos de continuarem a manter seus modos de vida.

O dizer de um migrante paranaense morador do projeto Pedro Peixoto, identificado por V., 55 anos, entrevistado por Nascimento (1985), deixa transparecer bem a insatisfação com o viver em um outro espaço. Este, ao comparar e avaliar seu padrão alimentar no Acre com o do Paraná, diz:

Bão, mais agora, em vista que nois chegô, nois ta tudo... tamo de parabéns, graças a Deus. Mas, quem tá no Paraná, fique quieto no Paraná, que eu falei: “- mais vale eu catano soja, quando a ceifa cota a soja, do que eu possuí duas, três colonha aqui.” (...) Porque, quando eu tava lá, meus fio cumia pão. Minha muié fazia pão, tinha bolacha, tinha trigo, tinha tudo. (...) Meu irmão, quando veio, troxe 12 lata de banha de porco frita e carne. Nóis impatô tempo fritano, inlatano i inlatano aquela fartura. Quando nós chegô, a fartura que nós vimo foi aquela. Acabô aquela ali, é... Nunca mais cumi margarina, nunca cumi pão. Eu

79 - TESSINARI, Hélio. Trabalhador rural, op. cit.

tenho criança que falo, óia, aqueles mais velhinho, que alembra do pão, mas o mais piqueno, falo: “- Óia, nós agora temo que cumê o pão da terra”. O pão da terra é a macaxera. Meus fio considera que é o pão da terra. l é mesmo.⁸⁰

O migrante paranaense expressa seu descontentamento através da lembrança da fartura na alimentação. Ressente-se do fato dos filhos mais novos não terem acesso a uma alimentação como a de outrora. Por outro lado, pode-se dizer que, nesse caso, não houve um desenraizamento, e sim o que Neves (1997, p. 21) denominou de “reinraizamento”, pois um pão, o de trigo, foi substituído por um outro, “o pão da terra”: a macaxeira. Contudo, percebe-se que o pão de trigo era mais desejado que o “pão da terra”, explicitando que não houve um desenraizamento, mas um “reinraizamento”, que também não pode ser visto como natural, posto que é doloroso.

A defesa do desenraizamento do migrante, como já mencionado, é ingênua ou, se não ingênua, de má-fé, por representar uma tentativa de despolítizá-lo para depois repolítizá-lo, através de enquadramentos, modelações, educações e domesticações, e estabelecendo uma identidade para os migrantes, não atentando para a diversidade cultural dos mesmos.

Querer apassivar o migrante, atribuindo-lhe porta-vozes nos mais diversos setores (sindicatos, escolas, universidades e partidos), nas mais variadas linguagens (escrita, televisiva, oral) e por meio das mais sutis propostas pedagógicas, tem sido um intento constante, que tem que ser denunciado, sob pena de estarmos contribuindo com a reprodução e manutenção de uma história distorcida sobre migrantes do Centro-Sul no Acre.

Não se trata de discordar totalmente da imagem que se tem do migrante, mas de fazer aparecer o contraste, fazer “revelar os negativos dessas fotografias”. Ao invés de entoar e achar bonito o isolamento do migrante assentado em um PAD, é preciso analisar porque esse migrante se isola, se é que se isola, pois isso nem sempre acontece.

A falta de estradas e a distância entre uma colônia e outra parece não ser grande empecilho para que se reúnam, conversem, discutam seus problemas, tracem planos e busquem mecanismos para solucionar seus

80 - Trecho do depoimento oral da migrante V., 55 anos. In: NASCIMENTO, Eloisa Winter. *Rumo da terra: rumo da liberdade. Um estudo dos migrantes rurais do Sul no Estado do Acre*. Florianópolis: UFSC, 1985. pg. 142 e 143.

problemas.

Um migrante mineiro, entrevistado por Nascimento, em 1985, identificado apenas como F., morador do Projeto Pedro Peixoto, dá uma dica de como as coisas poderiam melhorar para eles: “Ah, acho que pra consegui essa melhora, se uni, reuni todos e exigí nossos direito. Aí consegue essa melhora, com muita luta, consegue essa melhora. E eu tenho esperança que melhore.”⁸¹

O senhor S., 35 anos, também entrevistado por Nascimento, ao ser questionado sobre a reação dos acreanos por ocasião de sua chegada como migrante, diz: “A reação é que ficaram muito satisfeito, dividi a... dividi a abri, tê bastante gente, povoá, essas coisa. Isso aqui era tudo mata, né? In-tão, agora ficô, si tornô tudo amigo da gente.”⁸²

Embora haja diferentes pontos de vista sobre a reação do trabalhador rural acreano diante da chegada do trabalhador rural sulista, a expressão “si tornô tudo amigo da gente” atesta que o migrante, o sertanejo, tem amigo e que, além disso, sabe de muita coisa, principalmente sobre as questões que o seu meio envolve, assim como as expressa quando é necessário. Tal fato pode ser evidenciado na fala da migrante Luzia Santos da Silva:

Que eu me lembro, uma vez, até que a primeira vez que eu falei numa reunião, foi um dia que tavam discutindo uma questão, querendo saber se o pessoal fazia greve para reivindicação da estrada. E eu, com uma vergonha, mas sentindo vontade de falar. Aí, fui, falei que.. que a gente teria que... que ver, que se organizar. Que realmente fazer a greve, que não podia ficar ali só naquele bate-papo, que a gente teria que enfrentar e tudo. Onde, depois, teve gente que saiu dizendo que eu não falei bem, não sei o que, né? Só que eu nem liguei.⁸³

O temor de se falar em público existe e não pode ser negado. Quando

81 - Trecho do depoimento oral de F., 33 anos, mineiro. In: NASCIMENTO, Eloísa Winter. *Rumo da terra: rumo da liberdade*. Um estudo dos migrantes rurais do Sul no Estado do Acre. Florianópolis: UFSC, 1985. pg. 147.

82 - Trecho do depoimento oral de S., 35 anos, baiano. In: NASCIMENTO, op. cit., p. 131.

83 - SILVA, Luzia Santos da. *Trabalhadora rural*, op. cit.

Luzia diz “e eu, com uma vergonha, mas sentindo vontade de falar”, fica explícito que, naquela ocasião, ela enfrentava um duplo desafio: o de ser mulher, uma vez que mulher raramente participava dessas discussões, e o de falar em público. No entanto, dada a necessidade de se tomar uma decisão que beneficiaria sua comunidade, a migrante diz não ter se importado com as críticas de que ela não havia “falado bem”.

E o que seria falar bem naquele contexto? Será que seria o caso de restringir a palavra apenas aos homens? Ou seria de usar uma linguagem rebuscada? Ou ainda, de convocar porta-vozes do CTA ou da Contag para expressarem seus anseios?

Luzia demonstra que poderia falar, expressar sua opinião sobre a questão em pauta.

Encarar o espaço rural como espaço inferior e, conseqüentemente as pessoas e seus modos de vida, também são questões a serem questionadas. A trabalhadora rural Angelina Pereira Carvalho, moradora do projeto Pedro Peixoto, revela não se envergonhar e até ter orgulho de ser trabalhadora rural. Relata, ainda, como foi sua reação quando lhe perguntavam qual sua profissão e os benefícios que já teve por não omíti-la.

Quando eu fui preencher uma ficha no hospital, aí, a moça me perguntou: “Profissão?” Quando eu falei produtora rural, ela olhou para mim e falou: “A profissão é essa mesmo?” É essa mesmo! Pode colocar aí no papel! E depois ela disse: “Ah, então a senhora não é daqui. Vê com a assistente social que a senhora consegue marcar a ficha”. Talvez, se eu não tivesse dito que era produtora rural, eu tinha perdido a oportunidade.⁸⁴

Angelina ensina que não existem profissões mais ou menos dignas e que não há porque se envergonhar de ser moradora do espaço rural. Se melhor ou pior que o espaço urbano, só outros estudos poderão dizer, pois, neste aspecto, as raízes de cada sujeito social muito influenciam.

Reconheço, portanto, que tratar das identidades de migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul é como enveredar por um campo minado. Contudo, não é minha intenção esgotar tal questão, dada a complexidade e

84 - CARVALHO, Angelina Pereira, Trabalhadora rural, op. cit., maio de 1988.

amplitude que o conceito de identidade comporta.

Penso que levantamos algumas problematizações e reflexões, no sentido de buscar articulações entre os conceitos de desenraizamento, enraizamento, reenraizamento e identidade, como forma de desestabilizar unificações e estigmas a respeito das identidades do migrante do Centro-Sul e do homem rural, como um todo. Se nossas análises e reflexões contribuíram para “desativar algumas bombas deste terreno minado”, bom. Se ativou outras, ótimo! Assim, saberemos que identidade não se restringe a “um documento que possa ser feito, fotocopiado e plastificado para sempre”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ter escrito sobre migrantes trabalhadores rurais do Centro-Sul no Acre foi muito mais que um exercício acadêmico, tendo também se constituído em uma realização pessoal, por poder trazer para a história social acreana sujeitos que até então ou não eram vistos ou eram tratados de forma homogeneizadora, no emaranhado de sujeitos migrados.

Fazer a distinção entre os vários sujeitos sociais que migraram para o Acre a partir de 1970, buscando as razões que os levaram a migrar, reconstituindo suas trajetórias, identificando como foram constituindo suas identidades, foram elementos fundamentais para analisar os seus modos de vida no Acre e como este viver pode ser visto a partir da formação cultural da região acreana, em um contexto de defesa do desenvolvimento sustentável e da “florestania”.

O que se pode dizer é que migrar, para o trabalhador rural do Centro-Sul, não é uma sina, mas um desejo gerado por muitos fatores, nem sempre de ordem puramente econômica.

Ocupar um lote de terra nos projetos de assentamento do Incra no Acre passa a ter muitos significados para o migrante, que pode estar permeado de sonhos, de enganações, de preconceitos ou ainda destes três sentimentos simultaneamente.

O sonho de possuir um pedaço de terra própria para plantar, colher, viver, educar os filhos, ensinar-lhes uma profissão foi um sonho que se concretizou para muitos migrantes. Mas as enganações geradas pelo poder público foram tantas, que propiciaram o retorno e morte de boa parte deles.

Quanto ao preconceito que os acompanham, só o tempo e o desvelar de suas histórias os ajudarão a vencer, isto é, quando categorias, como: trajetórias, reenraizamentos, identidades e culturas passarem a fazer parte do repertório de análise do maior número possível de pessoas.

Trabalhadores rurais migrantes do Centro-Sul no Acre não são su-

jeitos a-históricos, movidos por uma sina de “coitados”, mas sujeitos que ajudaram e estão ajudando a construir a história do Acre, que não deve se assemelhar à história de ocupação do Centro-Sul, pois esta já mostrou os desdobramentos sociais que desencadeou.

No entanto, a representação do migrante expropriador e desenraizado também requer um outro olhar, pois a história mostra que os migrantes, ao serem expropriados das possibilidades de moradia e trabalho no Centro-Sul, vieram se apropriar de espaços rurais no Acre por conta de uma política oficial de ocupação da região amazônica, através de Projetos de Colonização, áreas de terra que se encontravam disponíveis, uma vez que não interessava ao trabalhador rural acreano tornar-se proprietário de um lote de terra. Ao contrário, desejava continuar como trabalhador seringueiro e, para isso, necessitava de uma área maior que aquela destinada pelo Incra.

Assim, coube ao migrante enfrentar a falta de infraestrutura, firmar-se na nova terra e constituir novos modos de vida, aprendendo e ensinando no convívio com o trabalhador rural acreano, construindo e reconstruindo suas identidades e influenciando na construção e reconstrução da identidade do trabalhador rural acreano.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. Construção da proposta político pedagógico da rede municipal de Belo Horizonte. In: *Espaço da Escola*. Ano 4, n.º 13, Ijuí, Unijuí, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia técnica, arte e política*, 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1993. Vol. 1. p 222-232.

BOSI, Alfredo (org.) *Cultura brasileira: temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velho*. São Paulo: T. Queiroz, 1979.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CALIXTO, Valdir de Oliveira, et al. *Acre: Uma História em construção*. Rio Branco: FDRHCD, 1985.

CAVALCANTI, Francisco Carlos da S. *O processo de ocupação recente das terras do Acre*. Belém: UFPA/Naea, 1983.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995. p. 17-49.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e Resistência. Aspectos da cultura popular no Brasil*. 6ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CUNHA, Euclides da. *À Margem da História*. Ponta Grossa: Lello Brasileira, 1967.

DESAN, Suzanne. Massas, comunidade e ritual na obra de E. P. Thompson e Natalie Davis. IN: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. 1992, p. 63-97;

FENELLON, Déa Ribeiro. O historiador e a cultura popular: história de classe ou história do povo? In: *História e perspectivas*. Uberlândia, v. 6, p. 5-23, jan./jun. 1992.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da Caixa Preta*. São Paulo: Hucitec, 1985.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Record.

2000, 667p.

GARCIA, Pedro Benjamim. *Libertação como plano de Deus e de homens: uma experiência de educação popular em área rural*. Petrópolis: Vozes, 1993. (Cadernos de educação popular; 21)

IANNI, Océavio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.140p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MAGALHÃES, Valério Caldas. *Relatório*. Departamento de Produção do Território do Acre, Governo de Senador Guimard. 1948. p. 14.

MARTINELLO, Pedro. A “Batalha da Borracha” na Segunda Guerra Mundial e suas consequências para o vale amazônico. Cadernos Ufac, n.1, Série “C” – Estudos e pesquisas, Rio Branco: Universidade Federal do Acre, 1988. 368p.

MELO, João de Jesus Silva. *Crédito rural especial na pequena produção: um enfoque no PAD Humaitá, período de 1988 a 1995*. (Monografia). Rio Branco: Ufac/Departamento de Economia, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos - apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa (org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 1999.

NEVES, Delma Peçanha. *Assentamento rural: Reforma Agrária em migalhas*. Niterói: Eduff, 1997.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*. São Paulo, n.15, p.13-33, abr. 1997.

RANZY, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre. (1870-1972)*. Rio Branco: Edufac/Livraria Paim, 2008.

SADER, Eder. *Quando os novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Daniel Francisco dos. *Experiências de migração de trabalhadores nordestinos -Rondônia 1970-1995*. São Paulo: Pontifica

Universidade Católica, 1999. 215p.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). *Revoluções camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone, 1985.

SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.). A gestação da recusa; o “Colono Retornado” dos projetos de colonização da Amazônia. In: *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone, 1985.

SILVA, Adalberto Ferreira da. *Raízes da ocupação recente das terras do Acre*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1982.

SILVA, T. T. da (org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, T. T.; MOREIRA, Antônio F. (org.). *Currículo, cultura e sociedade*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, T. T.; MOREIRA, Antônio F. (org.). *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *Varadouros da liberdade: empates no modo de vida dos seringueiros de Brasília – Acre*. São Paulo: PUC-SP, 1996. 305p.

SOUZA, Carlos Alberto Alves de. 15 Textos de História da Amazônia. Rio Branco: UFAC/Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, 1998.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 231p.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THONPSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e memórias. In: *Projeto História*. V. 15. São Paulo, 1997.

WHITE, Hayden. A interpretação da história. In: *Trópicos do discurso*. São Paulo: EduSP, 1994, p.65-67.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

JORNAIS

DARLY revela porque Chico Mendes morreu. A Gazeta, Rio Branco,

Ano XIV n. 4.437, 28.09.2000. p.8.

SERINGUEIRO não vira colono paranaense.Varadouro, Rio Branco, v. n. ,p. 18, dezembro.1981.

MIGRAÇÃO uma história de cem anos.Varadouro, Rio Branco, v.1, n.4, p.9-12, set. 1977.

“MÃE” para os acreanos, “vaca sagrada” para os paulistas”.Varadouro, Rio Branco,v. n. 10, p.09, junho.1978

PLANO de Joaquim Macedo visa o futuro do Estado. Gazeta do Acre, Rio Branco, n.175, p. 01, 28 de outubro, 1978.

INCRA se prepara para assentar famílias nos projetos de colonização do Acre. Gazeta do Acre, Rio Branco, n.230, p. 01, 14 de dezembro, 1978.

ACCELERAR os Assentamentos. Gazeta do Acre, Rio Branco, n.311, p. 06, 01 de abril, 1979.

O QUE O INCRA pretende fazer agora com as terras do Acre. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.631, p.06, 02 de setembro, 1980.

INCRA é o maior proprietário. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.631, p.06, 02 de setembro, 1980.

INCRA entregará 850 títulos em Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.637, p.01, 10 de setembro, 1980.

INCRA entrega 850 títulos de terra durante a visita. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.637, p.06, 10 de setembro, 1980.

INCRA dá prêmio a produção. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.638, p.01, 11 de setembro, 1980.

INCRA passará a coordenadoria especial no Acre. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.639, p.01, 13 de setembro, 1980.

INCRA espera 700 milhões para aplicar nos projetos. GAZETA DO ACRE. Rio Branco, n.703, p.01, 30 de novembro, 1980.

INCRA aplicará CR\$ 500 milhões. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.703, p.06, 30 de novembro, 1980.

INCRA espera 700 milhões para aplicar nos Projetos. GAZETA DO ACRE.Rio Branco,v. , n.703, nov. 1980.

OS PRIMEIROS paranaenses vão ocupar lotes do INCRA. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.754, p.01, 04 de fevereiro, 1981.

UM ÚNICO medo domina colonos: perder tudo. Gazeta do Acre. Rio

Branco, n.772, p.01, 26 de fevereiro, 1981.

COLONOS do Pedro Peixoto Temerosos. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.772, p.05, 26 de fevereiro, 1981.

HÁ LUGAR para 500 famílias migrantes, diz Moreno Maia. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.783, p.01, 14 de março, 1981.

INCRA defende a migração ordenada para o Estado. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.783, p.05, 14 de março, 1981.

MALÁRIA ataca parceiros do Pedro Peixoto. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.809, p.02, 22 de abril, 1981.

INCRA tem terras para paranaenses. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.813, p.05, 28 de abril, 1981.

PARANAENSES que chegaram no Acre estão preocupados. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.818, p.05, 05 de maio, 1981.

PARCELEIROS do PAD Pedro Peixoto são da periferia da cidade. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.852, p.025, 21 de junho, 1981.

INCRA oferece terras no Acre. GAZETA DO ACRE. Rio Branco, n.874, p.05, 19 de julho, 1981.

VIDA de peão é rodar sem parar.Varadouro.Rio Branco, v.2, n.22, p.18, jun/jul. 1981.

IGREJA do Norte solidária com os colonos gaúchos. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.908, p.02, 30 de agosto, 1981.

SERINGUEIRO não vira colono paranaense.Varadouro, Rio Branco, v.2 ,p. 18, dezembro.1981.

OS PARANAENSES (expulsos) Varadouro, Rio Branco, V.2, N.23, P.10, Agoŕ/Set. 1981.

MALÁRIA recrudescer no campo e na cidade. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.446, p.02, 13 de maio, 1987.

HOSPITAIS sem remédios estão lotados de casos de malária. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.446, p.02, 13 de maio, 1987.

AGRICULTORES acampam na sede do INCRA. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.457, p.01, 26 de maio, 1987.

PARCELEIROS invadem sede do INCRA pedindo liberação do desmatamento. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.457, p.05, 26 de maio, 1987.

COLONOS continuam acampados no INCRA. Flaviano leva suas

propostas a Sarney. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.458, p.02, 27 de maio, 1987.

REFORMA agrária defendida como solução para o campo. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

UMA ENTREVISTA interessante (Delfin Neto a agricultores). Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

AGRICULTORES deixam Itaípu depois de chegar a acordo. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

COORDENADOR diz que INCRA aprende no campo. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

DELFIM quer colonizar região Amazônica com empresas rurais. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

COLONIZAÇÃO privada com crédito para toda a Amazônia. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

DELFIM: Reforma Agrária é absurdo. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

INCRA tenta acordo com clero. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

NO AMAZONAS e no Acre, a posse irregular de terras. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

AGRICULTOR acusa deputado de prejudicar núcleo agrícola. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

CORPOS de parceiros mortos pela malária são enterrados no mato. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

SEM RECURSOS, colonos só esperam a “proteção de Deus”. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, 31 de maio, 1987.

GOVERNO deverá anunciar amanhã pacote agrícola. Gazeta do Acre. Rio Branco, n.462, p.01, 31 de maio, 1987.

PAD Peixoto tem Cz\$ 13,5 milhões para PROCERA . Gazeta do Acre. Rio Branco n, 817, p 01, agosto,1988.

FONTES ORAIS

ANTUNES, João Batista de França; paraibano, entrevista cedida à autora, colônia Boa Esperança, Ramal 26, Lote 3, Projeto Quixadá, Brasileira-

AC, 2000.

CARVALHO, Angelina Pereira; trabalhadora rural, entrevista cedida à Tereza Almeida Cruz, Projeto Pedro Peixoto, Rio Branco-AC, 1998.

CARVALHO, Rodineia Pereira; trabalhadora rural, entrevista cedida à Tereza Almeida Cruz, Projeto Pedro Peixoto, Rio Branco-AC, 1998.

COSTA, Claudionor Antonio da; mineiro, 74 anos, ex-trabalhador rural, entrevista cedida à autora, Rio Branco-AC, 2000.

COSTA, João Galdino da; paranaense, 36 anos, trabalhador rural, entrevista cedida à autora, colônia do Cacau, Ramal dos Paulistas, Km 09, Projeto Humaitá, Rio Branco-AC, 2000.

COSTA, José Branco da; 48 anos, fotógrafo durante o período de criação dos primeiros Projetos de Assentamento no Acre, tendo registrado muitos acontecimentos daquele período; entrevista cedida à autora, Rio Branco-AC, 2001.

ESPINDOLA, Inês dos Santos; trabalhadora rural, entrevista cedida à autora, Ramal dos Paulistas, Km 08, Projeto Humaitá. Rio Branco-AC, 2000.

MACHADO, Vivalde; ex-trabalhador rural, entrevista cedida à autora, Sena Madureira-AC, dezembro de 2001.

REZENDE, Mirtis; Relato cedido à autora, Rio Branco-AC, 2001.

NASCIMENTO, Vera; matogrossense, 32 anos, trabalhadora rural, entrevista cedida à autora, Projeto de Assentamento Favo de Mel, Sena Madureira-AC, 2000.

PADILHA, Tereza; trabalhadora rural, moradora da Colônia Santo Antonio, entrevista cedida à autora, Ramal do Xiburema, Projeto Boa Esperança, Sena Madureira-AC, 2001.

PEREIRA, Lázaro; cearense, trabalhador rural, entrevista cedida à autora, Projeto Peixoto, Rio Branco-AC, 2000.

REIS, Lenir Rufatto; paranaense, 35 anos, ex-trabalhadora rural, entrevista cedida à autora, BR 317, Km 52. Brasileira-AC, 2001.

RODRIGUES, Miguel Alves; rio-grandense, trabalhador rural, entrevista cedida à autora, Projeto Peixoto, Rio Branco-AC, junho de 2000.

SILVA, Alvino da; trabalhador rural, entrevista cedida à autora, Ramal Novo Horizonte, Km 12, Colônia Nossa Senhora da Aparecida, Projeto Peixoto, Rio Branco-AC, 2000.

SILVA, Joaquim Pedro da; trabalhador rural, entrevista cedida à

autora, Projeto Pedro Peixoto, Rio Branco-AC, 2000.

SILVA, José Padilha da; paranaense, 38 anos, trabalhador rural e professor, entrevista cedida à autora, Colônia Santo Antônio, Ramal do Xiburema, Projeto Boa Esperança, Sena Madureira-AC, 2001.

SILVA, Luzia Santos da; trabalhadora rural, entrevista cedida à Tereza Almeida Cruz, Projeto Pedro Peixoto, Rio Branco-AC, 1998.

SOUZA, Antônio de; paranaense, trabalhador rural, entrevista cedida à autora, Sena Madureira-AC, 2000.

SOUZA, Eva Cardoso; filha de trabalhador rural migrante, entrevista cedida à autora, Rio Branco-AC, 2000.

SOUZA, José; entrevista cedida à autora, Rio Branco-AC, 2000.

SOUZA, Maria Alzenir Vieira de; cearense, 60 anos, trabalhadora rural, entrevista cedida à autora, Ramal dos Paulistas, Km 08, Colônia Bueno Aires, Projeto Humaitá, Rio Branco-AC, 2000.

TESSINARI, Hélio; capixabense, ex-trabalhador rural, entrevista cedida à autora, Vila Capixaba-AC, 2000.

MÚSICA

FILHO, Jonas. *Resistência*. Festival Universitário da Canção, Ufac, Rio Branco-AC, 1999,

GONZAGUINHA. Lamento Sertanejo.



MIGRANTES SOLISIAS

caminhadas e aprendizados na região acreana

